

Centro de Políticas Sociais - Windows Internet Explorer
http://www.fgv.br/cps/jovem

JOVENS, EDUCAÇÃO, TRABALHO E O ÍNDICE DE FELICIDADE FUTURA

www.fgv.br/cps/jovem

 Instituto
Votorantim

 FGV
cps
Centro de Políticas Sociais



Centro de Políticas Sociais



JOVENS, EDUCAÇÃO, TRABALHO E O ÍNDICE DE FELICIDADE FUTURA

**Coordenação:
Marcelo Cortes Neri**

02 de Setembro de 2008

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Fundação Getulio Vargas.

**Educação e Trabalho do Jovem no Brasil / Coordenação Marcelo Cortes Neri. -
Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.**

[70] p.

1. Jovem 2. Renda 3. Educação 4. Trabalho 5. Felicidade I. Neri, M.C

©MarceloNeri2008

JOVENS, EDUCAÇÃO, TRABALHO E O ÍNDICE DE FELICIDADE FUTURA

Rio de Janeiro, 02 de setembro de 2008

**Centro de Políticas Sociais
Instituto Brasileiro de Economia
Fundação Getulio Vargas**

Coordenação:

Marcelo Cortes Neri
marcelo.neri@fgv.br

Equipe do CPS:

Luisa Carvalhaes Coutinho de Melo
Samanta dos Reis Sacramento
André Luiz Neri
Carolina Marques Bastos
Celio Mayone Pontes
Ana Lucia Salomão Calçada
Ana Beatriz Andari
Celso Henrique Fonseca



Resumo

JOVENS, EDUCAÇÃO, TRABALHO E O ÍNDICE DE FELICIDADE FUTURA

Motivação

O ponto de partida dessa pesquisa é a constatação que o brasileiro de 15 a 29 anos apresenta o nível mais alto de felicidade esperada cinco anos a frente dos jovens de 132 países pesquisados. Argumentamos heurísticamente que ser jovem seria na essência olhar para frente com positividade, esperar que o futuro seja melhor que o presente o que é confirmado pelos dados etários. O Brasil justificaria os desígnios de “país jovem” já que na média de todas as faixas etárias o brasileiro também é o que apresenta na média o maior Índice de Felicidade Futura. Nos perguntamos ao longo da pesquisa se haveria razão para otimismo da nossa população em geral, e dos nossos jovens em particular. A pergunta-chave empreendida ao longo da pesquisa é: Haveria razão para otimismo por parte dos jovens? E na medida que os jovens de hoje serão em boa parte quem comandará o Brasil de amanhã: Haveria razão de positividade do brasileiro em relação ao seu futuro?

O grosso das respostas a estas perguntas são endereçadas pela pesquisa na análise da transformação da estagnação trabalhista pregressa dos jovens em reversão trabalhista que desde 2004 entra em fase de franca expansão (e.g. mais de 85% dos novos níveis recordes de empregos formais gerados nos últimos 12 meses são de jovens). Prospectivamente teríamos nos efeitos futuros da onda educacional que vem objetivamente num crescente desde meados da década passada. Finalmente, a faixa etária de juventude no Brasil nunca foi e nunca será tão grande quanto está agora nos

ensinam os demógrafos que criaram o termo dividendo demográfico pelos altos rendimentos prospectivos. Nesta visão os jovens seriam os motores que vão propulsionar nossa sociedade rumo às novas conquistas.

O eixo da pesquisa é o seguinte: I) **Felicidade Futura** - o índice de positividade em relação ao futuro população em geral e da população jovem. Comparação do brasileiro com a população de outros 131 países. II) **Decomposições Trabalhistas** - uma espécie de metodologia Lego - o brinquedo de montar - explicando os pedaços das mudanças de renda do jovem brasileira. Esta metodologia é simples, direta e usa ingredientes trabalhistas clássicos como escolaridade, retorno da educação, jornada, ocupação e participação. Desconstruímos através desta metodologia os pedaços da expansão trabalhista juvenil presente (2004 a 2008) a bem como da estagnação trabalhista pregressa (1992 a 2004). Mostramos que o importante papel desempenhado pelas variáveis educacionais quer na fase de crise quer na fase de expansão que se apresenta. Evolução pregressa e prospectivas da Educação - Nos debruçamos sobre a evolução da educação em todo o período desde 1992, o que combinado a melhora recente do jovem transformá-la em mais renda presente e futura, justificaria em parte o otimismo do jovem. III) O trabalho que começa com uma abordagem de dados internacionais termina com dados locais, um Índice de Juventude Educação e Trabalho (IJET) calculado a partir de informações recentes a nível municipal está dividido em três blocos: i) o **Índice de Juventude** – revela a proporção de jovens que enxergamos como ativo (e não passivo) das localidades; ii) o **Índice de Educação** mostra a qualidade do investimento realizado nas novas gerações baseado no desempenho dos estudantes; iii) o **Índice de Trabalho** dá ênfase a geração do emprego formal. Este índice capta em que medida os jovens já estão colhendo os frutos do investimento prévio em educação. O objetivo do indicador sintético e de seus componentes é informar a sociedade em cada município em véspera de eleição sobre o estado da juventude, o mais próximo do momento atual de forma a responsabilizar gestores. Em todos os casos disponibilizamos na pesquisa um extenso banco de dados para cada um dos municípios brasileiros com a letra fria dos números, sem comentários.

O objetivo deste trajeto que começa no Índice de Felicidade Futura, que é o primeiro índice mundial produzido originalmente pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/IBRE/FGV), e desemboca em dados municipais é facilitar o

“pensar global, agir local”. O Índice de Felicidade Futura que tem a sigla IFF vira em inglês Future Felicity Index cuja respectiva sigla FFI, lembra as teclas de avanço rápido para frente dos aparelhos de vídeo e de som, que são hoje linguagem universal. Talvez a principal inovação desta pesquisa frente algumas das principais pesquisas disponíveis hoje no Brasil sobre o jovem é uma atitude mais positiva, de ver o jovem não como um problema mas como parte fundamental da solução. Em muitos casos, mudamos a cena do jovem brasileiro mas não a trilha sonora que continua de drama. Em particular, esta última fase é agora marcada pelo novo regime de apagão de mão de obra ao invés da crise de desemprego - ambos têm a cara do jovem apenas estão situados em fases distintas de nossa história recente. Mostramos que desde 2004 até agora em 2008, apesar da crise anunciada vinda de fora, o mercado de trabalho do jovem brasileiro encontra-se em fase distinta a do período imediatamente anterior. Os frutos do avanço da cobertura do ensino fundamental chega agora com problemas de qualidade, mas com crescimento de quantidade ao ensino médio e em alguma medida mesmo superior. A resposta sobre se há base na positividade do nosso jovem recai sobre a nossa capacidade de entregar respostas na área educacional. A má notícia é que embora tenha havido avanços recentes a nossa educação se encontra hoje ainda num patamar inferior, a boa notícia é que há uma agenda colocada pela sociedade civil e pelo estado apontando desafios auspiciosos nesta área. Na verdade, a resposta às razões do paradoxo do alto Índice de Felicidade Futura (IFF) do brasileiro seria um grande SE.

I - O Índice de Felicidade Futura (IFF)

Objetivo

O objetivo desta primeira parte é construir o IFF – Índice de Felicidade Futura. A comparação de internacional revela que o Brasil é entre 132 países o país mais bem situado no ranking do IFF. Uma interpretação deste resultado é o otimismo tupiniquim como fator cultural outra seria um grande SE, ou seja o que podemos chamar de uma espécie de otimismo condicionado ao que acontecerá. Este índice é aplicado em escala global, sua tradução literal, Future Felicity Index (FFI) é também sugestiva da tecla Fast-Forward (FF) que permite avançar rápido nos aparelhos de som e vídeo.

Mostramos um resultado bastante robusto que a felicidade futura cai com a idade cronológica das pessoas. Interpretamos este resultado no âmbito de um modelo intertemporal de consumo onde mostramos que quanto maior for o anos remanescentes de vida maior será o IFF. Nesta linha o IFF seria algo intrínseco a juventude. Os jovens do Brasil apresentam também o maior IFF do mundo. Seriam nossos rapazes e nossas moças jovens de espírito jovem?

Principais Resultados:

Índice de Felicidade Futura

Onda Jovem

A juventude é um estado de espírito, não determinado pela idade em si, mas pela postura da pessoa diante do futuro. O jovem seria aquele que acredita que o melhor da vida ainda está por vir. Pesquisa da FGV investigou esta medida subjetiva de juventude para o BID a partir de uma nota de 0 a 10 reportada diretamente por cada um dos mais de 150 mil entrevistados feita pelo Gallup World Poll em uma amostra de 132 países. A pesquisa mostra que em termos globais a satisfação prospectiva com a vida um prazo de cinco anos a felicidade futura cai com a idade do indivíduo de 7,41 aos 15 anos até 5,45 para aqueles com mais de 80 anos quando a felicidade presente e futura se equivalem. Na idade dos debutantes a média futura é 3,3 pontos melhor que a média de felicidade presente.

País do Futuro

A FGV também calcula o ranking global de felicidade futura. No Brasil é particularmente alta a expectativa em relação futuro - na escala de 0 a 10 nossa nota média é 8,78, mais do que qualquer um dos 132 países pesquisados. Ou seja, somos campeões mundiais de felicidade futura, ou de atitude jovem. Essa interpretação permite reconciliar duas qualificações recorrentemente atribuídas ao Brasil: "país jovem", por uns, e "o país do futuro", por outros.

País Jovem

Mais do que um país de jovens na sua composição demográfica, o Brasil é um país habitado por jovens de espírito jovem. A média de felicidade futura do brasileiro entre 15 e 29 anos é 9,29 também superior a qualquer um dos países pesquisados.

O Sonho Brasileiro

Antes mesmo desta discussão de quem é a nova classe média no Brasil surgir, o estudo original da FGV dizia que ia lançar uma medida subjetiva de classe média. Classe média seria um estado de espírito de que a vida vai melhorar no futuro. Pois aí está, a nova pesquisa revela que entre 132 países pesquisa, o brasileiro é aquele que apresenta maior expectativa de felicidade daqui a 5 anos. Numa escala de 0 a 10 reportada diretamente pelos entrevistados a nota média para a satisfação com a vida em 2011 era 8,78 no Brasil superando inclusive aos Estados Unidos (9º do ranking) e Dinamarca, líder mundial de felicidade presente, mas 3º do ranking de felicidade futura. O lanterninha é Zimbaue na África.

Dinheiro traz Felicidade?

Os dados de felicidade a serem divulgados se mostram a altura da pujança dos dados objetivos já divulgados pela FGV de que os brasileiros estão com mais dinheiro no Bolso. O Brasil é numero 22 no ranking mundial de felicidade presente acima da posição no ranking de renda. A nova pesquisa também informa que dinheiro traz a felicidade presente no Brasil e no Mundo. Para cada 100% de aumento de renda a felicidade geral das nações sobe 15%.

A felicidade geral das nações

“Brasileiros esperam mais felicidade em cinco anos do que os dinamarqueses, ocupamos o podium mundial de 130 países. Por que? Os chineses também se destacam pelo salto de felicidade.”

Me lembro há treze anos quando coloquei pela primeira vez um par de óculos ajustados para miopia. A minha sensação de começar a perceber a profundidade e clareza das coisas ao meu redor foi indescritível. Olhava maravilhado os contornos do mundo a minha volta, bem mais sutis e interessantes do que eu percebia até então! Similarmente, as possibilidades de enxergarmos os detalhes de nossa sociedade tem evoluído ao longo do tempo. Um marco importante neste processo foi a decisão do IBGE em 1995 de disponibilizar os microdados de suas pesquisas de forma concomitante com a liberação de tabulações e relatórios do instituto. Este pequeno grande passo conferiu a cada um a liberdade de olhar para os dados sociais brasileiros desde uma perspectiva própria, e não pré-formatada. A independência e a transparência de instituições oficiais como o IBGE e o Ipea é hoje tão importante quanto a do Banco Central. Hoje a cada PNAD, Caged entre as muitas siglas desta maravilhosa sopa de letras e números, a sociedade brasileira debate as suas conquistas e percalços com mais propriedade e interesse. O ambiente mais democrático em termos políticos e de acesso a informação propiciado pela chamada era da informação e da comunicação, contribuem para a transparência e lisura do debate social. Me lembro de ler no New York Times em 1994, mais ou menos na mesma época que fui introduzido aos óculos, matérias sobre assuntos da sociedade como os determinantes do desemprego das mulheres ou do peso das crianças, eu pensava comigo quão distantes disto estávamos então no Brasil. À época pensamos antes de tudo na inflação nossa de cada dia que distorcia nossos sentidos e preocupações.

As conquistas de acesso a informação passam por avanços contínuos e saltos discretos descritos acima como a a estabilização, a abertura pública de informações, a invenção da internet (dizem que o Al Gore também foi o autor da façanha) etc. Hoje eu estou particularmente excitado - esta é a palavra - com as possibilidades propiciadas pelas lentes de última geração de pesquisas internacionais do qual o World Survey da Gallup, talvez seja o melhor exemplo. Esta nova safra de pesquisas carregam duas inovações importantes. Em primeiro lugar, aplicam um mesmo questionário a amostras

representativas de mais de 130 países, propiciando comparabilidade global com a flexibilidade oferecida pelo processamento de respostas individuais (microdados). A outra novidade é sobre o tipo de pergunta que se faz, lado a lado com as perguntas tradicionais de surveys. Pergunta-se diretamente sobre subjetividades individuais e coletivas; sejam locais, nacionais e globais. Permitindo mergulhar sobre como as pessoas formam suas aspirações, atitudes e expectativas, começando o longo questionário pelo nível percebido de felicidade pelo entrevistado, passando por avaliações sobre a situação do sistema educacional nacional chegando a avaliações sobre a economia local das cidades onde vive o entrevistado. Esta pesquisa permite dar consequência a visão do nosso geógrafo, e cidadão do mundo, Milton Santos: “o homem não ve o universo desde o universo mas ve o universo desde um lugar”, e não era apenas à geografia que o célebre pensador parecia se referir.

O Centro de Políticas Sociais (CPS/IBRE/FGV) foi selecionado junto com outras instituições Latino-Americanas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, para ajudar na digestão – esta é a palavra - da safra global de dados do Gallup. Este ambicioso projeto marcará a celebração dos 50 anos do BID e tem como objetivo central trazer ao epicentro dos debates, a qualidade de vida vista por quem interessa – isto é, as pessoas por elas próprias. Detalhamos aqui em caráter preliminar alguns destes dados, sem implicar qualquer uma das instituições envolvidas na empreitada.

Em primeiro lugar, e mais importante, como está o nível percebido de satisfação pela vida dos brasileiros hoje (na verdade em 2006) vis a vis aos demais habitantes da aldeia global? Numa escala subjetiva de 0 a 10 pontos, os brasileiros se dão uma nota média de 6.61 contra 5.25 do resto do mundo e 5.64 do conjunto da América Latina. Para efeito de comparação os EUA ficam com 7.09 contra 7.15 da Bélgica e 5.27 da Índia, referências recorrentes no debate social brasileiro. O recordista mundial de felicidade é a Dinamarca com 7.98 e o país lanterninha é o Chad na África com 3.36.

Agora como a felicidade evoluiu nos últimos cinco anos no mundo? Ela passa de 4.84 em 2001 para os 5.26 de 2006. Ou seja, os cinco primeiros anos do milênio foram de avanço considerável e consistente com a expansão da economia mundial. Note que a mesma pergunta apontada para 2011 indica um valor 6.0 para o mundo. Ou seja, quando comparamos como nos enxergamos a cinco anos atrás com cinco anos à frente

esperamos um crescimento de 25% no nível mundial de felicidade percebida, sendo 2/3 do avanço esperado para a segunda metade da década. Este cenário positivo está em xeque hoje pelas turbulências recentes dos mercados. O que me tranquiliza é que o Presidente do FED, Ben Bernanke que conhece mais do que ninguém que eu conheça, o papel de problemas de crédito na propagação de uma recessão.

No que tange a perspectiva esperada de felicidade para daqui a 5 anos o Brasil supera todos os demais 130 países da amostra com uma nota de 8.78. Ou seja, na visão dos próprios brasileiros – e não do pesquisador que vos escreve – estaremos mais felizes em 2011 do que a Dinamarca que ocuparia o segundo lugar do podium com 7.86. O menos otimista quanto ao futuro é o Paraguai com 4.08. Obviamente, nosso resultado pode ser apenas uma representação imaginária otimista por natureza. Afim de controlar por aspectos culturais comparamos o nosso ganho esperado de felicidade nos próximos cinco anos com os atuais. O brasileiro espera ganhar segundo a pesquisa 2.56 nos próximos cinco anos o que é superado por apenas 10 países da amostra com destaque para o salto de felicidade dos chineses de 3.04. Agora na média o nosso crescimento econômico não é chinês, quais seriam os determinantes do otimismo tupiniquim? a redução da desigualdade desde 2001? refração eleitoral em 2006?

Apresentei evidências de expectativas positivas acerca da satisfação com a vida futura dos brasileiros. O Brasil seria numa amostra de mais de 130 países em 2006 aquele cujos cidadãos esperariam maior felicidade daqui a 5 anos: “A felicidade prospectiva *mais grande* do mundo!” Agora por que esperar tanto?, se o nosso cenário econômico não se equipara o de outros países emergentes. Ao ritmo das estatísticas das contas nacionais, e do PIB em particular, não seríamos verdadeiros BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), ou tijolos edificadoras da riqueza global futura. Um candidato para explicar o descompasso entre expectativa e realidade tupiniquim seria o nosso otimismo. Embriagados dele, o copo dos brasileiros estaria sempre meio cheio. Mas mesmo passando ao quesito nível, tirando a diferença do momento futuro frente o atual, limpando os vieses psicológicos das perguntas subjetivas, o Brasil ainda se destaca equiparando a incrível marca dos chineses de salto de felicidade esperado. Agora se não estamos crescendo como os chineses, por que experimentamos um sentimento de prosperidade futura semelhante?

A resposta que pretendo explorar aqui acerca do paradoxo da felicidade futura tupiniquim, não é que o nosso crescimento parece chinês, mas que ele é (ou está) chinês na prática. Não só pela magnitude como pela composição de rendas onde a do trabalho que apresenta maior sustentabilidade vem crescendo e antecedida por deslocamentos da quantidade da educação na base de nossas pirâmides etárias e de renda. Jovens de baixa renda estão fazendo uma revolução na educação e começam a colher os frutos trabalhistas disto. Faço isto à luz da análise de ingredientes trabalhistas retirados da PNAD e da PME do IBGE processados recentemente, mas este é o segundo capítulo de nossa história. Por enquanto vale ressaltar que o paradoxo de alta felicidade futura que o boom recente seria em diversos aspectos de melhor qualidade que o Chinês, pois vem acompanhado de maior equidade, enquanto a China vive uma crescente desigualdade similar a que vivemos durante o milagre econômico brasileiro dos anos 60. Nós vivermos de 2001 a 2008 um movimento de proporções similares, mas sinal invertido ao do milagre econômico. Outro paralelo com o Brasil da segunda metade dos anos 60 está nas liberdades políticas associadas a um regime democrático que nós vivemos hoje, e eles não. Crescer com regime político fechado é mais fácil no curto prazo, mas não no longo. No aspecto ambiental a China também tem se destacado como a ovelha negra (de fuligem) enquanto no Brasil por influencia de gestões conservadoras do Ministério do Meio Ambiente, o crescimento é arrefecido, mas também por este motivo como nos outros aspectos citados seria mais sustentável. Em suma, o nosso crescimento chinês é melhor que o deles.

Mais

**Felicidade Futura (em cinco anos)
População Total**

	<u><i>Futuro</i></u>	<u><i>Presente</i></u>
<i>brazil</i>	8,78	6,64
<i>venezuela</i>	8,52	7,17
<i>denmark</i>	8,51	8,02
<i>ireland</i>	8,32	7,14
<i>jamaica</i>	8,25	6,21
<i>canada</i>	8,14	7,43

Fonte: CPS/FGV Processando os Microdados do Gallup World Poll 2006 – Projeto BID pela FGV

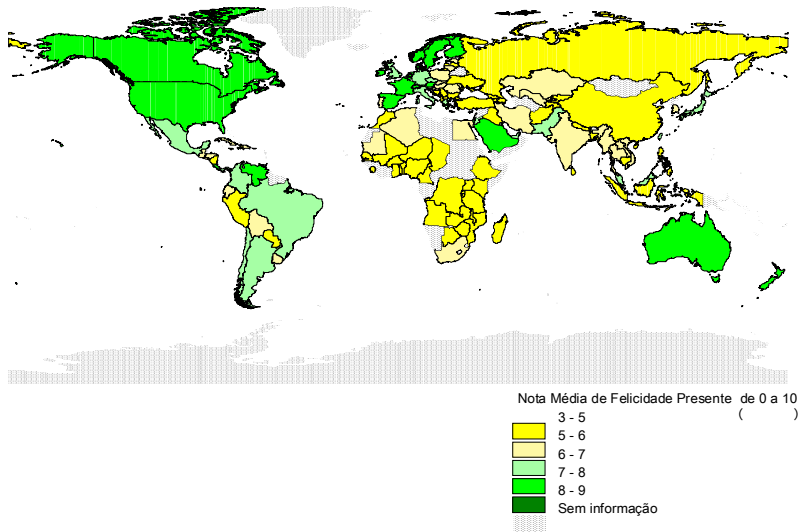
Menos

**Felicidade Futura (em cinco anos)
População Total**

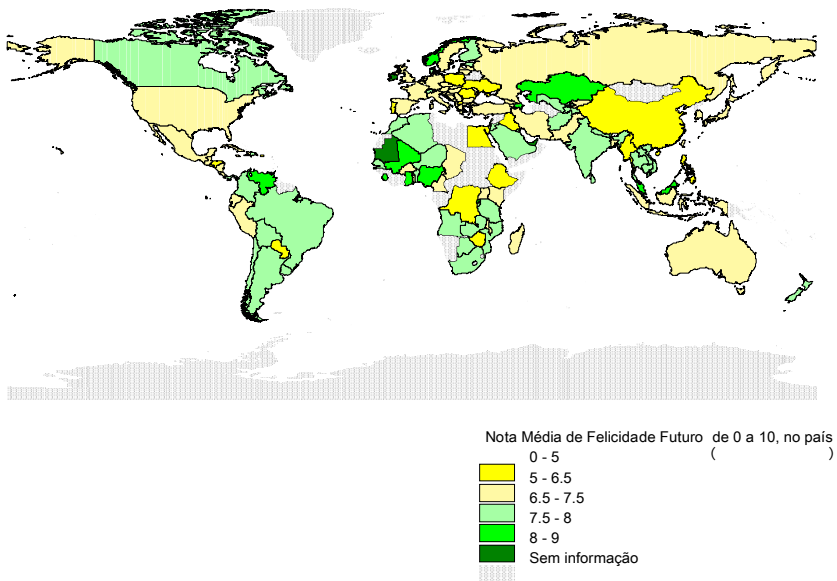
	<u><i>Futuro</i></u>	<u><i>Presente</i></u>
<i>zimbabwe</i>	4,04	3,83
<i>cambodia</i>	4,86	3,57
<i>paraguay</i>	5,04	4,73
<i>haiti</i>	5,10	3,75
<i>bulgaria</i>	5,13	3,84
<i>ethiopia</i>	5,22	3,76
<i>uganda</i>	5,31	3,73

Fonte: CPS/FGV Processando os Microdados do Gallup World Poll 2006 – Projeto BID pela FGV

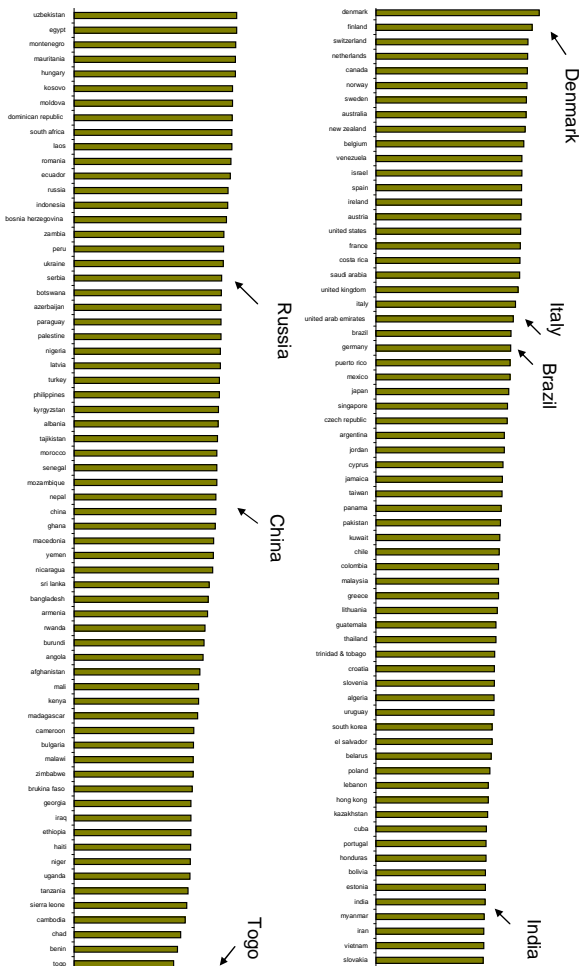
FELICIDADE PRESENTE



FELICIDADE FUTURA NO PAÍS

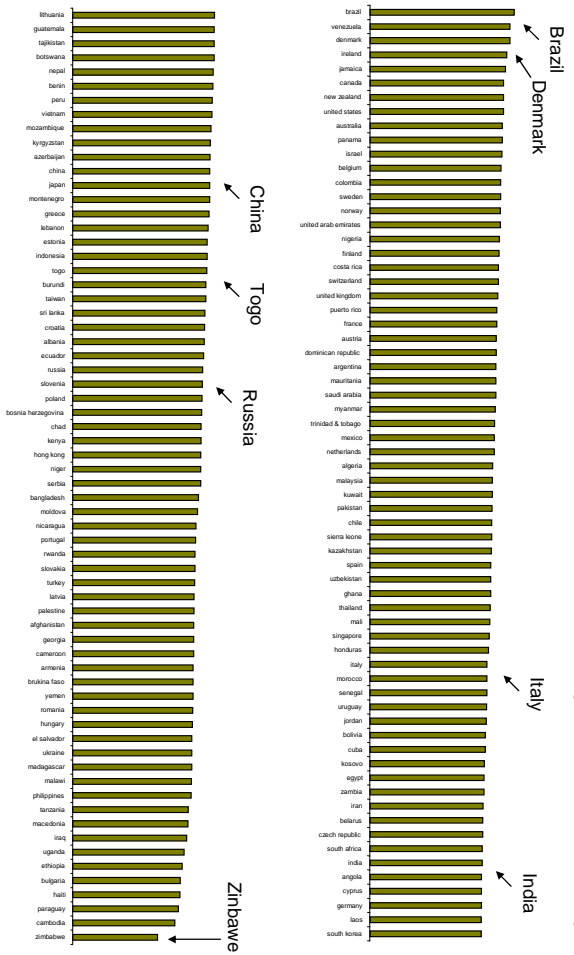


Felicidade Presente (Nota de 0 a 10)



Fonte: CPSE/FGV Processando os Microdados do Gallup World Poll 2006 – Projeto BID pela FGV

Felicidade Futura (em cinco anos)



Fonte: CPSE/FGV Processando os Microdados do Gallup World Poll 2006 – Projeto BID pela FGV

Onda Jovem

A juventude é um estado de espírito, não determinado pela idade em si, mas pela postura da pessoa diante do futuro. O jovem seria aquele que acredita que o melhor da vida ainda está por vir. Pesquisa da FGV investigou esta medida subjetiva de juventude para o BID a partir de uma nota de 0 a 10 reportada diretamente por cada um dos mais de 150 mil entrevistados feita pelo Gallup World Poll em uma amostra de 132 países. A pesquisa mostra que em termos globais a satisfação prospectiva com a vida um prazo de cinco anos a felicidade futura cai com a idade do indivíduo de 7,41 aos 15 anos até 5,45 para aqueles com mais de 80 anos quando a felicidade presente e futura se equivalem. Na idade dos debutantes a média futura é 3,3 pontos melhor que a média de felicidade presente.

Dinheiro traz a felicidade?

If I were a rich man

I see my wife, my Golde, looking like a rich man's wife

.....

Oy, what a happy mood she's in.

Do musical *Fiddler on the Roof*
Sheldon Harnick e Jerry Bock (1964)

O senso comum nos informa que a felicidade pode ser considerada como o objetivo último na vida de cada pessoa. O estudo da satisfação com a vida tem interesse intrínseco bem como outras motivações, como a avaliação de políticas públicas alternativas e a solução de quebra-cabeças empíricos da economia. Em relação a este último aspecto, provavelmente o paradoxo mais intrigante a ser explicado é a correlação extremamente fraca que diversos estudos apresentam entre renda, a variável mais venerada em economia, e felicidade. Inúmeros países que experimentaram um aumento drástico na renda real desde a Segunda Guerra não observaram um aumento no bem-estar auto-avaliado pela população, pelo contrário a mesma diminuiu¹. Em um dado ponto no tempo, a renda mais alta está positivamente associada à felicidade das pessoas, contudo ao longo do ciclo de vida e ao longo do tempo, esta correlação é fraca, como no chamado Paradoxo de Easterlin. As pessoas adaptam suas aspirações aos maiores

¹ Veja Richard Easterlin (1975, 1995, 2001), Blanchflower e Oswald (2000); Diener e Oishi (2000); e Kenny (1999).

ingressos e se tornam mais exigentes a medida que a renda sobe. Como veremos mais adiante, esta visão foi recentemente desafiada por resultados empíricos apresentados por Angus Deaton (2007). É muito cedo para escolher o lado da discussão, mas o lançamento dos novos dados do Gallup World Poll que cobrem mais de 132 países, ampliaram o horizonte geográfico da discussão, e o trabalho pioneiro de Deaton neles reembaralharam as cartas de felicidade com as notas de dinheiro. Sem ainda fazer apostas em dinheiro como causa principal da felicidade, discutimos a partir dos microdados deste mesmo conjunto de informações, cujo acesso foi propiciado pelo projeto sobre Qualidade de Vida do Banco Inter-Americano (BID), as relações entre renda e felicidade. Esta rica base de microdados e resultados da nossa contribuição ao projeto do BID está sendo explorada numa sequência de artigos, iniciada no número anterior da Conjuntura Econômica.

Felicidade observada - A fraca e volúvel relação entre renda e felicidade nos estudos empíricos motivou pesquisadores irem a um passo adiante da posição “objetivista” da teoria econômica, baseada somente nas escolhas feitas pelos indivíduos e que podem ser observadas. Na abordagem tradicional, a utilidade individual depende apenas de bens tangíveis, serviços e lazer, e é inferida quase que exclusivamente do comportamento (ou preferência revelada). A abordagem axiomática da preferência revelada explica que as escolhas feitas fornecem toda a informação necessária a partir da utilidade dos indivíduos. De acordo com Sen (1986) “a popularidade desta visão pode ser atribuída à crença peculiar de que escolha (...) é o único aspecto humano que pode ser observado”.

A partir do trabalho de Easterlin (1974), cuja relevância percebida aumenta a partir da última parte da década de 90 – quando um conjunto de economistas começou a realizar análises empíricas de larga escala sobre os determinantes da felicidade em diferentes países e períodos² - o interesse econômico na mensuração do bem-estar individual subjetivo cresceu consideravelmente.

² Para sumários da literatura, veja Kahneman, Diener, and Schwarz (1999) and Frey and Stutzer (2002).

Uma visão subjetiva de utilidade reconhece que cada pessoa tem suas próprias idéias sobre felicidade e sobre o que é uma vida boa. Nesta perspectiva o comportamento observado seria um indicador incompleto para o bem-estar individual. A felicidade dos indivíduos poderia ser captada perguntando diretamente às pessoas o quão satisfeitas elas estão com suas vidas. As variáveis de interesse estão baseadas no julgamento das pessoas por elas mesmo, de acordo com a premissa de que elas são os melhores juízes sobre a qualidade geral de suas vidas, e portanto, nenhuma estratégia poderia ser mais natural e direta do que lhes perguntar sobre seu nível de bem-estar. A principal idéia é que o conceito de felicidade subjetiva nos possibilitaria captar diretamente o bem-estar humano, ao invés de mensurar renda, ou outras coisas, que não são exatamente o que ao fim e ao cabo as pessoas querem, mas que são, ao contrário, os meios através dos quais se pode conseguir - ou não – usufruir da felicidade.

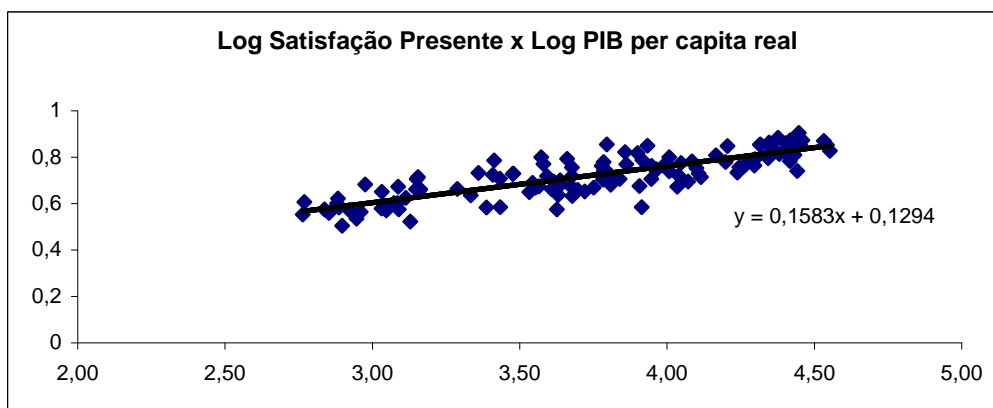
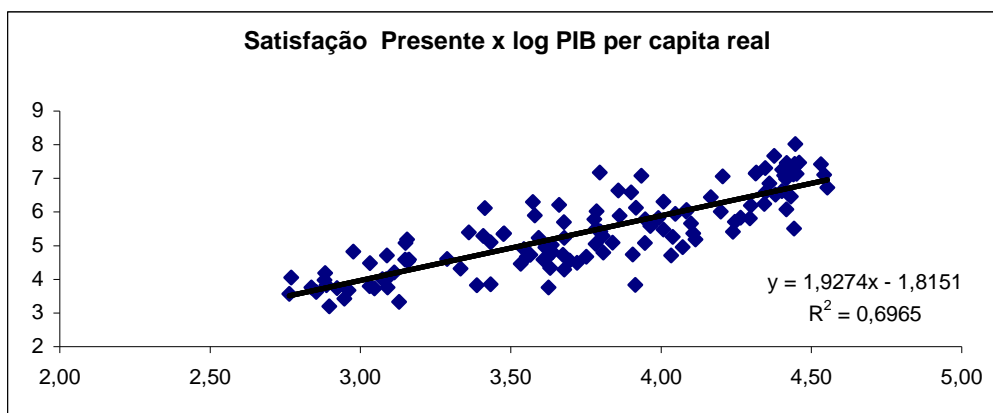
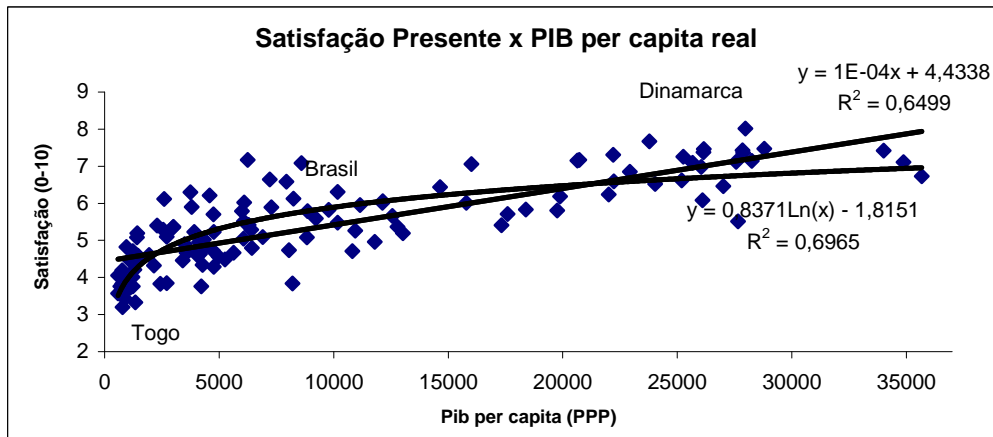
Segundo Frey e Stutzer (2002), bem-estar (*well-being*) subjetivo é um conceito mais amplo do que a utilidade da decisão e é o objetivo final. Eles sustentam que, para muitos fins, a felicidade ou o bem-estar subjetivo relatado são uma aproximação empírica satisfatória para a utilidade individual. Como as pessoas mensuram seu nível de bem-estar subjetivo em relação às circunstâncias pessoais e às outras pessoas, incluindo experiências passadas e expectativas futuras, eles sugerem que medidas de bem-estar subjetivo sirvam como medidas de utilidade. Ademais, como o propósito de mensurar a felicidade não é comparar seus níveis no sentido absoluto, mas identificar os determinantes da felicidade, como será feito aqui, não é necessário assumir que o bem-estar subjetivo relatado é, de forma cardinal, mensurável ou que é comparável entre as pessoas. Além disso, de acordo com Diener (1984) – baseado em estudos como Fernandez-Dols e Ruiz-Belda (1995), que encontraram a alta correlação entre felicidade reportada e sorriso, e Honkanen Koivumaa et alli (2001), que encontraram a mesma correlação entre infelicidade, cérebro e atividade cardíaca – “estas mensurações subjetivas parecem conter quantidades substanciais de variação válida”.

Angus Deaton (2007) usando dados do Gallup World Poll não apenas desafia as interpretações mais ou menos estabelecidas da literatura empírica prévia, em particular que “dinheiro não traz felicidade (ou seja, satisfação com a vida no longo prazo)”, mas seu uso dos dados do Gallup World Poll, algo mais ricos em conteúdo e em número de países em relação as pesquisas anteriores. O *artigo* de Deaton (2007) é a referência-

chave dissonante da literatura empírica. Iniciamos pelos mesmos dados do Gallup World Poll de 2006 que está disponível para 132 países, explorando exercícios simples bivariados de satisfação com a vida em níveis e diferenças através de diferentes horizontes contra o PIB per capita ajustado por paridade de poder de compra a fim de compararmos laranjas com laranjas entre países. O mergulho inicial do impacto da renda ao nível mundial sobre a satisfação com a vida nos informa que Togo ocupa a lanterninha com 3,2 numa escala de 0 a 10 e a Dinamarca o ápice com 8,02. O Brasil está numa posição mais para a nação europeia do que para a africana, atingindo 6,64, se situando acima da norma internacional de felicidade dado o seu PIB per capita.

Deaton trabalha basicamente com regressões de médias entre países (*cross-country regressions*) e sugere que uma especificação log-linear se ajusta melhor aos dados do que uma especificação em nível implicando numa relação côncava. O segundo gráfico mostra uma relação quase linear entre log de renda e satisfação com a vida presente o que poderia se suspeitar da linha de tendência logarítmica melhor ajustada aos dados que a reta do gráfico mais acima. O terceiro gráfico mostra que a dupla relação em logaritmos (vide tabela), aqui proposta parece adequar-se melhor aos dados – que é inclusive mais condizente com o modelo teórico usado pelo próprio Deaton. Neste último caso o coeficiente estimado nos informa diretamente a elasticidade-renda de longo prazo da felicidade seria constante: para cada 10% de incremento de renda a felicidade subiria algo como 1,5% no longo prazo.

Correlação entre PIB e Satisfação com a Vida Testando formas funcionais diferentes



Fonte: Microdados da Gallup World Poll 2006 e Pen World Tables

O Índice de Felicidade Futura (IFF)

A Felicidade

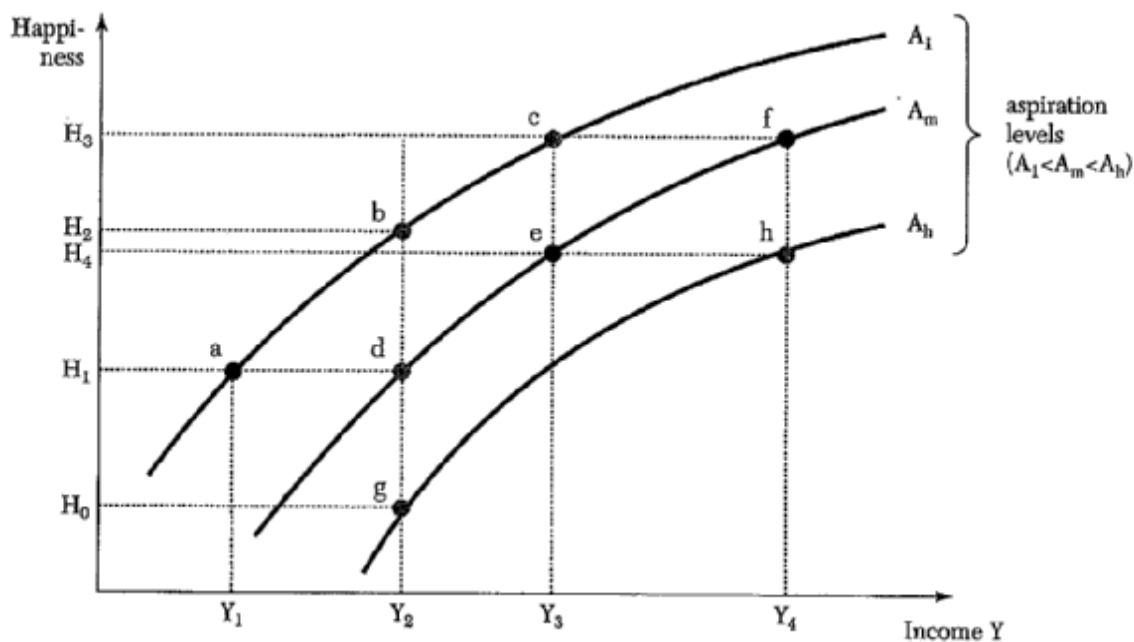
*Tristeza não tem fim
Felicidade sim*

.....
*A felicidade do pobre parece
A grande ilusão do carnaval
A gente trabalha o ano inteiro
Por um momento de sonho
Pra fazer a fantasia
De rei ou de pirata ou jardineira
e tudo se acabar na quarta feira*

Antonio Carlos Jobim e Vinicius de Moraes

Além de satisfação presente com a vida, tiramos partido de questões sobre satisfação tanto prospectivas (cinco anos à frente) e retrospectivas (cinco anos atrás). A nossa principal aposta e argumento aqui é que tais questões são construções úteis, pois elas são geradas dentro dos mesmos níveis de aspirações individuais. Se a renda muda o nível de aspirações subjetivas que interagem com dados de realidade objetivos também mudam a longo prazo. A corrida entre movimentos ao longo das curvas e o deslocamento das curvas configura o epicentro da discussão de adaptabilidade as circunstâncias.

Gráfico: Renda (Y), Aspirações (A) e Felicidade (H)



Extraído de Frey e Stutzer (2002)

Os níveis de satisfação observados em diferentes instantes resultado da combinação entre fluxos de renda, ou estoques percebidos de riqueza, com as aspirações fazem as funções de produção de felicidade se deslocar. Os dados longitudinais vistos desde um ponto do tempo combinam o mesmo efeito fixo individual e temporal. Mesmo que tivéssemos dados que acompanhassem as mesmas pessoas ao longo do tempo, a comparação entre os níveis de satisfação auferidos entre diferentes instantes envolveria níveis diferentes de aspirações, bem como variáveis objetivas como condições materiais diversas. De modo a analisar a formação da satisfação com a vida a curto prazo, deve-se separar aspirações de outros determinantes. Ao trabalhar com diferentes momentos no tempo, mas vistos simultaneamente de um ponto específico no tempo – quando a entrevista é feita – o nível de aspiração individual pode ser tomado como constante na comparação temporal. Essa é a presunção básica dos modelos intertemporais onde o problema é resolvido dependendo não apenas das expectativas de variáveis futuras, mas também na esperada estrutura de utilidade num certo momento – geralmente, no presente.

As regressões demonstram que a renda corrente tem mais impacto sobre a felicidade presente do que sobre a futura o que seria consistente com a presença de miopia, impaciência, defasagens de hábitos, incertezas ou de restrições no mercado de crédito que tornariam a felicidade presente mais sensível a mudanças de renda observadas no mesmo período. Todos estes elementos são também candidatos a explicar a trajetória crescente de felicidade ao longo do tempo.

**Correlação entre PIB per capita e Satisfação com a Vida
Testando diferentes momentos e formas funcionais**

Variável X	Estimativa	t estat
PIB per capita Real		
Presente	0,000098	15,0476
Futuro	0,000049	6,5468
Futuro - Presente	-0,000050	-8,5822
log PIB per capita Real		
Presente	1,9274	16,7310
Futuro	0,8850	6,2070
Futuro - Presente	-1,0599	-10,5172
log PIB per capita Real		
log Presente	0,1583	17,1103
log Futuro	0,0576	6,0912
log Futuro - log Presente	-0,1007	-13,5168

Fonte: Microdados da World Gallup Survey 2006 e Pen World Tables

Felicidade Latina

IF

*If I go insane,
Please don't put your wires in my brain.*
Pink Floyd Atom Heart Mother

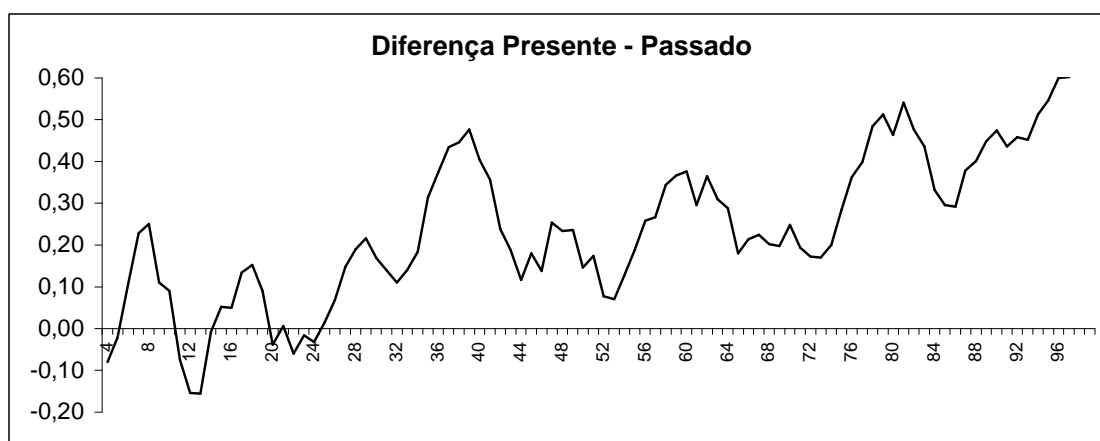
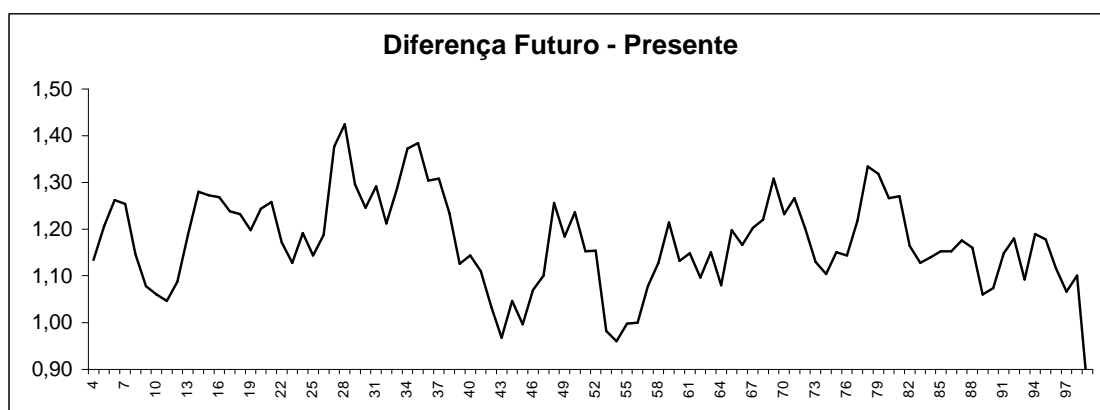
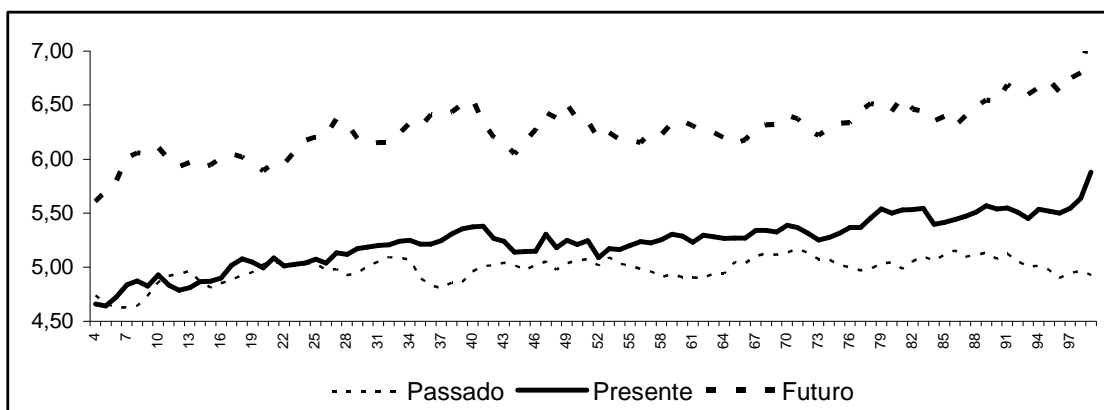
Além da atual satisfação com a vida agora captada na América Latina e Caribe em 2007, discutimos também expectativas de satisfação cinco anos adiante (2012) e memórias de satisfação com a vida há cinco anos (2002) bem como as diferenças absolutas entre estes conceitos. Mais uma vez, este intervalo cobre um período de grande crescimento econômico, portanto num contexto onde um futuro brilhante não pode ser antecipado em termos de felicidade presente, é natural que a atual satisfação com a vida esteja acima de seus valores passados. Similarmente, dados os futuros prospectos de crescimento acelerado, mesmo após as instabilidades de 2007, a futura satisfação com a vida também está acima dos níveis atuais. A diferença maior de ganhos de felicidade prospectivos vis a vis os ganhos retrospectivos parecem dar suporte mais a importância a não convexidades do modelo básico de escolha temporal mais de natureza *ex-ante* do que *ex-post*. Por exemplo, no caso de defasagem de hábitos: quando olhamos as conquistas para trás estamos já com as aspirações ajustadas aos ganhos materiais realizados enquanto o olhar ao futuro é mais fresco, com aspirações ainda inalteradas pela experiência de vida.

Precisamos considerar que este período corresponde à era dourada da economia mundial observada desde 2002 a 2007 em termos de expectativas para os próximos cinco anos. A relação positiva entre atual renda per capita e satisfação com a vida em diferentes horizontes de tempo fica clara no gráfico³. As curvas são muito mais pronunciadas para a atual e especialmente a satisfação futura do que para a passada. A atual satisfação com a vida é muito mais alta do que seu correspondente valor passado para aqueles percentis de renda mais elevados. Estes grupos de maior renda presente captam aqueles com uma maior proporção de efeitos transitórios positivos que separam a satisfação presente da passada. Pelas mesmas razões, indivíduos com renda atual mais alta apresentam ganhos mais modestos em relação à satisfação futura frente a presente do que níveis de renda mais baixos. A evidência parece corroborar pelo menos algumas das considerações que

³ Isto é feito apenas para América Latina em função da disponibilidade de dados construídos de renda per capita ajustada por paridade do poder de compra gentilmente cedidos por Leonardo Gasparini do Centro de Estudios Distributivos, Laborales Sociales (CEDLAS) da Universidad Nacional de La Plata, Argentina.

inspiraram o *livro* seminal de Milton Friedman (1957). Renda permanente parece também estar influenciando a satisfação com a vida para além dos efeitos diretos da renda atual.

Satisfação com a Vida e Renda na América Latina e Caribe 2007
Bem Estar Presente, passado e futuro e Renda Per capita atual
(Média Móvel 5 Percentis)



Fonte: CPS/FGV a partir do microdados do Gallup World Poll 2007

Segundo Adam Smith, o pai da disciplina, o estudo da economia deveria tratar como central a determinação do nível de felicidade individual. Não rejeitamos aqui a renda e a riqueza como determinantes da satisfação com a vida dos indivíduos. Nesta visão, o livro de Smith poderia ser intitulado de “A Felicidade Geral das Nações”. Indo para os detalhes mais dinâmicos da relação entre renda e felicidade, ao interpretarmos de maneira literal as “funções instantâneas de felicidade” de diferentes instantes do tempo, verificamos o peso relativo atribuído a renda corrente muda entre eles, dando suporte a uma visão mista onde os indivíduos suavizam a sua satisfação frente a mudanças observadas entre diferentes instantes do tempo e estados da natureza mas é uma suavização parcial ou imperfeita. Um próximo passo será precisar os canais que levam a este resultado a partir de um modelo temporal aditivo tirando partido de outras variáveis contidas na base de dados como de estoque de riqueza, de acesso a crédito e de incerteza. Outra extensão mais em linha com a literatura anterior é analisar como a relação entre renda e felicidade muda de acordo com a trajetória individual e circunstâncias agregadas, como aquelas relacionadas às condições da economia dos países e de grupos de referencia (efeito-inveja⁴). Finalmente, o estudo das relações entre a idade dos indivíduos e a satisfação presente e futura pode fornecer *insights* interessantes no teste de implicações da Teoria do Ciclo de Vida de Franco Modigliani que é um marco natural de análise para se analisar a evolução da satisfação com a vida das pessoas.

“O Brasil está mais para felicidade européia do que africana, atingindo 6,64 numa escala de 0 a 10, acima da norma internacional dada pela respectiva renda.”

“A elasticidade-renda de longo prazo da felicidade geral das nações é constante: para cada 10% de incremento de renda a felicidade sobe 1,5%.”

“As funções de felicidade instantâneas indicam que as pessoas suavizam a satisfação ao longo do tempo frente a mudanças observadas, mas de maneira imperfeita.”

⁴ Por estrutura esperada da utilidade do tempo de vida, quero dizer: funções de felicidade instantânea para diferentes períodos e o modo como estas funções interagem entre si ao longo do tempo. Por exemplo, pode ser uma estrutura aditiva simples onde se assume que não há interação no tempo, além daquela referente à restrição de tempo do orçamento, ou pode incorporar a explícita dependência do tempo, como defasagem de hábitos, e do entorno como no *efeito-inveja* (*keeping up with the Jones*). As estruturas aditivas permitem inferências mais simples sobre a relação entre a duração da vida e a utilidade instantânea.

Felicidade Presente, Passada e Futura no Ciclo da Vida

Quantas Lágrimas

Ah, quantas lágrimas eu tenho derramado
Só em saber que eu não posso mais
Reviver o meu passado
Eu vivia cheia de esperança
E de alegria, eu cantava, eu sorria
Mas hoje em dia eu não tenho mais
A alegria dos tempos atrás

Teresa Cristina e Grupo Semente
Composição: Manacé

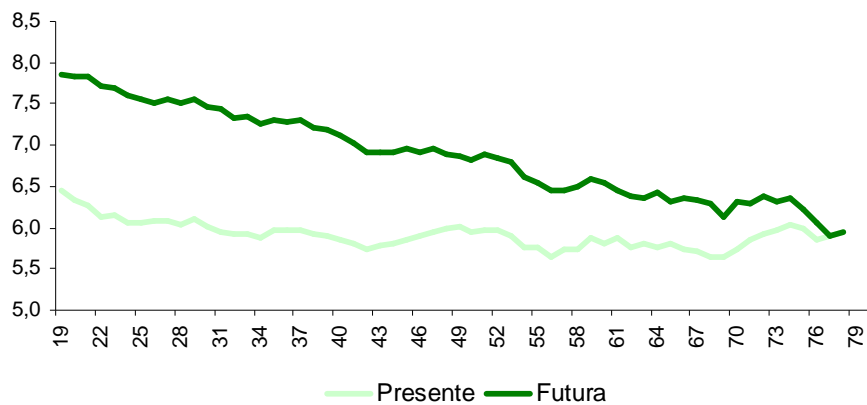
Angus Deaton (2007) usando dados do World Gallup não apenas desafia as interpretações mais ou menos estabelecidas da literatura empírica prévia, em particular que “dinheiro não traz felicidade (ou seja, satisfação com a vida no longo prazo)”, mas seu uso dos dados, Gallup World Poll, que são ricos em conteúdo e cobrem um amplo número de países em relação a pesquisas anteriores. A estrutura artigo de Deaton é útil para testar a relação entre felicidade e idade. A interpretação aqui feita incorporando renda implícita e taxas de sobrevivências, onde renda e expectativa de vida ocupam o papel central. Então, começaremos com um modelo teórico bem-fundamentado baseado nos capítulos de escolha temporal dos livros-texto em micro e macroeconomia.

A principal equação usada por Deaton (2007) para interpretar os resultados empíricos veio de um modelo de ciclo de vida de consumo amplamente usado. Um aspecto chave foi usar este modelo para explicitar a determinação da utilidade período a período (a chamada função felicidade instantânea) que não é normalmente feita porque a felicidade não é em geral observada nos conjuntos de dados usados na prática. A equação incorpora taxas explícitas de mortalidade (m_t) que certamente aumentam com a idade. O teste empírico proposto aqui é interpretar, literalmente, este segundo termo como a diferença entre níveis presentes e futuros de felicidade instantânea durante o ciclo de vida, que podem ser observados na pesquisa Gallup, através de perguntas sobre satisfação com a vida em diferentes pontos no tempo.

Além de satisfação com a vida, também aproveitamos as questões prospectivas (cinco anos a frente) e retrospectivas (cinco anos atrás) sobre satisfação. Argüimos aqui que tais questões são construções úteis, pois elas são geradas dentro dos mesmos níveis referentes às aspirações individuais como o gráfico ilustra. Em outras palavras, esses níveis de satisfação observados em diferentes instantes captam as visões dos indivíduos sob os mesmos níveis de aspirações. Mesmo que tivéssemos dados longitudinais, a comparação entre os níveis de satisfação ao longo do tempo envolveria níveis referentes às aspirações diferentes, bem como variáveis objetivas como condições materiais objetivas. De modo a analisar a formação da satisfação com a vida, deve-se separar aspirações de outros determinantes. Ao trabalhar com diferentes momentos no tempo, mas vistos simultaneamente de um ponto específico no tempo – quando a entrevista é feita – o nível de aspiração individual pode ser tomado como constante na comparação temporal. Essa é a presunção básica dos modelos intertemporais onde o problema é resolvido dependendo não apenas das expectativas de variáveis futuras, mas também na esperada estrutura de utilidade num certo momento – geralmente, no presente. Por estrutura esperada da utilidade do tempo de vida, queremos dizer: funções de felicidade instantânea para diferentes períodos e o modo como estas funções interagem entre si ao longo do tempo. Por exemplo, pode ser uma estrutura aditiva simples onde se assume que não há interação no tempo, além daquela referente à restrição de tempo do orçamento, ou pode incorporar a explícita dependência do tempo, como defasagem de hábitos. As estruturas aditivas fazem inferências muito mais simples sobre a relação entre a duração da vida e a utilidade instantânea.

Um dos principais propósitos deste projeto é contribuir com a literatura incipiente sobre a economia da felicidade, a partir dos dados do Gallup World Poll

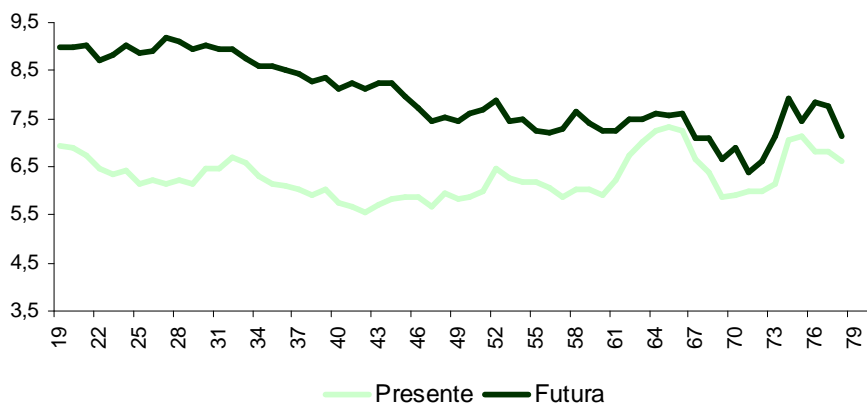
Felicidade Média por Idade (Média móvel de 5 anos)



Fonte: CPS/FGV processando os microdados do Gallup World Poll/2006 - Projeto do BID

Felicidade Média por Idade (Média móvel de 5 anos)

Brasil



Fonte: CPS/FGV processando os microdados do Gallup World Poll/2006 - Projeto do BID

Satisfação com a vida presente, passada e futura

Felicidade

*Felicidade foi se embora
E a saudade no meu peito ainda mora
E é por isso que eu gosto lá de fora
Porque sei que a falsidade não vigora
A minha casa fica lá detrás do mundo
Onde eu vou em um segundo quando começo a cantar
O pensamento parece uma coisa à toa
Mas como é que a gente voa quando começa a pensar*

Lupicínio Rodrigues

Além da atual satisfação com a vida na América Latina em 2007, apresentamos também expectativas de satisfação cinco anos adiante (2012) e memórias de satisfação com a vida há cinco anos (2002) bem como as diferenças absolutas entre estes conceitos. Deve-se ter em mente que este intervalo cobre um período de grande crescimento econômico, portanto é natural que a atual satisfação com a vida esteja acima de seus valores passados. Similarmente, dados os futuros prospectos de crescimento acelerado contínuo, a futura satisfação com a vida está acima dos níveis atuais.

a. Rankings de satisfação com a vida

Tabelas 9 e 10 apresentam níveis e diferenças de satisfação com a vida na ALC para 2007. Começando com atuais níveis de satisfação, em geral países com renda mais alta apresentam maior satisfação atual.

Ciclo de vida e satisfação com a vida em diferentes horizontes de tempo

A relação entre satisfação presente, passada e futura com a vida, por um lado, e idade, por outro lado, é muito diversa como o gráfico ilustra a respectiva situação para a América Latina em 2007 e para o mundo em 2006. Ambos os conjuntos dos gráficos 6 e 7 (a ao d) apresentam as mesmas tendências gerais. Exceto por uma pequena queda nos primeiros anos da vida adulta na Alc, satisfação atual com a vida não muda com a idade. Isto daria suporte para as considerações de Franco Modigliani sobre hipóteses de ciclo de vida de suavização dos padrões de consumo ao longo do tempo. Satisfação passada está aumentando com a idade e supera a satisfação atual entre 60 e 65 anos de idade em ambas as amostras; enquanto a satisfação futura está diminuindo. Como resultado, a

diferença entre a satisfação presente e passada está diminuindo como também está a diferença entre satisfação futura e presente (naquela ordem). Nossa interpretação é que este resultado capta o impacto da crescente taxa de mortalidade condicional que acontece com a idade. Esta comparação literal entre satisfação presente, passada e futura com a vida - enquanto mantêm-se constantes os níveis de aspiração - fornece um teste mais direto da hipótese de Deaton (2007) de que “com a idade, a taxa de declínio da felicidade acelerará”. Do que a relação entre expectativa de vida e satisfação atual com a vida mostrada neste paper.

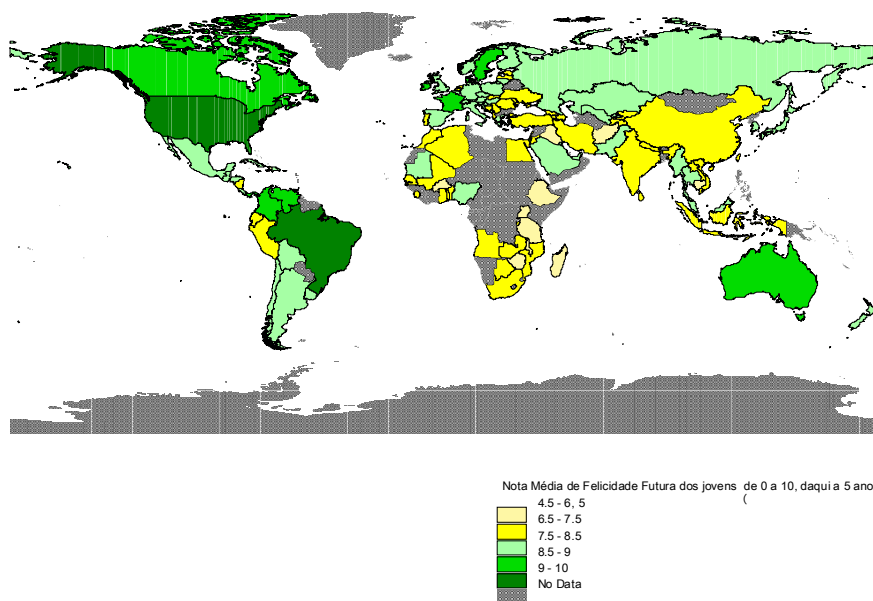
País do Futuro

A FGV também calcula o ranking global de felicidade futura. No Brasil é particularmente alta a expectativa em relação futuro - na escala de 0 a 10 nossa nota média é 8,78, mais do que qualquer um dos 132 países pesquisados. Ou seja, somos campeões mundiais de felicidade futura, ou de atitude jovem. Essa interpretação permite reconciliar duas qualificações recorrentemente atribuídas ao Brasil: "país jovem", por uns, e "o país do futuro", por outros.

País Jovem

Mais do que um país de jovens na sua composição demográfica, o Brasil é um país habitado por jovens de espírito jovem. A média de felicidade futura do brasileiro entre 15 e 29 anos é 9,29 também superior a qualquer um dos países pesquisados.

FELICIDADE FUTURA
JOVENS 15 A 29 ANOS



Mais **Felicidade Futura (em cinco anos)**
Jovem

	Futuro	Presente
Brazil	9.29	6.77
USA	9.11	7.05
Venezuela	8.87	7.37
France	8.78	7.44
Denmark	8.78	7.89
Canada	8.70	7.54
Ireland	8.70	7.40

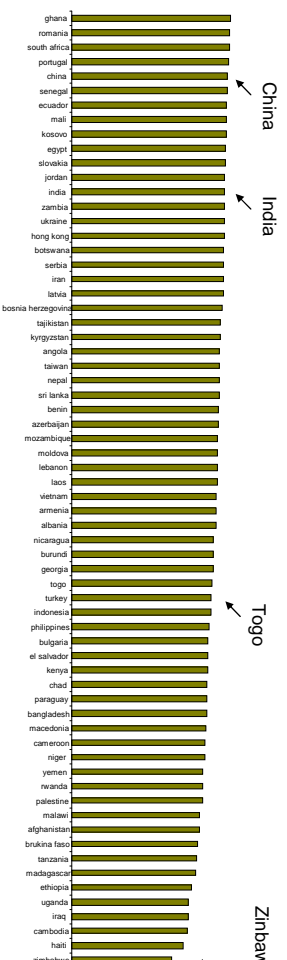
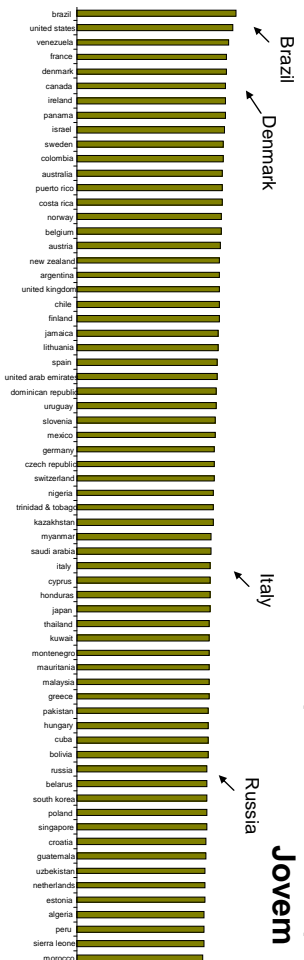
Fonte: CIP/FGV Processando os Microdados do Gallup World Poll 2006 – Projeto BID pela FGV

Menos **Felicidade Futura (em cinco anos)**
Jovem

	Futuro	Presente
Ethiopia	5.58	3.91
Uganda	5.46	3.78
Iraq	5.46	3.75
Cambodia	5.37	3.71
Haiti	5.18	3.71
Zimbabwe	4.68	4.09

Fonte: CIP/FGV Processando os Microdados do Gallup World Poll 2006 – Projeto BID pela FGV

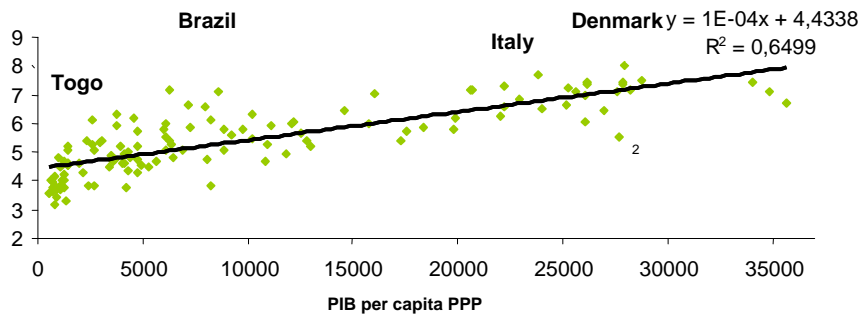
Felicidade Futura (em cinco anos) Jovem



Fonte: CIP/FGV Processando os Microdados do Gallup World Poll 2006 – Projeto BID pela FGV

Felicidade Presente X PIB Per Capita PPP

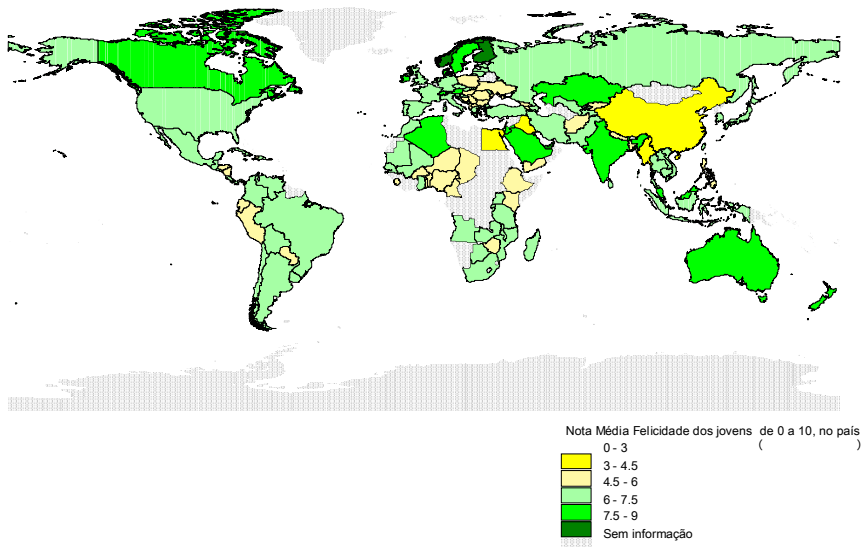
Dinheiro traz a Felicidade?



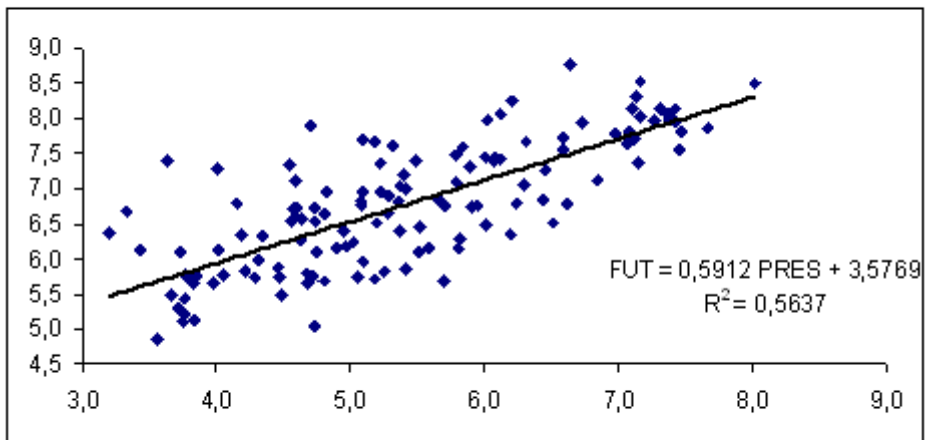
Fonte: CPS/FGV Processando os Microdados do Gallup World Poll 2006 – Projeto BID pela FGV

“A Felicidade Futura dos Brasileiros em relação a sua própria vida é bem maior do que a expectativa sobre o país cinco anos a frente”

FELICIDADE FUTURA NO PAÍS JOVENS 15 A 29 ANOS

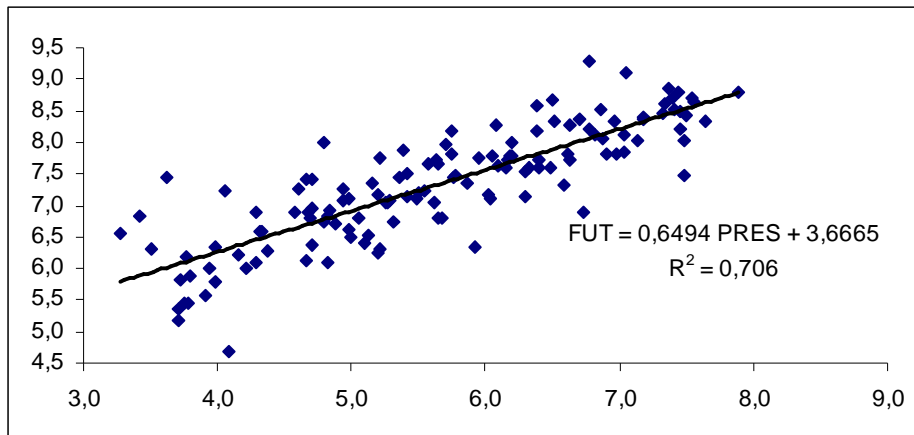


Felicidade Futura x Felicidade Presente
População Total



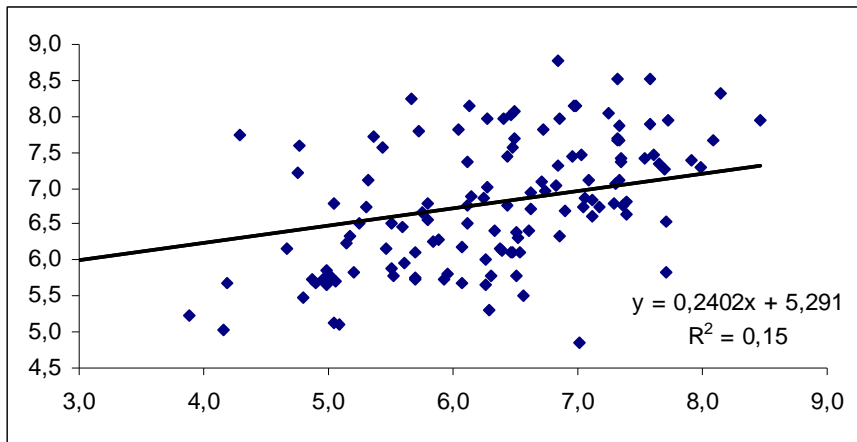
Fonte: CPS/FGV processando os microdados do Gallup World Poll/2006 - Projeto do BID

Felicidade Futura x Felicidade Presente
População Jovem



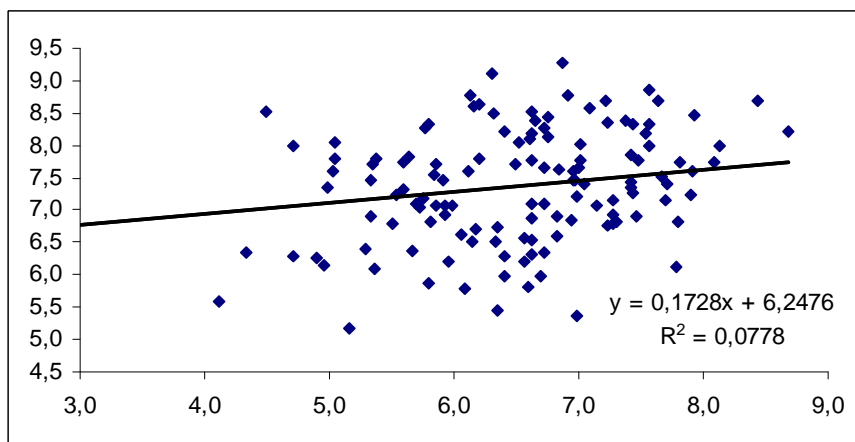
Fonte: CPS/FGV processando os microdados do Gallup World Poll/2006 - Projeto do BID

Percepção Futura (País) x Felicidade Futura
População Total



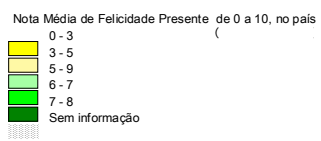
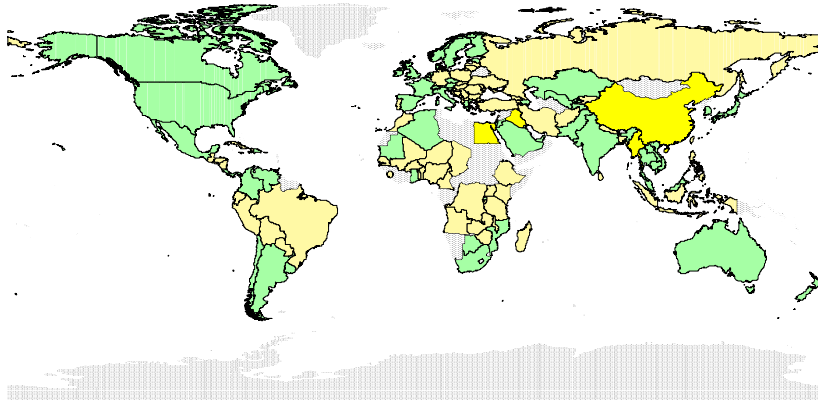
Fonte: CPS/FGV processando os microdados do Gallup World Poll/2006 - Projeto do BID

Percepção Futura (País) x Felicidade Futura
População Jovem

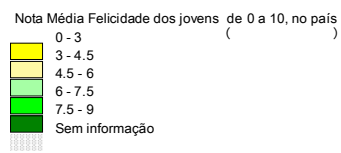
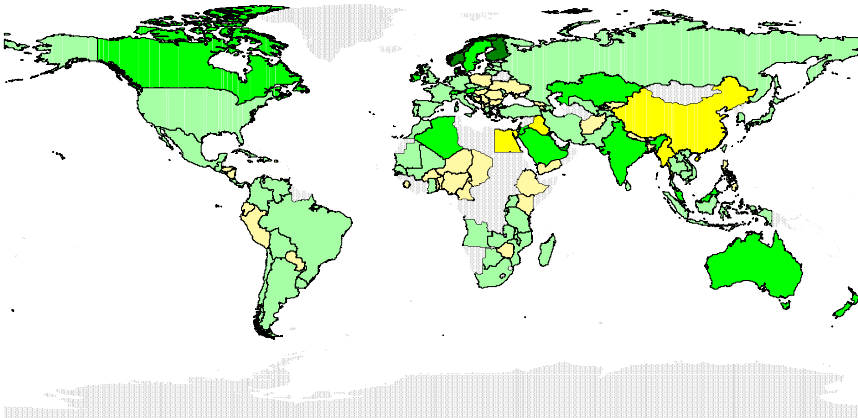


Fonte: CPS/FGV processando os microdados do Gallup World Poll/2006 - Projeto do BID

FELICIDADE PRESENTE NO PAÍS



FELICIDADE PRESENTE NO PAÍS JOVENS 15 A 29 ANOS



BIBLIOGRAFIA FELICIDADE

ARGYLE, Michael. (1999). "Causes and correlates of happiness." in Daniel Kahneman, Ed. Diener, and Norberth Schwarz, eds., *Well-being: the foundations of hedonic*.

ARIAS, O. and ESCUDERO, Sosa W. (2004). *Subjective and Objective Poverty in Bolívia*, Background *paper* for the 2005 World Bank Bolívia Poverty Assessment.

BECKER, Gary S. (2005). Tomas J. Philipson and Rodrigo R. Soares, "**The Quantity** and Quality of life and the evolution of World Inequality", *The American Economic Review*. Vol. 95, nº 1, March 2005.

BERTRAND, M. and MULLAINATHAN, S. (2001). Do People mean what they say? Implications for subjective survey data. *American Economic Review*, 91, 67-72.

BLANCHFLOWER, David G. and OSWALD, Andrew. (2004). "Well-being over time in Britain and the USA." *Journal of Public Economics*, 88, 1359-86.

_____. (2007), "Is well-being U-shaped over the life-cycle." NBER Working *Paper* nº 12935, February.

CLARK, Andrew and OSWALD, Andrew. (2002). "Well-being in panels." University of Warnick, Department of Economics, processed.

DEATON, Angus. (2007). "Income, Aging, Health and Wellbeing around the World: Evidence from the Gallup World Poll", mimeo, Princeton.

DEATON, Angus and PAXSON, Christina. (1994). "Intertemporal choice and inequality." *Journal of Political Economy*, 102, 437-67.

DI TELLA, Rafael., DE NEW, Jonh Haisken-, and MACCULLOCH, Robert. (2005). "Happiness adaptation to income and to status in an individual panel." processed, october.

DI TELLA, Rafael; MACCULLOCH, Robert and OSWALD, Andrew J. (2001). Preferences over inflation and unemployment: evidence from surveys of happiness. *American Economic Review*, 91, 335-41.

DIENER, Ed. and OISHI, Shigehiro. (2000). "Money and hapiness: income and subjective well-being nations." in Ed Diener and Eunkook M. Suh, eds., *Culture and subjective well-being*, Cambridge, MA. MIT Press, 185-218.

DUESENBERY, J. (1949). *Income, Savings and the Theory of Human Behavior*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

EASTERLIN, Richard A. (1974). "Does economic growth Improve the human lot?" in Paul A. David and Melvin W. Reder, eds., *Nations and households in economics growth: essays in honor of Moses Abramovitz*. New Tork, Academic Press, 89-125.

_____. (1995). "Will raising the incomes of all increase the happiness of all?" *Journal of Economics Behavior and Organization*, 27, 35-48.

_____. (2003). "Explaining happiness". *Proceedings of the National Academy of Science*, 100(19), 11176-83.

_____. (2006). "Life cycle happiness and its sources: intersections of psychology, economics and demography." *Journal of Economics Psychology*, 27, 463-82.

EGGERS, A.; GADDY, C. and GRAHAM C. (2005). Well-being and unemployment in Russia in the 1990's: can society's suffering be individuals' solace? *Journal of Socioeconomics*, forthcoming.

FRANK, R. (1999). *Luxury Fever: Money and Happiness in a Era of Excess*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

FREY, B. and STUTZER, A. (2002a). *Happiness and Economics*. Princeton University Press.

_____. (2002b). What can economists learn from happiness research? *Journal of Economic Literature*, 40, 401-35.

GASPARINI, L. (2003). Different lives: inequality in Latin America and the Caribbean. En *Inequality in Latin America and the Caribbean: breaking with history?*, Chapter 2, Washington, D.C: The World Bank.

GRAHAM, C. (2005). "Insights on development from the economics of happiness". *World Bank Research Observer*, 201-31.

GRAHAM, C. and FELTON, Andrew. (2006). "Inequality and happiness: Insights from Latin America". *Journal of Economic Inequality*, 4 (1).

GRAHAM, C. and PETTINATO, S. (2002). *Happiness and Hardship: Opportunity and Insecurity in New Market Economies*. Washington, DC: The Brookings Institution.

GRAHAM, C. and SUKHTANKAR, S. (2004). Does Economics crisis reduce support for markets and democracy in Latin America? Some evidence from surveys of public opinion and well-being. *Journal of Latin American Studies*, 36, 349-77.

GRAHAM, C; EGGERS, A. and SUKHTANKAR, S. (2004). Does happiness pay? An initial exploration based on panel data from Russia. *Journal of Economics Behavior and Organization*, 55, 319-42.

HELLIWELL, Jonh F. (2003). "How's life?" Combining individual and national variáveis to explain subjective well-being", *Economic Modeling*, 20, 331-60.

HOBBCRAFT, Jonh., MENKEN, Jane. And PRESTON, Samuel H. (1982). "Age, period and cohort effects in demography: a review". *Population Index*, 48, 4-43.

INGLEHART, Ronald and KLINGEMANN, Hand-Dieter. (2000). "Genes, culture, democracy and happiness", in Ed Diener and Eunkook M. Suth, eds., *Culture and Subjective well-being*, Cambridge, MA. MIT Press, 165-83.

KAHNEMAN, D, and KRUEGER, A. (2006), Developments in the Measurement of Subjective Well-being, *Journal of Economics Perspectives*, 20-1; pp.3-24.

KAHNEMAN, Daniel., KRUEGER, Alan B., SCHKADE, David., SCHWARZ, Norbert and STONE, Arthur A. (2006). "Would you be happier if you were richer? A focusing illusion". *Science*, 312, 1908-10.

KENNY, Anthony and CHARLES. (2006). "Life, Liberty and the Pursuit of Utility", Imprint Academic. UK.

LAYARD, Richard., 2005, "Happiness: Lessons from a new science.", New York, The Penguin Press.

OSWALD, Andrew. (1997). Happiness and economic performance. *Economic Journal*, 107, 1815-31.

PRADHAM, M. and RAVALLION, M. (2000). Measuring Poverty using Qualitative Perceptions of Welfare. *Review of Economics & Statistics*, Vol. 82 Issue 3, pp. 462-72.

ROJAS, M. (2005). A Conceptual-Referent Theory of Happiness: Heterogeneity and its Consequences. in *Social Indicators Research*, 74 (2), 261-294.

ROSEAN, Sherwin. (1994). "The Quality and Quality of life: A Conceptual Framework", in George Tolley, Donald Kenkel and Robert Fabian, *Valuing Health for Policy*, University of Chicago Press.

RUUT, Veenhoven. (1991). "Is happiness relative?" *Social Indicators Research*, 24, 1-34.

SEN, A. (1984). Rights and Capabilities. In A. Sen., *Resources, Values and Development*. Oxford: Basil Blackwell.

_____. Social justice and the distribution of income. *Handbook of Income Distribution*. Elsevier Science B. V. Pg. 60-81.

_____. (2002). "Health: perception versus observation", *British Medical Journal*, 324, 860-1.

_____. 1999, *Development as freedom*, New York, Knopf.

STUTZER, A. and LAVILE, R. (2004). The role of social work norms in job searching and subjective well-being. *Journal o the European Association*, 2, 696-719.

TENAGLIA, S. (2007). Testing Theories on Happiness: A Questionnaire; working paper. University of Tor vergata, Rome.

VEENHOVEN, R. (1996b). Happy life expectancy: A comprehensive measure of quality of life in nations. *Social Indicators Research*, 39, pp. 1-58.

VEENHOVEN, R. (2000). The for Qualities of Life: Ordering Concepts and Measures of the Good Life. *Journal of Happiness Studies*, 1, 1-39.

_____. Quality of life and Happiness: Not quite the same, in G. DeDirolamo et. all. (eds), *Salute e qualità dell vida*, Centro Scientifico Editore, Torino Italia, 67-95.

_____. (2002). World database of happiness [on line]. Available <http://www2.eur.nl/fsw/research/happiness/index.htm>. Accessed 17 june 2005.

VYAS y KUMARANAYAKE (2006). “Constructing socio-economic status indices: how to use principal componentes análisis.” Health Policy and Planning, Volume 21, n° 6, pp. 459-468, Oxford University Press.

Citar Naércio Menezes, papers projeto BID e papers nossos, livro do Eduardo Gianneti

Decomposição Trabalhista

Diversas são as variáveis que caracterizam a performance trabalhista tais como a ocupação, o desemprego, o salário, a extensão da jornada e da participação no mercado de trabalho entre outras. Uma dificuldade é a integração destes diversos componentes num arcabouço comum. Pois sempre estamos comparando laranjas com bananas. Isto é medidas baseadas em diferentes unidades como horas, com unidades monetárias e frações etc . Seguimos aqui a literatura de bem estar utilizando como medida de desempenho social integradora a renda. Propomos aqui uma nova metodologia que mapeia os impactos da evolução de cada um dos principais ingredientes trabalhistas em termos do total de renda auferida individualmente pelos jovens. Uma vez que há dependência dos jovens em relação as suas famílias e vice-versa uma extensão desejada é integrar os medidas usadas em termos de renda familiar per capita. Isto é passamos do conceito de indivíduos jovens para o de famílias com jovens. Outra extensão é transcender a média e passarmos a análise da distribuição dos ingredientes trabalhistas entre diferentes estratos de renda. Estas duas extensões serão perseguidas em outro estágio da pesquisa.

Inicialmente partimos da relação básica de que a renda total do indivíduo, pode ser decomposto na relação entre renda total e renda do trabalho e na magnitude da renda do trabalho. Isto é obtido ao se multiplicar e dividir a renda total pela renda do trabalho e arrumando os termos de forma conveniente, já que a ordem dos fatores não altera o produto.

$$\begin{array}{|c|} \hline \text{Renda} \\ \text{Total} \\ \text{(Individual)} \\ \hline \end{array} = \begin{array}{|c|} \hline \text{Renda Total/} \\ \text{Renda do} \\ \text{Trabalho} \\ \hline \end{array} * \begin{array}{|c|} \hline \text{Renda do} \\ \text{Trabalho} \\ \hline \end{array}$$

(RENDA TODAS AS FONTES DE RENDA / RENDA DE TODOS TRABALHOS):

Razão entre a renda total e a renda proveniente do trabalho. Mede a importância relativa do salário na composição da renda total da pessoa (quanto maior o indicador, menor a importância relativa do trabalho e maior a de outras rendas como as advindas de programas sociais, pensões ou de transferências privadas).

O primeiro termo capta o papel de redes de proteção social advindas de políticas públicas e de transferências privadas em alavancar a renda do trabalho individual. Sua

O segundo termo sintetiza o desempenho trabalhista. A seguir damos um passo além e dividimos a renda do trabalho em dois componentes: renda trabalhista de quem está ocupado (i.e., salário dos empregados) e taxa de ocupação multiplicando e dividindo os termos pelo número de ocupados. Chegamos assim aos tres principais determinantes da renda aqui propostos:

$$\begin{array}{|c|} \hline \text{Renda} \\ \text{Total} \\ \text{(Individual)} \\ \hline \end{array} = \begin{array}{|c|} \hline \text{Renda Total/} \\ \text{Renda do} \\ \text{Trabalho} \\ \hline \end{array} * \begin{array}{|c|} \hline \text{Renda Trab.} \\ \text{dos Ocupados} \\ \hline \end{array} * \begin{array}{|c|} \hline \text{Taxa de} \\ \text{Ocupação} \\ \hline \end{array}$$

Trabalhamos com os dois últimos termos acima separadamente:

Decomposição do salário dos que estão ocupados:

$$\begin{array}{|c|} \hline \text{Renda Trab} \\ \text{Ocupados} \\ \hline \end{array} = \begin{array}{|c|} \hline \text{Nível de} \\ \text{Educação} \\ \hline \end{array} * \begin{array}{|c|} \hline \text{Retorno da} \\ \text{Educação} \\ \hline \end{array} * \begin{array}{|c|} \hline \text{Jornada de} \\ \text{Trabalho} \\ \hline \end{array}$$

$$\begin{array}{|c|} \hline \text{Renda Trab} \\ \text{dos} \\ \text{Ocupados} \\ \hline \end{array} = \begin{array}{|c|} \hline \text{EDU} \\ \text{(Anos de} \\ \text{Escolaridade)} \\ \hline \end{array} * \begin{array}{|c|} \hline \text{SAL.} \\ \text{EDU*Horas} \\ \text{(R\$)} \\ \hline \end{array} * \begin{array}{|c|} \hline \text{Horas} \\ \text{(semanais)} \\ \hline \end{array}$$

(SALÁRIO / JORNADA * EDUCACÃO): Razão entre o salário hora (remuneração média por cada hora trabalhada) e a educação média (anos completos de estudos). Mede o prêmio da educação no mercado de trabalho. Quanto maior o indicador, maior é a capacidade do indivíduo de transformar em renda cada unidade do investimento educacional realizado em cada hora trabalhada. Numa economia estagnada com muita oferta de educação tende a ser baixo. Este componente seria num mercado de trabalho competitivo equivalente a produtividade do trabalho.

(NÍVEL DE EDUCAÇÃO): Média de anos completos de estudos. Dá a magnitude do investimento realizado em capital humano.

(JORNADA): Média de horas trabalhadas nos dá a extensão do esforço empreendido.

Este tipo de distinção sobre o que impacta a renda é particularmente relevante. Por exemplo, aposto que entre uma duplicação de salário resultante de dobrar a carga de trabalho de o salário e outras onde as horas ficam paradas (e portanto o salário-hora cai a metade), a maioria das pessoas vai preferir o primeiro. Similarmente, aumentar a renda por que aumentou a escolaridade reflete a recuperação de um investimento em educação. Como veremos, o premio da educação no Brasil não só caiu porque aumentou a oferta na expansão educacional que se acelera a partir de 1995 como ele cai mais que aumentou a oferta, o que é até certo ponto surpreendente, refletindo a estagnação trabalhista pós 1997.

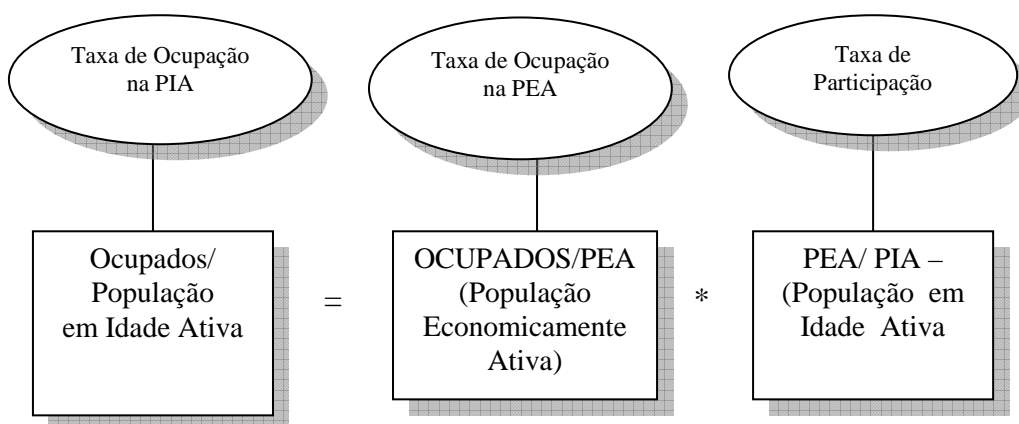
$$SAL = \left(\frac{SAL}{HOR * EDU} \right) * \left(EDU * HOR \right)$$

SAL = Renda do trabalho Salário

PEA = População Economicamente Ativa

POP = População

PIA = População em Idade Ativa

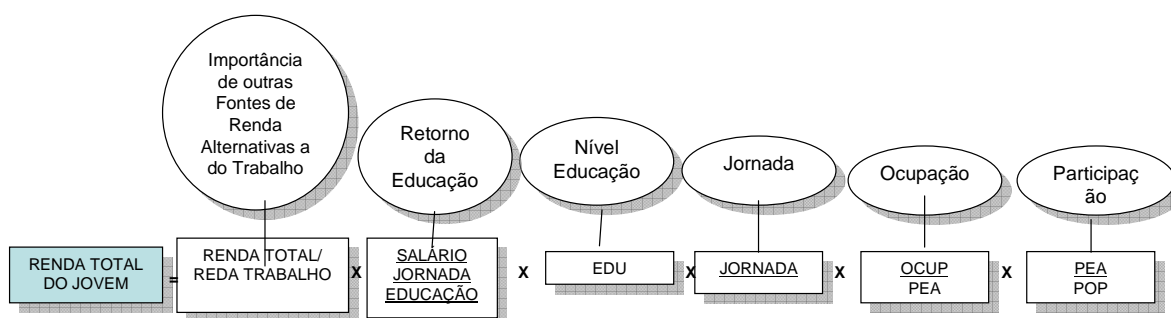


(NÚMERO DE OCUPADOS / POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)): Taxa de ocupação na população economicamente ativa. Mede a taxa de sucesso, ou seja, probabilidade de conseguir um emprego entre as pessoas que estão economicamente ativas (ocupadas ou desempregadas), ou seja, participando ativamente do mercado de trabalho. Este conceito corresponde ao complemento da definição clássica de desemprego. Por exemplo, se a estatística de ocupação for 75% então a taxa de desemprego será 25%, e assim por diante.

(POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) / POPULAÇÃO TOTAL NA FAIXA ETÁRIA): Taxa de participação no mercado de trabalho. Mede o nível de participação da população, incluindo aqueles indivíduos que estão exercendo algum tipo de trabalho (ocupados) e aqueles que não exercem, mas estão a procura de emprego (desempregados).

Neste exercício decompos a renda (incluindo outras fontes não trabalhistas) do jovem em diferentes pedaços a fim de analisar o impacto de cada componente no total. Ou seja, é possível estimar a renda total do jovem como resultado de um conjunto de fatores (salário, educação, retorno educacional, ocupação, participação no mercado de trabalho e da complementação de outras fontes de renda como aquelas advindas de programas sociais). Cada um destes fatores impacta de diferente forma a renda total observada.

Esquema que reúne as variáveis utilizadas (colunas do panorama):



PNAD 1992 a 2006

Apresentamos abaixo a aplicação desta decomposição no âmbito nacional. Começamos a análise pelo período coberto pela nova PNAD de 1992 a 2006. Houve um aumento da renda média auferida individualmente por cada jovem que passa de R\$ 275 para R\$325, um aumento de pouco mais de 1,21% ao ano (a.a.) por jovem, ou 18,26% no acumulado deste período. Agora o que explica esta variação de renda. Em primeiro lugar e mais importante os fatores expansionistas ligados ao nível de escolaridade de 2,63% a.a. (passa de 6,325 anos completos de estudo em 1992 para 9,094 em 2006) e os fatores contracionistas associados a deterioração/redução da capacidade de cada jovem ocupado transformar esta maior educação em renda trabalhista de -1,37% a.a.. Isto quer dizer que se tudo mais ficasse constante (retorno, jornada, ocupação, outras rendas etc) a renda do jovem deveria ter subido 2,63% a.a. neste período. Entretanto, a redução do prêmio educacional fruto da estagnação trabalhista roubou -1,37% a.a. deste ganho. Ou invertendo a análise, se a quantidade de educação do jovem não tivesse aumentado e tudo mais constante, a renda do jovem teria contraído a taxa de -1,37% a.a. por conta desta redução do retorno da educação fruto da estagnação trabalhista.

Houve uma redução da jornada de trabalho de -0,32% a.a. correspondente a queda de 43,5 horas semanais em 1992 para 41,64 em 2006. Sintetizando os três fatores salariais a renda de cada jovem ocupado cresceu em termos líquidos 0,9% a.a., mas o rendimento por hora cresceu mais 1,22% a.a. fruto do menor esforço exercido por cada jovem ocupado. Apesar da onda demográfica jovem que adentra a estrutura etária brasileira neste período mais longo de 1992 a 2006, os deslocamentos ocupacionais acumulados são ainda menos expressivos a taxa de participação cai -0,03% a.a. e a taxa de ocupação sobe 0,09% a.a.. Ou seja, a probabilidade de cada jovem de 15 a 29 anos ter acesso a um posto de trabalho sobe 0,054% a.a., o que sugere estagnação do ponto de vista individual. Finalmente, há uma tendência expansionista de outras fontes de renda, em particular aquela provinda de programas sociais de 0,25% a.a. que isoladamente explicariam crescimento acumulado da renda do jovem. Em suma os grandes fatores de mudança educacionais associados são o aumento da quantidade de educação e a redução do prêmio obtido por cada unidade de anos de estudos completada, como estes efeitos se cancelam entre si em boa medida, há uma estagnação da renda trabalhista percebida por cada jovem.

Nível - 15 a 29 anos								
População Total 1992 a 2006								
Categoria	Ano	Renda de Todas as Fontes R\$ =	Renda de Todas as Fontes / Renda de Todos os Trabalhos x	Salário-Hora por Anos de Estudo R\$ x	Anos de Estudo x	Horas Trabalhadas Semanais x	Taxa de Ocupação na PEA % x	Taxa de Participação no Mercado de Trabalho %
	1992	274,6	1,0321	1,848	6,325	43,552	0,747	0,699
	2006	324,74	1,069	1,524	9,094	41,64	0,756	0,696
Varição	(%) Anualizada	1,21	0,25	-1,37	2,63	-0,32	0,09	-0,03

PNAD 2004 a 2006

A análise das últimas PNADs coletadas no período 2004 a 2006 apresenta resultados qualitativamente distintos daqueles do período 1992 a 2006, discutidos acima. A taxa de variação anualizada obtida em dois anos de 7,9% a.a. é 90% do ganho obtido no período total de 14 anos. Ou seja, de 1992 a 2004 a renda de cada jovem estava na comparação ponta a ponta do período praticamente estagnada. Observamos uma manutenção da taxa de crescimento anula da educação dos ocupados (sobe 2,74 % a.a. de 2004 a 2006), mas uma reversão da tendência de queda do retorno da educação que sobe 4,15% a.a. Os outros fatores fora a jornada de trabalho apresentam tendências expansionistas de renda, mas de ordem de magnitude bem inferior cada um deles com taxas anualizadas menores que 1% ao ano nos dois anos. De qualquer forma os fatores ocupacionais correspondem a mais 0,94% a.a. de aumento da taxa de ocupação da PEA e 0,36% a.a. de aumento de taxa de participação na PEA.

15 a 29 anos								
População Total 2004 a 2006								
Categoria	Ano	Renda de Todas as Fontes R\$ =	Renda de Todas as Fontes / Renda de Todos os Trabalhos x	Salário-Hora por Anos de Estudo R\$ x	Anos de Estudo x	Horas Trabalhadas Semanais x	Taxa de Ocupação na PEA % x	Taxa de Participação no Mercado de Trabalho %
	2004	278,92	1,0645	1,405	8,616	42,223	0,742	0,691
	2006	324,74	1,069	1,524	9,094	41,64	0,756	0,696
Varição	(%) Anualizada	7,90	0,21	4,15	2,74	-0,69	0,94	0,36

15 a 29 anos						
População Total						
	Renda de Todos Trabalhos =	Salário-Hora(Renda Positiva) por Anos de Estudo x	Anos de Estudo x	Horas Trabalhadas x	Taxa de Ocupação na PEA x	Taxa de Participação no Mercado de Trabalho
2008	414,05	1,813	10,436	41,327	0,816	0,649
2007	380,44	1,715	10,266	41,396	0,803	0,65
2006	349,61	1,613	10,129	41,471	0,796	0,649
2005	311,79	1,492	9,953	41,673	0,793	0,635
2004	277,73	1,414	9,735	41,66	0,751	0,645
2003	252,62	1,365	9,517	41,874	0,724	0,642
2002	239,08	1,339	9,356	41,926	0,733	0,621
Variação	Annual %					
2008/2006	8,83	6,02	1,50	-0,17	1,25	0,00
2008/2004	10,50	6,41	1,75	-0,20	2,10	0,15

Os dados revelam que após anos de crise metropolitana e/ou de desemprego que começam por volta dos efeitos da Crise Russa em 1997, as maiores cidades brasileiras estão em ampla expansão trabalhista. Analisando em bases anuais o período de marcada recuperação de 2004 a 2008 notamos um aumento anual da renda do indivíduo de 15 a 29 anos de 10,5% ao ano. Destes 6,41% foi recuperação do prêmio da educação, 1,75% a.a. de anos de estudo sendo rivalizado pelo efeito do aumento da taxa de ocupação na PEA de 2,10% a.a. O impacto adicional de aumento da taxa de participação sobre a taxa de ocupação é positivo 0,15% a.a. ou de redução da jornada 0,2% a.a. sobre a renda do trabalho de quem está ocupado são ambos relativamente modestos.

Conteúdo do Panorama:

1 - Selecione inicialmente o conteúdo das tabelas que deseja visualizar.



Idade: Você pode escolher entre analisar a população jovem ou qualquer outra faixa etária específica. Essas informações permitem avaliar cada grupo isoladamente, ou compará-los entre si.

Ano: Escolha no período entre 1992 e 2006, o ano que deseja observar.

Análise: Nível: permite avaliar o peso de cada componente (coluna do panorama) na renda total do grupo e cruzar com diferentes características da população.

2 - Em seguida, escolha os cruzamentos desejados. Dentre as divisões de características disponíveis selecione as que deseja visualizar simultaneamente.



- Espaciais como local de moradia, área (metropolitana, urbana não metropolitana e rural), Estados, etc...
- Características demográficas como sexo, idade, anos de estudo, raça, a posição na família, etc...
- Características sócio-econômicas divididas em acesso a duráveis/serviços e ocupação/renda.

3 - Clique em Gerar Tabelas.



4 - Para cada tabela gerada é possível gerar um gráfico com os resultados apresentados. Basta clicar no botão Gráfico no canto inferior direito de cada tabela.

Nível - 15 a 29 anos							
Sexo							
Categoria	Renda de Todas as Fontes =	Renda de Todas as Fontes / Renda de Todos os Trabalhos x	Salário-Hora por Anos de Estudo x	Anos de Estudo x	Horas Trabalhadas x	Taxa de Ocupação na PEA x	Taxa de Participação no Mercado de Trabalho
Homem	404,61	1,0369	1,67	8,495	43,677	0,795	0,192
Mulher	246,12	1,1253	1,337	9,97	36,663	0,705	0,601

[Gráfico](#)

É fundamental distinguir a questão da renda da educação nos subgrupos etários dos jovens.

15 a 21 anos População Total

	Renda de Todos Trabalhos =	Salário-Hora (Renda Positiva) por Anos de Estudo x	Anos de Estudo x	Horas Trabalhadas x	Taxa de Ocupação na PEA x	Taxa de Participação no Mercado de Trabalho
2008	172,78	1,309	9,82	39,935	0,722	0,466
2007	164,29	1,256	9,709	39,873	0,714	0,473
2006	147,42	1,15	9,588	39,947	0,703	0,476
2005	129,99	1,052	9,51	40,227	0,699	0,462
2004	118,13	0,992	9,394	40,027	0,654	0,484
2003	109,17	0,958	9,237	40,476	0,628	0,485
2002	102,54	0,937	9,096	40,359	0,643	0,464
Variação Anual %						
2008/2006	8,26	6,69	1,20	-0,02	1,34	-1,06
2008/2004	9,97	7,18	1,11	-0,06	2,50	-0,94

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

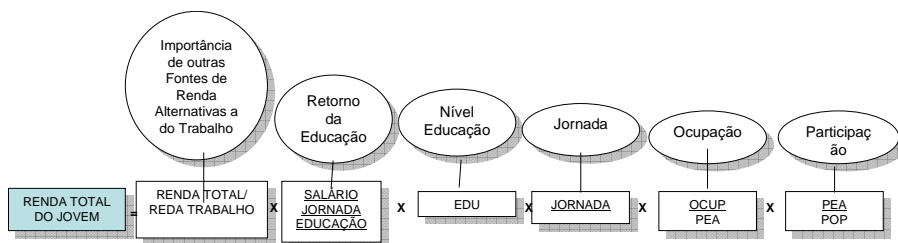
Ranking Trabalhista - Jovens entre 22 a 29 anos

Ranking - Ocupados

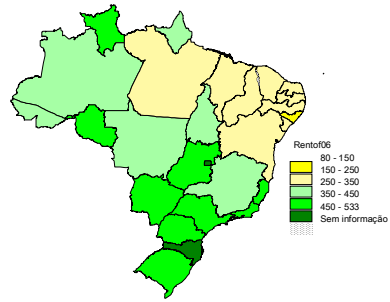
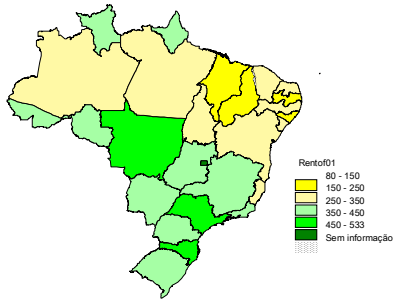
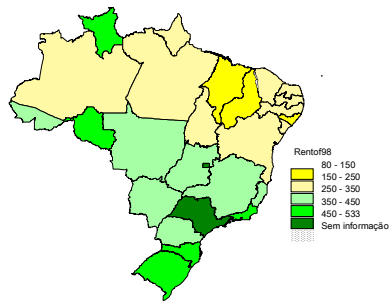
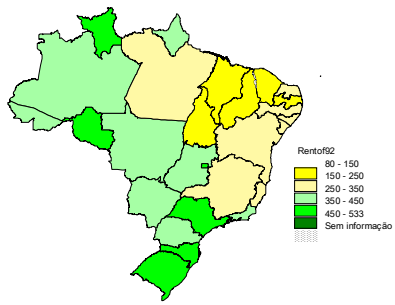
Ranking - Desempregados

Ocupados %			Desemprega dos %		
1	Paraná	72,63	1	Bahia	21,74
2	Goiás	72,21	2	Maranhão	19,59
3	Santa Catarina	71,33	3	Alagoas	19,07
4	Rio Grande do Sul	71,15	4	Amazonas	18,86
5	Espirito Santo	70,33	5	Pernambuco	18,68
6	Minas Gerais	70,24	6	Sergipe	18,49
7	Mato Grosso do Sul	69,77	7	Pará	17,09
8	Tocantins	69,52	8	Paraíba	16,30
9	São Paulo	69,15	9	Amapá	16,07
10	Distrito Federal	68,89	10	Rio Grande do Norte	15,41
11	Roraima	68,59	11	Piauí	14,97
12	Mato Grosso	66,42	12	Minas Gerais	14,78
13	Rio de Janeiro	65,90	13	Rio de Janeiro	14,41
14	Ceará	63,15	14	Espirito Santo	14,15
15	Rondônia	63,07	15	São Paulo	14,12
16	Bahia	61,87	16	Distrito Federal	13,99
17	Acre	61,48	17	Ceará	13,98
18	Rio Grande do Norte	61,35	18	Mato Grosso	13,14
19	Piauí	60,30	19	Rio Grande do Sul	12,84
20	Sergipe	60,04	20	Rondônia	12,82
21	Paraíba	60,01	21	Roraima	11,99
22	Pernambuco	58,89	22	Acre	11,62
23	Amapá	57,47	23	Tocantins	11,61
24	Amazonas	57,11	24	Paraná	11,61
25	Pará	57,04	25	Mato Grosso do Sul	11,34
26	Maranhão	56,50	26	Santa Catarina	10,33
27	Alagoas	56,01	27	Goiás	9,75

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo/IBGE



Renda dos Jovens



III – Os Índices de Juventude, Educação e Trabalho (IJET)

O relatório pioneiro das Nações Unidas de 1954 avançou com a idéia que a renda per capita não deveria ser encarada o único indicador para medir o nível de bem estar social. A ampla literatura que se seguiu convergiu na formação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apropriado no começo dos anos 90 pelas Nações Unidas. O IDH reúne além do PIB per capita ajustado por diferenças de custo de vida, indicadores de saúde (expectativa de vida) e de educação (taxa de analfabetismo e de matrículas aos três níveis de ensino). As críticas ao IDH como indicador de qualidade de vida são muitas, Professor Eli da Veiga da USP tem se debruçado aqui no Brasil sobre elas. Entretanto, quer se goste, quer não se goste do IDH, o fato que ele é o indicador multidimensional mais usado atualmente. O fato de o IDH usar as estatísticas disponíveis para um grande numero de países e pelo fato destas estatísticas se referirem a áreas chave da política publica como economia, saúde e educação talvez expliquem a popularidade do conceito.

Falando da historia tupiniquim do IDH. Estivemos em seminário recente no Banco do Nordeste com órgãos de pesquisa estaduais e observamos uma proliferação recente de iniciativas de cálculo de indicadores sintéticos para municípios dos estados como o Ceará e Bahia. Mais recentemente a Firjan lançou índice sintético com informações mais defasadas para o país. De todas estas iniciativas aquela com maior tradição é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o Índice de Condições de Vida calculados com competência pelo consócio formado pela Fundação João Pinheiro, o IPEA e o PNUD. Este já foi calculado para bairros de algumas cidades brasileiras sendo o Rio pioneiro deste processo ainda no século passado, em iniciativa idealizada por André Urani a partir do trabalho da Fundação João Pinheiro, IPEA e PNUD. Posteriormente, Belo Horizonte e Recife seguiram a iniciativa. Estas instituições criaram o IDHM sendo utilizado inclusive como base para a seleção de municípios sujeitos as transferências federais de renda da Bolsa-Escola, Bolsa Alimentação entre outras em 2000 dando o nome provisório ao programa, IDH14 (onde 14 se referem aos estados cujos municípios foram contemplados então pela iniciativa). Posteriormente, talvez por lembrar mais o nome de remédio de caspa o IDH14 foi renomeado para Alvorada que apos o interregno do Fome Zero, desembocou no Bolsa Família. O Bolsa Família procura através de transferência de renda condicionadas mexer com a educação e a saúde da população infanto-juvenil. Em outras palavras, o DNA do IDH esta de

alguma forma presente nos programas sociais integrados que nasceram e cresceram no Brasil neste século.

O caráter ad-hoc do IDH é reconhecido inclusive por seus criadores, Amartya Sen, que se referiu a ele como uma medida de bem estar vulgar. O IDH oferece a possibilidade de comparação de ranking de áreas cruciais da vida humana. Um dos pontos que incomoda a maior parte dos usuários do IDH agregado seria a ponderação arbitrária na soma de seus componentes um terço para cada um dos três deles. Discutimos em outro trabalho nosso ainda inédito uma estratégia para o cálculo dos pesos do IDH através do uso explícito da função bem estar subjetiva, o índice de felicidade presente. Entretanto, isto não estaria disponível para os municípios brasileiros – nem mesmo as capitais - que são o nosso alvo final de análise. De forma que embora estivéssemos próximos optamos por não calcular o índice sintético, achamos mais rico e preciso analisar os indicadores em separado.

Os Índices de Juventude Educação e Trabalho (IJET) aqui propostos são calculados a nível municipal a partir de informações recentes. Esta combinação é nossa principal restrição artística. No nosso indicador há alguma uma relação de parentesco, embora distante com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU. Usamos o critério básico de normalização de cada variável no intervalo 0 a 1. As variáveis estão também divididas IDH em três blocos incluídos no nome do sistema de indicadores:

- i) **O Índice de Juventude** – revela a proporção de jovens que enxergamos como ativo (e não passivo) das localidades. Na nossa interpretação o fato de lugares mais carentes terem mais jovens, equivaleria a apontar riqueza de oportunidades futuras no meio da pobreza presente. Entretanto há que se entender como o indicador interage com as demais dimensões, em particular a educação. Ao passo que localidades com poucos jovens como o Estado ou a cidade do Rio, por exemplo, não se beneficiariam prospectivamente desta onda jovem. Como esta proporção só está disponível para todos os municípios brasileiros a partir do Censo 2000 apresentamos dois indicadores complementares, a saber: a) Calculamos também os índices de participação das faixas de 15 a 21 anos e de 22 a 29 anos de forma a acomodar melhor o fato de que os jovens mais jovens devem, positiva ou normativamente,

alocar o seu tempo mais em estudo e os da faixa etária superior mais ao trabalho. b) a proporção de pessoas em 2000 que em agosto de 2008 estariam na faixa jovem de 15 a 29 anos. Ou seja, analisamos a população na faixa de 7 a 21 anos em 2000. Aplicamos procedimentos semelhantes nos dois subgrupos etários complementares discutidos no item a. c) Calculamos o tamanho total da população jovem em 2008 interagindo as proporções populacionais baseadas nos microdados do Censo 2000 com as projeções populacionais do IBGE divulgadas na última semana estas levam em conta a contagem de 2007.

- ii) **O Índice de Educação** mostra a qualidade do investimento realizado nas novas gerações baseado no desempenho dos estudantes. Isto determinaria em última instância se uma alta proporção de oportunidades dos jovens do item anterior é uma boa, ou uma má notícia para o futuro. Ele se baseia no desempenho educacional dos jovens estudantes locais. É um índice de natureza prospectiva não só nos seus efeitos, mas na própria agenda de políticas pública no Brasil. A quantidade e a qualidade de educação dos jovens que reflete a bandeira recém-assumida por vários segmentos da sociedade deste de entidades da sociedade civil “Compromisso Todos pela Educação” ao chamado PAC Educacional do MEC com metas bem definidas para o bi-centenário da independência brasileira em 2022¹. Optamos por usar os recém divulgados dados do Índice de Desenvolvimento Educacional (IDEB) para a 8ª série do ensino Fundamental que deveria em tese pegar a transição para a fase jovem mas que na prática atinge faixas etárias superiores função do atraso escolar. A vantagem é o fato do IDEB estar disponível no período recente 2005 e 2007 para a totalidade dos municípios brasileiros o que propicia avaliação de desempenho durante a última gestão municipal. De toda forma, propomos a análise da frequência escolar a fim de incorporar os sem escola ao cálculo do IDEB, com dois objetivos simultâneos: o de responsabilizar as redes públicas de ensino por alunos fora da escola, e de não ignorar no seu cálculo o processo de expansão de

¹ Poderíamos estender este caminho trilhado pelo Homônimo Todos Pela Educação desde as metas de metas educacionais de Dakar da Unesco fixadas em 2000.

matrículas, que acaba por causar vieses, por exemplo, na medida de proficiência. . Observamos que na faixa entre 7 e 14 anos temos somente 2,7% das crianças fora da escola. Entretanto, quando examinamos a faixa entre 15 e 17 anos verificamos que o cenário não é tão animador assim, uma vez que encontramos 18,3% dos jovens não matriculados em nenhuma rede. Além disso, apresentamos em termos complementares dados de anos completos de estudo também baseada no último Censo como forma de captar a quantidade de capital humano dos jovens fora da escola.

O IDEB

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica proposto em 2007 no âmbito do PDE é expresso analiticamente pela seguinte fórmula

$$Ideb = Q \cdot F$$

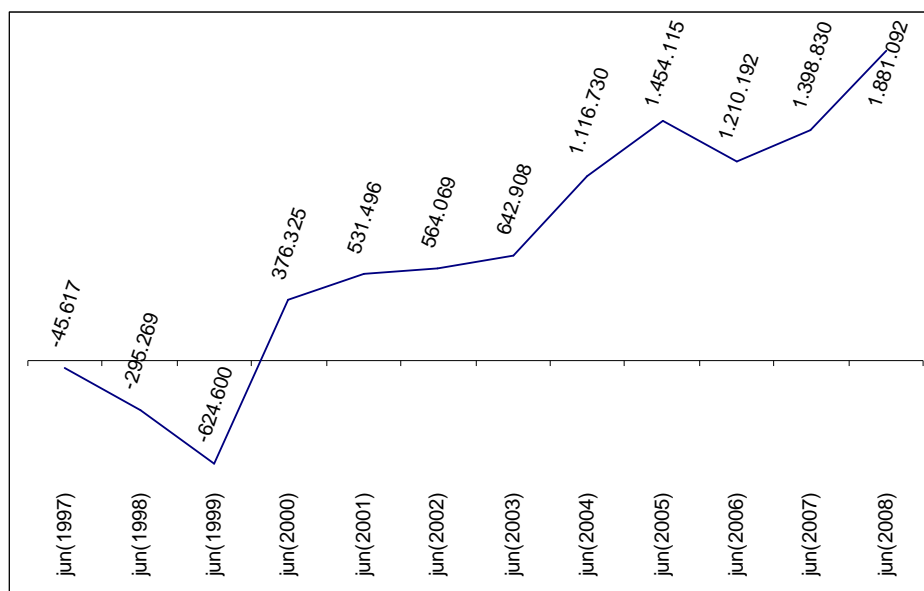
onde Q é uma medida de proficiência, referente ao desempenho médio dos alunos na Prova Brasil ou do Saeb, e F é uma medida de fluxo escolar, correspondendo a taxa de aprovação média. O Ideb varia em uma escala que vai de 0 a 10 e o valor do índice para o Brasil era 3,8 em 2005 – que foi adotado como base pelo Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE). Uma meta de 6,0 foi adotada para 2021. Essa estratégia visa levar os resultados educacionais do país como um todo ao mesmo nível observado atualmente na rede privada. Já em 2007 o IDEB nacional atingiu 4,2 cumprido a meta estabelecida.

A metodologia do Ideb é a seguinte. De um lado, a taxa média de aprovação de uma etapa escolar específica é P , que corresponde à probabilidade média de um aluno progredir para o ano seguinte; e, de outro, calcula-se a nota padronizada nos testes de Matemática e Português do Saeb ou Prova Brasil e de sua média obtém-se N . A simples multiplicação de P e N dá o valor do índice. Uma das virtudes do Ideb é a simplicidade, e sua vantagem é combinar num índice sintético duas dimensões centrais para a questão da qualidade da educação. Entretanto, o estabelecimento de pesos iguais para as duas variáveis que o índice incorpora envolve certa arbitrariedade. Afinal, não há razões teóricas além de simplicidade que justifiquem o mesmo peso para as duas variáveis. Talvez não seja coincidência, por exemplo, que alguns gestores tenham voltado suas baterias para a aceleração dos fluxos escolares logo após o anúncio do plano. Isto pode ser um primeiro sinal da capacidade do Ideb de mudar ações de gestores públicos. Além disso, teríamos a incorporação dos jovens sem escola à análise supracitada. É importante, por conseguinte, que esta questão entre com o devido peso no índice.

iii) **O Índice de Trabalho** dá ênfase a geração do emprego formal, a maior carência dos jovens. Este índice capta em que medida os jovens já estão colhendo os frutos do investimento prévio em educação. O banco de dados municipal também cobre variáveis municipais como as taxas de desemprego e de ocupação em geral com base no Censo 2000, mas sem incorporá-lo diretamente no índice pois queremos ter séries mais recentes.

As informações mais recentes sobre emprego formal são animadoras, com 309 mil empregos em apenas um mês, atingimos o recorde da série histórica agora em junho de 2008, somando 1,881 milhões de novos postos de trabalho formais nos últimos 12 meses.

Geração Líquida de Empregos Acumulado de 12 Meses



Fonte: CPS/IBRE/FGV, com base no CAGED/ M T E.

A evolução do emprego formal no país é particularmente importante, já que o emprego com carteira assinada dos jovens é um dos pontos fracos apontados na literatura. Entre os jovens predomina a informalidade empregatícia assim como altas taxas de desemprego.

Uma vez que o objetivo do IJET não é obter um indicador sintético ad-hoc de seus componentes e sim informar a sociedade de cada município em véspera de eleição sobre as diferentes dimensões do estado da juventude, o mais próximo do momento

atual de forma a responsabilizar gestores. Uma dificuldade dos investimentos sociais como educação podem ser encontradas no longo tempo de maturação do investimento além do horizonte dos mandatos dos governos. Outra dificuldade da política educacional é o fato dela se voltar predominantemente à população abaixo da idade de voto. Mas no caso da própria definição de juventude toda a população se encontra em idade eleitoral². Em todos os casos disponibilizamos na pesquisa um extenso banco de dados para cada um dos municípios brasileiros com mais de 25 mil habitantes com a letra fria dos números, sem comentários.

² Segundo Neri (2001), 45% das crianças, que estão abaixo da linha de miséria, também estão abaixo da linha de voto, contra 30% da participação desse grupo na população. Neri (2006) demonstra a existência de ciclos políticos de negócios nas transferências de renda que cresce em anos eleitorais para pessoas acima da idade de voto. Buchmann (2005) encontra uma correlação negativa entre despesas educacionais e probabilidade de reeleição, sugerindo que políticos não derivam capital político de maiores investimentos educacionais. Tivemos outro exemplo dessa dificuldade política do tema educação na última eleição para presidente, quando o candidato Cristovam Buarque, com uma plataforma voltada exclusivamente à educação, uma espécie de samba de uma nota só, conseguiu somente 2,7% dos votos.

Rankings dos Índices de Juventude, Educação e Trabalho (IJET)

Começamos a construção dos indicadores de traz para frente. Como optamos por não calcular um índice sintético fechado, mas índices normalizados de cada um dos componentes utilizados. Apresentamos abaixo os municípios das capitais em relação aos três índices do IJET depois observamos as suas respectivas variações ao longo do tempo. Posteriormente detalhamos os insumos básicos usados na construção de cada um destes índices bem como de indicadores complementares em cada uma das três áreas analisadas:

Municípios das Capitais

Índice de Juventude (ou Onda Jovem) - Palmas no Tocantins é o líder não só entre as capitais, mas de todos os municípios do Brasil em proporção de jovens (34,91% de jovens)

Índice de Educação - Rio de Janeiro como líder do Índice de Qualidade do Ensino 8ª Serie. Secundariamente Florianópolis é líder em escolaridade média (9,46 anos). e Aracaju na Frequência Escolar (71,38% - este de 15 a 21 anos e mais antigo))

Índice Trabalhista - Vitória no Espírito Santo (e secundariamente Curitiba na ocupação (72,63%) e Goiânia no baixo desemprego (9,75%), estes últimos de 22 a 29 anos e mais antigos)

Índice da Juventude (IJ)

Jovens 15 a 29
2000

1	TO	Palmas	1,00
2	MA	São Luis	0,88
3	AM	Manaus	0,81
4	DF	Brasília	0,79
5	BA	Salvador	0,78
6	AP	Macapá	0,77
7	PA	Belém	0,76
8	PI	Teresina	0,76
9	SE	Aracaju	0,73
10	GO	Goiânia	0,72
11	RR	Boa Vista	0,72
12	AC	Rio Branco	0,71
13	MT	Cuiabá	0,70
14	AL	Maceió	0,64
15	RO	Porto Velho	0,63
16	PB	João Pessoa	0,59
17	CE	Fortaleza	0,58
18	RN	Natal	0,56
19	SC	Florianópolis	0,55
20	MG	Belo Horizonte	0,53
21	MS	Campo Grande	0,53
22	PE	Recife	0,51
23	ES	Vitória	0,51
24	PR	Curitiba	0,50
25	SP	São Paulo	0,48
26	RS	Porto Alegre	0,29
27	RJ	Rio de Janeiro	0,25

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo/IBGE

Índice da Juventude (IJ)

Jovens 15 a 21
2000

1	MA	São Luis	0,82
2	TO	Palmas	0,73
3	PI	Teresina	0,73
4	AP	Macapá	0,68
5	AM	Manaus	0,66
6	BA	Salvador	0,65
7	RR	Boa Vista	0,64
8	AC	Rio Branco	0,63
9	SE	Aracaju	0,63
10	PA	Belém	0,62
11	MT	Cuiabá	0,59
12	DF	Brasília	0,56
13	RO	Porto Velho	0,56
14	GO	Goiânia	0,53
15	RN	Natal	0,51
16	CE	Fortaleza	0,51
17	PB	João Pessoa	0,49
18	AL	Maceió	0,48
19	ES	Vitória	0,45
20	MS	Campo Grande	0,42
21	SC	Florianópolis	0,39
22	PE	Recife	0,38
23	MG	Belo Horizonte	0,37
24	PR	Curitiba	0,31
25	SP	São Paulo	0,27
26	RS	Porto Alegre	0,20
27	RJ	Rio de Janeiro	0,11

Índice da Juventude (IJ)

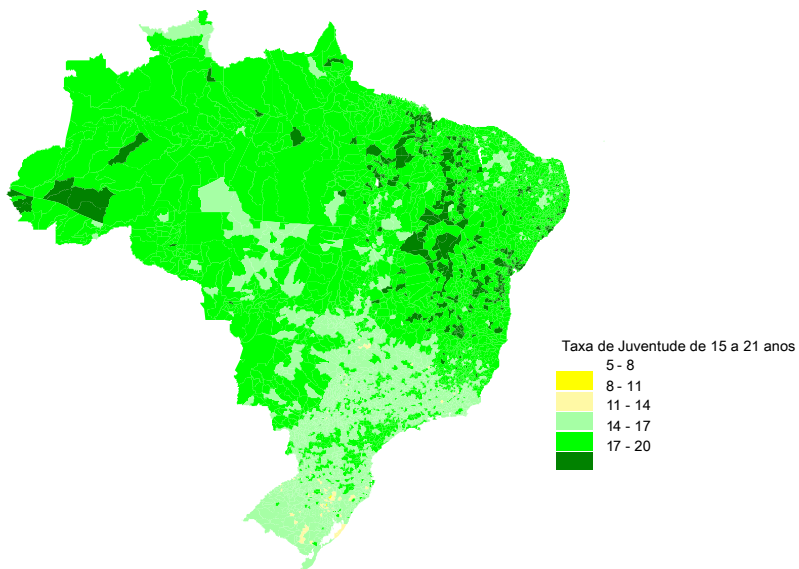
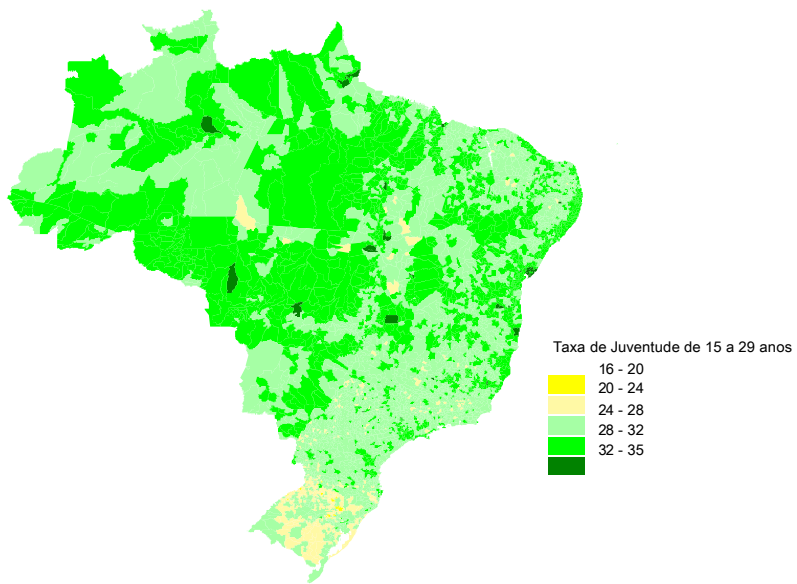
Jovens 22 a 29
2000

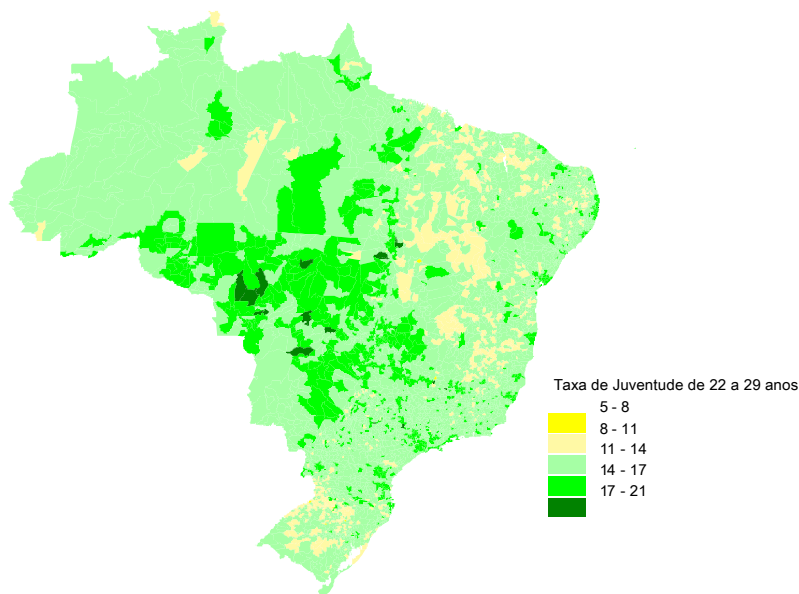
1	TO	Palmas	0,99
2	DF	Brasília	0,82
3	AM	Manaus	0,77
4	GO	Goiânia	0,76
5	PA	Belém	0,74
6	MA	São Luis	0,74
7	BA	Salvador	0,73
8	AP	Macapá	0,70
9	SE	Aracaju	0,69
10	AL	Maceió	0,67
11	MT	Cuiabá	0,67
12	RR	Boa Vista	0,65
13	AC	Rio Branco	0,64
14	PI	Teresina	0,63
15	PR	Curitiba	0,63
16	SC	Florianópolis	0,62
17	SP	São Paulo	0,62
18	MG	Belo Horizonte	0,62
19	PB	João Pessoa	0,59
20	RO	Porto Velho	0,59
21	PE	Recife	0,58
22	CE	Fortaleza	0,57
23	MS	Campo Grande	0,56
24	RN	Natal	0,53
25	ES	Vitória	0,51
26	RJ	Rio de Janeiro	0,42
27	RS	Porto Alegre	0,41

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo/IBGE

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo/IBGE

Apresentamos abaixo os mapas da distribuição da população calculada a partir dos microdados do último Censo Demográfico sem a normalização incorporada no IJ acima.





Discutimos a seguir os componentes do mapa da juventude nas capitais brasileiras. Analisando a proporção de jovens entre 15 e 29 anos, Palmas, com 34,91%, líder no ranking, seguida por São Luís (33,46%) e Manaus (32,51%). No limite inferior temos como líder Rio de Janeiro (25,53%), Porto Alegre (26,10%) e São Paulo (28,38%).

Ranking - Jovens 15 a 29

		Jovens 15 a 29 %	
1	Tocantins	Palmas	34,91
2	Maranhão	São Luís	33,46
3	Amazonas	Manaus	32,51
4	Distrito Federal	Brasília	32,27
5	Bahia	Salvador	32,14
6	Amapá	Macapá	32,08
7	Pará	Belém	31,99
8	Piauí	Teresina	31,90
9	Sergipe	Aracaju	31,60
10	Goiás	Goiânia	31,43
11	Roraima	Boa Vista	31,39
12	Acre	Rio Branco	31,25
13	Mato Grosso	Cuiabá	31,20
14	Alagoas	Maceió	30,41
15	Rondônia	Porto Velho	30,26
16	Paraíba	João Pessoa	29,79
17	Ceará	Fortaleza	29,72
18	Rio Grande do Norte	Natal	29,41
19	Santa Catarina	Florianópolis	29,30
20	Minas Gerais	Belo Horizonte	29,12
21	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	29,01
22	Pernambuco	Recife	28,87
23	Espírito Santo	Vitória	28,76
24	Paraná	Curitiba	28,74
25	São Paulo	São Paulo	28,38
26	Rio Grande do Sul	Porto Alegre	26,10
27	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	25,53

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo/IBGE

Mapa Educacional dos Jovens

Começamos pelos Índices de Desenvolvimento Educacional (IDEB) normalizados pelos dois períodos a fim de facilitar a comparação com os outros índices. Os limites inferiores e superiores destes índices se referem a todos os municípios acima de 25 mil habitantes utilizados.

Índice de Educação (IE)				Índice de Educação (IE)			
IDEB				IDEB			
2005				2007			
1	SP	São Paulo	0,61	1	RJ	Rio de Janeiro	0,78
2	PR	Curitiba	0,58	2	MS	Campo Grande	0,78
3	SC	Florianópolis	0,58	3	PR	Curitiba	0,76
4	MG	Belo Horizonte	0,56	4	SC	Florianópolis	0,72
5	RJ	Rio de Janeiro	0,56	5	AC	Rio Branco	0,70
6	RR	Boa Vista	0,56	6	SP	São Paulo	0,70
7	TO	Palmas	0,56	7	TO	Palmas	0,70
8	AC	Rio Branco	0,55	8	RR	Boa Vista	0,69
9	AP	Macapá	0,55	9	MA	São Luis	0,67
10	MS	Campo Grande	0,55	10	MG	Belo Horizonte	0,67
11	ES	Vitória	0,53	11	DF	Brasília	0,65
12	MA	São Luis	0,52	12	ES	Vitória	0,65
13	DF	Brasília	0,50	13	AP	Macapá	0,63
14	GO	Goiânia	0,50	14	GO	Goiânia	0,63
15	PI	Teresina	0,50	15	PI	Teresina	0,63
16	RO	Porto Velho	0,50	16	RS	Porto Alegre	0,63
17	RS	Porto Alegre	0,50	17	MT	Cuiabá	0,61
18	PA	Belém	0,48	18	AM	Manaus	0,59
19	MT	Cuiabá	0,45	19	RO	Porto Velho	0,59
20	AM	Manaus	0,44	20	PB	João Pessoa	0,57
21	CE	Fortaleza	0,44	21	CE	Fortaleza	0,56
22	RN	Natal	0,44	22	PA	Belém	0,56
23	SE	Aracaju	0,44	23	SE	Aracaju	0,56
24	PB	João Pessoa	0,41	24	RN	Natal	0,54
25	BA	Salvador	0,39	25	BA	Salvador	0,50
26	AL	Maceió	0,38	26	AL	Maceió	0,48
27	PE	Recife	0,38	27	PE	Recife	0,43

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir do IDEB / INEP / MEC

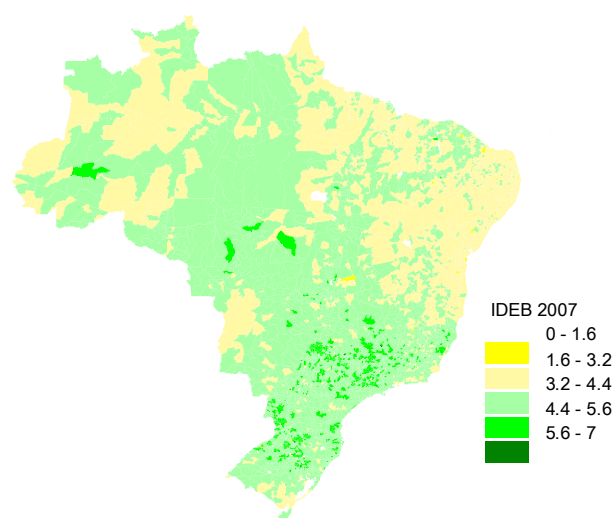
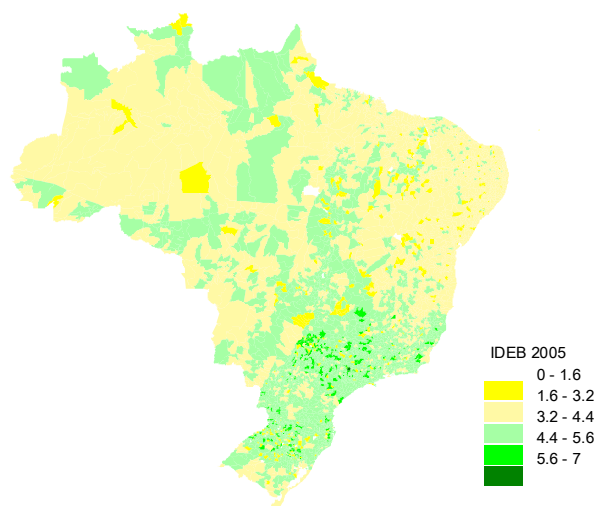
Passamos posteriormente a análise de variação destes mesmos indicadores.

Variação do Índice de Educação (IE)

		IDEB	IDEB	Variação	Diferença	
		2005	2007			
1	MS	Campo Grande	0,55	0,78	42,22%	0,23
2	PB	João Pessoa	0,41	0,57	41,31%	0,17
3	RJ	Rio de Janeiro	0,56	0,78	38,27%	0,22
4	AM	Manaus	0,44	0,59	35,45%	0,16
5	MT	Cuiabá	0,45	0,61	34,87%	0,16
6	PR	Curitiba	0,58	0,76	31,33%	0,18
7	DF	Brasília	0,50	0,65	29,63%	0,15
8	MA	São Luis	0,52	0,67	29,29%	0,15
9	AC	Rio Branco	0,55	0,70	28,68%	0,16
10	AL	Maceió	0,38	0,48	28,40%	0,11
11	BA	Salvador	0,39	0,50	28,00%	0,11
12	CE	Fortaleza	0,44	0,56	26,98%	0,12
13	SE	Aracaju	0,44	0,56	26,98%	0,12
14	GO	Goiânia	0,50	0,63	25,93%	0,13
15	PI	Teresina	0,50	0,63	25,93%	0,13
16	RS	Porto Alegre	0,50	0,63	25,93%	0,13
17	TO	Palmas	0,56	0,70	25,10%	0,14
18	SC	Florianópolis	0,58	0,72	24,92%	0,14
19	RN	Natal	0,44	0,54	22,75%	0,10
20	ES	Vitória	0,53	0,65	22,00%	0,12
21	RR	Boa Vista	0,56	0,69	21,81%	0,12
22	MG	Belo Horizonte	0,56	0,67	18,52%	0,10
23	RO	Porto Velho	0,50	0,59	18,52%	0,09
24	SP	São Paulo	0,61	0,70	15,48%	0,09
25	AP	Macapá	0,55	0,63	15,13%	0,08
26	PA	Belém	0,48	0,56	14,70%	0,07
27	PE	Recife	0,38	0,43	13,58%	0,05

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir do IDEB / INEP / MEC

Apresentamos abaixo os mapas do IDEB originais calculados pelo INEP/MEC sem a normalização incorporada acima.



Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir do IDEB / INEP / MEC

Analizamos em seguida outras informações educacionais. Começando pela média de anos completos de estudo. Florianópolis ocupava o primeiro lugar no ranking com 9,46 anos de estudo, seguido por Vitória (9,34 anos) e Curitiba (9,34 anos). Entre os menos, Maceió (6,81%), Rio Branco (7,23%) e Teresina (7,25%). Outra variável importante para medir a educação do juvenil é a taxa de matrículas: nesse quesito, Vitória é capital que se destaca com a maior taxa, 48,52%, enquanto São Paulo, com 36,03%, é a menor. Vitória também é a capital com maior proporção de acesso a ensino privado (21,51%). Entretanto, a geografia da frequência escolar é bem diferente quando avaliamos pelo tipo de escola. Boa Vista, por exemplo, que possui a maior taxa de acesso a ensino público (39,31%), é a última quando analisamos o ensino privado (2,14%).

Ranking Educacional - Jovens entre 15 a 29 anos

Ranking - Anos de estudo			Ranking - Frequenta escola				
		Anos de estudo Média			Frequenta escola %		
1	<i>Santa Catarina</i>	<i>Florianópolis</i>	9,46	1	<i>Espírito Santo</i>	<i>Vitória</i>	48,52
2	<i>Espírito Santo</i>	<i>Vitória</i>	9,34	2	<i>Sergipe</i>	<i>Aracaju</i>	48,29
3	<i>Paraná</i>	<i>Curitiba</i>	9,34	3	<i>Piauí</i>	<i>Teresina</i>	47,31
4	<i>Rio Grande do Sul</i>	<i>Porto Alegre</i>	9,33	4	<i>Bahia</i>	<i>Salvador</i>	46,80
5	<i>São Paulo</i>	<i>São Paulo</i>	8,81	5	<i>Santa Catarina</i>	<i>Florianópolis</i>	46,12
6	<i>Minas Gerais</i>	<i>Belo Horizonte</i>	8,80	6	<i>Amapá</i>	<i>Macapá</i>	46,09
7	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	8,74	7	<i>Pará</i>	<i>Belém</i>	46,08
8	<i>Mato Grosso</i>	<i>Cuiabá</i>	8,66	8	<i>Rio Grande do Norte</i>	<i>Natal</i>	44,70
9	<i>Mato Grosso do Sul</i>	<i>Campo Grande</i>	8,55	9	<i>Paraíba</i>	<i>João Pessoa</i>	44,59
10	<i>Goiás</i>	<i>Goiânia</i>	8,54	10	<i>Goiás</i>	<i>Goiânia</i>	43,82
11	<i>Distrito Federal</i>	<i>Brasília</i>	8,54	11	<i>Pernambuco</i>	<i>Recife</i>	43,55
12	<i>Maranhão</i>	<i>São Luís</i>	8,22	12	<i>Distrito Federal</i>	<i>Brasília</i>	43,54
13	<i>Roraima</i>	<i>Boa Vista</i>	8,17	13	<i>Mato Grosso</i>	<i>Cuiabá</i>	43,21
14	<i>Tocantins</i>	<i>Palmas</i>	8,07	14	<i>Tocantins</i>	<i>Palmas</i>	43,19
15	<i>Pará</i>	<i>Belém</i>	8,03	15	<i>Rio Grande do Sul</i>	<i>Porto Alegre</i>	43,08
16	<i>Bahia</i>	<i>Salvador</i>	8,01	16	<i>Minas Gerais</i>	<i>Belo Horizonte</i>	42,79
17	<i>Pernambuco</i>	<i>Recife</i>	7,99	17	<i>Ceará</i>	<i>Fortaleza</i>	42,48
18	<i>Rio Grande do Norte</i>	<i>Natal</i>	7,96	18	<i>Maranhão</i>	<i>São Luís</i>	42,04
19	<i>Sergipe</i>	<i>Aracaju</i>	7,88	19	<i>Roraima</i>	<i>Boa Vista</i>	41,45
20	<i>Ceará</i>	<i>Fortaleza</i>	7,82	20	<i>Acre</i>	<i>Rio Branco</i>	40,71
21	<i>Amapá</i>	<i>Macapá</i>	7,79	21	<i>Alagoas</i>	<i>Maceió</i>	40,59
22	<i>Amazonas</i>	<i>Manaus</i>	7,70	22	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	40,21
23	<i>Paraíba</i>	<i>João Pessoa</i>	7,60	23	<i>Amazonas</i>	<i>Manaus</i>	40,18
24	<i>Rondônia</i>	<i>Porto Velho</i>	7,58	24	<i>Paraná</i>	<i>Curitiba</i>	40,14
25	<i>Piauí</i>	<i>Teresina</i>	7,25	25	<i>Rondônia</i>	<i>Porto Velho</i>	38,98
26	<i>Acre</i>	<i>Rio Branco</i>	7,23	26	<i>Mato Grosso do Sul</i>	<i>Campo Grande</i>	36,34
27	<i>Alagoas</i>	<i>Maceió</i>	6,81	27	<i>São Paulo</i>	<i>São Paulo</i>	36,03

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo/IBGE

Em seguida, as mesmas informações para os subgrupos de idade.

Ranking Educacional - Jovens entre 15 a 21 anos

Ranking - Anos de estudo			Ranking - Frequenta escola			
		Anos de estudo Média			Frequenta escola %	
1	Paraná	8,86	1	Sergipe	Aracaju	71,38
2	Santa Catarina	8,85	2	Espírito Santo	Vitória	70,70
3	Espírito Santo	8,75	3	Bahia	Salvador	70,62
4	Rio Grande do Sul	8,65	4	Pará	Belém	69,65
5	São Paulo	8,47	5	Piauí	Teresina	68,71
6	Minas Gerais	8,40	6	Santa Catarina	Florianópolis	68,67
7	Mato Grosso do Sul	8,28	7	Goiás	Goiânia	67,74
8	Rio de Janeiro	8,20	8	Rio Grande do Norte	Natal	67,35
9	Mato Grosso	8,18	9	Paraíba	João Pessoa	67,24
10	Goiás	8,12	10	Amapá	Macapá	66,81
11	Distrito Federal	8,12	11	Pernambuco	Recife	66,56
12	Roraima	7,93	12	Distrito Federal	Brasília	66,22
13	Maranhão	7,77	13	Minas Gerais	Belo Horizonte	65,34
14	Ceará	7,65	14	Maranhão	São Luís	65,30
15	Rio Grande do Norte	7,63	15	Tocantins	Palmas	65,27
16	Tocantins	7,60	16	Ceará	Fortaleza	64,74
17	Bahia	7,48	17	Mato Grosso	Cuiabá	64,43
18	Pará	7,47	18	Rio Grande do Sul	Porto Alegre	63,29
19	Amapá	7,47	19	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	63,05
20	Pernambuco	7,47	20	Alagoas	Maceió	62,38
21	Sergipe	7,38	21	Amazonas	Manaus	61,28
22	Amazonas	7,18	22	Paraná	Curitiba	61,26
23	Paraíba	7,18	23	Roraima	Boa Vista	61,04
24	Acre	7,12	24	Rondônia	Porto Velho	58,80
25	Rondônia	7,08	25	São Paulo	São Paulo	58,74
26	Piauí	6,85	26	Acre	Rio Branco	58,63
27	Alagoas	6,42	27	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	57,77

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo/IBGE

Mapa Trabalhista dos Jovens

O índice de trabalho dá ênfase a geração do emprego formal. Este capta em que medida os jovens já estão colhendo os frutos do investimento prévio em educação.

Índice de Trabalho (IT)

Jovens 15 a 29
Ago04 a Jul08

1	ES	Vitória	0,47
2	MG	Belo Horizonte	0,36
3	SP	São Paulo	0,35
4	SC	Florianópolis	0,34
5	PR	Curitiba	0,31
6	RS	Porto Alegre	0,30
7	RJ	Rio de Janeiro	0,26
8	RN	Natal	0,24
9	PE	Recife	0,21
10	GO	Goiânia	0,19
11	SE	Aracaju	0,19
12	AM	Manaus	0,18
13	CE	Fortaleza	0,17
14	DF	Brasília	0,17
15	MS	Campo Grande	0,16
16	MT	Cuiabá	0,16
17	PB	João Pessoa	0,14
18	MA	São Luís	0,13
19	TO	Palmas	0,12
20	PI	Teresina	0,12
21	BA	Salvador	0,12
22	RO	Porto Velho	0,11
23	PA	Belém	0,11
24	AL	Maceió	0,08
25	AC	Rio Branco	0,08
26	AP	Macapá	0,07
27	RR	Boa Vista	0,06

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir do CAGED / M T E, do Censo e das Projeções Demográficas/IBGE

Índice de Trabalho (IT)

Jovens 15 a 21
Ago04 a Jul08

1	ES	Vitória	0,46
2	MG	Belo Horizonte	0,42
3	SC	Florianópolis	0,42
4	SP	São Paulo	0,39
5	PR	Curitiba	0,37
6	RS	Porto Alegre	0,34
7	GO	Goiânia	0,27
8	RJ	Rio de Janeiro	0,26
9	RN	Natal	0,24
10	MT	Cuiabá	0,20
11	MS	Campo Grande	0,20
12	DF	Brasília	0,19
13	PE	Recife	0,19
14	AM	Manaus	0,18
15	CE	Fortaleza	0,18
16	SE	Aracaju	0,17
17	TO	Palmas	0,15
18	PB	João Pessoa	0,13
19	RO	Porto Velho	0,12
20	PI	Teresina	0,11
21	BA	Salvador	0,11
22	PA	Belém	0,10
23	MA	São Luís	0,09
24	AC	Rio Branco	0,09
25	AL	Maceió	0,08
26	RR	Boa Vista	0,07
27	AP	Macapá	0,07

Índice de Trabalho (IT)

Jovens 22 a 29
Ago04 a Jul08

1	ES	Vitória	0,29
2	SP	São Paulo	0,19
3	MG	Belo Horizonte	0,17
4	RJ	Rio de Janeiro	0,16
5	RS	Porto Alegre	0,15
6	PR	Curitiba	0,14
7	PE	Recife	0,14
8	RN	Natal	0,14
9	SC	Florianópolis	0,13
10	SE	Aracaju	0,12
11	AM	Manaus	0,10
12	MA	São Luís	0,10
13	CE	Fortaleza	0,10
14	DF	Brasília	0,09
15	PB	João Pessoa	0,08
16	BA	Salvador	0,08
17	PI	Teresina	0,08
18	PA	Belém	0,07
19	MS	Campo Grande	0,07
20	RO	Porto Velho	0,06
21	GO	Goiânia	0,06
22	MT	Cuiabá	0,06
23	TO	Palmas	0,05
24	AL	Maceió	0,04
25	AP	Macapá	0,04
26	AC	Rio Branco	0,04
27	RR	Boa Vista	0,03

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir do CAGED / M T E, do Censo e das Projeções Demográficas/IBGE

Variação do Índice de Trabalho (IT)

			Jovens 15 a 29	Jovens 15 a 29	Variação	Diferença
			Ago00 a Jul04	Ago04 a Jul08		
1	MA	São Luis	0,09	0,13	34,34%	0,03
2	RN	Natal	0,18	0,24	31,02%	0,06
3	SP	São Paulo	0,28	0,35	24,32%	0,07
4	SC	Florianópolis	0,27	0,34	23,95%	0,06
5	PI	Teresina	0,10	0,12	23,24%	0,02
6	RR	Boa Vista	0,05	0,06	16,97%	0,01
7	MT	Cuiabá	0,14	0,16	14,52%	0,02
8	MG	Belo Horizonte	0,32	0,36	13,97%	0,04
9	PR	Curitiba	0,28	0,31	12,43%	0,03
10	TO	Palmas	0,11	0,12	10,89%	0,01
11	PB	João Pessoa	0,13	0,14	7,99%	0,01
12	AC	Rio Branco	0,07	0,08	4,29%	0,00
13	CE	Fortaleza	0,17	0,17	4,11%	0,01
14	BA	Salvador	0,12	0,12	2,39%	0,00
15	PE	Recife	0,21	0,21	0,85%	0,00
16	RS	Porto Alegre	0,30	0,30	0,12%	0,00
17	SE	Aracaju	0,19	0,19	-0,99%	0,00
18	ES	Vitória	0,48	0,47	-1,32%	-0,01
19	RJ	Rio de Janeiro	0,28	0,26	-4,31%	-0,01
20	AM	Manaus	0,19	0,18	-6,36%	-0,01
21	MS	Campo Grande	0,19	0,16	-15,04%	-0,03
22	AP	Macapá	0,08	0,07	-15,97%	-0,01
23	GO	Goiânia	0,23	0,19	-16,04%	-0,04
24	PA	Belém	0,13	0,11	-17,06%	-0,02
25	RO	Porto Velho	0,13	0,11	-17,52%	-0,02
26	DF	Brasília	0,21	0,17	-17,74%	-0,04
27	AL	Maceió	0,10	0,08	-21,81%	-0,02

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir do CAGED / M T E, do Censo e das Projeções Demográficas/IBGE

Variação do Índice de Trabalho (IT)

			Jovens 15 a 21	Jovens 15 a 21	Variação	Diferença
			Ago00 a Jul04	Ago04 a Jul08		
1	MA	São Luis	0,07	0,09	27,81%	0,02
2	RN	Natal	0,19	0,24	25,95%	0,05
3	SC	Florianópolis	0,35	0,42	20,61%	0,07
4	SP	São Paulo	0,33	0,39	17,60%	0,06
5	AM	Manaus	0,16	0,18	14,91%	0,02
6	MG	Belo Horizonte	0,38	0,42	12,06%	0,05
7	PI	Teresina	0,10	0,11	10,74%	0,01
8	TO	Palmas	0,14	0,15	9,89%	0,01
9	RR	Boa Vista	0,07	0,07	5,41%	0,00
10	CE	Fortaleza	0,17	0,18	5,22%	0,01
11	PR	Curitiba	0,36	0,37	2,55%	0,01
12	PA	Belém	0,09	0,10	2,37%	0,00
13	BA	Salvador	0,11	0,11	2,25%	0,00
14	MT	Cuiabá	0,20	0,20	0,37%	0,00
15	AP	Macapá	0,07	0,07	-0,36%	0,00
16	RO	Porto Velho	0,12	0,12	-1,98%	0,00
17	SE	Aracaju	0,18	0,17	-2,02%	0,00
18	PE	Recife	0,19	0,19	-3,98%	-0,01
19	AC	Rio Branco	0,09	0,09	-4,01%	0,00
20	MS	Campo Grande	0,20	0,20	-4,55%	-0,01
21	RS	Porto Alegre	0,35	0,34	-4,58%	-0,02
22	PB	João Pessoa	0,14	0,13	-5,04%	-0,01
23	ES	Vitória	0,49	0,46	-5,94%	-0,03
24	RJ	Rio de Janeiro	0,29	0,26	-7,28%	-0,02
25	GO	Goiânia	0,29	0,27	-9,48%	-0,03
26	DF	Brasília	0,22	0,19	-12,05%	-0,03
27	AL	Maceió	0,10	0,08	-18,51%	-0,02

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir do CAGED / M T E, do Censo e das Projeções Demográficas/IBGE

Varição do Índice de Trabalho (IT)

			Jovens 22 a 29 Ago00 a Jul04	Jovens 22 a 29 Ago04 a Jul08	Varição	Diferença
1	MT	Cuiabá	0,00	0,06	4665,67%	0,06
2	RR	Boa Vista	0,01	0,03	203,69%	0,02
3	SC	Florianópolis	0,07	0,13	87,36%	0,06
4	PR	Curitiba	0,08	0,14	87,32%	0,07
5	AC	Rio Branco	0,02	0,04	80,31%	0,02
6	PI	Teresina	0,05	0,08	59,87%	0,03
7	RN	Natal	0,09	0,14	52,37%	0,05
8	SP	São Paulo	0,12	0,19	51,18%	0,06
9	PB	João Pessoa	0,06	0,08	48,99%	0,03
10	TO	Palmas	0,04	0,05	41,90%	0,02
11	MG	Belo Horizonte	0,12	0,17	39,07%	0,05
12	RS	Porto Alegre	0,11	0,15	31,79%	0,04
13	MA	São Luis	0,08	0,10	30,41%	0,02
14	ES	Vitória	0,26	0,29	12,04%	0,03
15	CE	Fortaleza	0,09	0,10	7,20%	0,01
16	PE	Recife	0,14	0,14	3,99%	0,01
17	RJ	Rio de Janeiro	0,16	0,16	1,27%	0,00
18	BA	Salvador	0,08	0,08	0,68%	0,00
19	SE	Aracaju	0,12	0,12	0,28%	0,00
20	GO	Goiânia	0,06	0,06	-9,27%	-0,01
21	DF	Brasília	0,11	0,09	-23,78%	-0,03
22	AL	Maceió	0,06	0,04	-24,97%	-0,01
23	MS	Campo Grande	0,10	0,07	-27,70%	-0,03
24	AM	Manaus	0,15	0,10	-31,26%	-0,05
25	AP	Macapá	0,06	0,04	-35,51%	-0,02
26	RO	Porto Velho	0,09	0,06	-37,49%	-0,03
27	PA	Belém	0,12	0,07	-38,19%	-0,05

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir do CAGED / M T E, do Censo e das Projeções Demográficas/IBGE

O mais interessante é o índice relativo que capta quantos novos empregos foram gerados aos jovens nos últimos 4 anos, para cada 100 jovens de Vitória 11,2 conseguiram um trabalho com carteira assinada nos últimos 4 anos. Depois vem Belo Horizonte com 8,09 empregos formais seguido de São Paulo 7,35 que é sem surpresas, já que é a maior cidade, o líder do número absoluto de postos de trabalho, pouco mais de 800 mil novos postos de trabalho aos jovens.

			4 anos (ago04/jul08) TOTAL				4 anos (ago04/jul08) TOTAL Para cada 100 jovens
			Nivel				
1	São Paulo *	SP	808.221	1	Vitória *	ES	11,20
2	Rio de Janeiro *	RJ	284.516	2	Belo Horizonte *	MG	8,09
3	Belo Horizonte *	MG	196.983	3	São Paulo *	SP	7,35
4	Curitiba *	PR	120.130	4	Curitiba *	PR	6,57
5	Fortaleza *	CE	88.817	5	Florianópolis *	SC	6,56
6	Brasília *	DF	85.496	6	Natal	RN	5,28
7	Salvador *	BA	78.743	7	Porto Alegre *	RS	4,98
8	Manaus	AM	77.766	8	Rio de Janeiro *	RJ	4,62
9	Porto Alegre *	RS	71.236	9	Manaus	AM	4,55
10	Recife *	PE	67.707	10	Recife *	PE	4,37
11	Goiânia *	GO	49.265	11	Goiânia *	GO	3,89
12	Natal	RN	42.177	12	Aracaju	SE	3,87
13	Vitória *	ES	35.598	13	Cuiabá	MT	3,66
14	São Luís	MA	34.414	14	Fortaleza *	CE	3,59
15	Belém *	PA	30.815	15	São Luís	MA	3,49
16	Florianópolis *	SC	26.408	16	Brasília *	DF	3,34
17	Campo Grande	MS	23.218	17	Campo Grande	MS	3,11
18	Aracaju	SE	20.787	18	João Pessoa	PB	2,75
19	Teresina	PI	20.499	19	Salvador *	BA	2,67
20	Cuiabá	MT	19.951	20	Teresina	PI	2,58
21	João Pessoa	PB	19.051	21	Palmas	TO	2,55
22	Maceió	AL	11.142	22	Belém *	PA	2,16
23	Porto Velho	RO	8.111	23	Porto Velho	RO	2,14
24	Macapá	AP	5.217	24	Boa Vista	RR	1,48
25	Palmas	TO	4.691	25	Macapá	AP	1,45
26	Boa Vista	RR	3.867	26	Rio Branco	AC	1,26
27	Rio Branco	AC	3.795	27	Maceió	AL	1,21

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do CAGED / M T E

Utilizamos também para medir o desempenho do jovem no mercado de trabalho as variáveis taxa de ocupação e proporção de desempregados. No primeiro ranking, Goiânia é a capital que se destaca (58,51% de jovens ocupados), seguido por Palmas (58,62%) e Curitiba (57,82). Enquanto os três menos são: São Luis (41,29%), Maceió (40,98%) e Belém (41,20%). Ao lado, apresentamos o ranking do desemprego, com Salvador primeiro lugar (28,83% de desempregados) e de Goiânia em último (12,21%). Em seguida apresentamos as mesmas informações para o subgrupo de jovens entre 15 e 29 anos.

Ranking Trabalhista - Jovens entre 15 a 29 anos

Líder Goiás

Ranking - Ocupados			Ranking - Desempregados				
		Ocupados %			Desemprega dos %		
1	Goiás	Goiânia	58,71	1	Bahia	Salvador	23,83
2	Tocantins	Palmas	58,62	2	Pernambuco	Recife	19,93
3	Paraná	Curitiba	57,82	3	Sergipe	Aracaju	19,75
4	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	55,86	4	Amazonas	Manaus	19,64
5	São Paulo	São Paulo	54,81	5	Alagoas	Maceió	19,41
6	Rio Grande do Sul	Porto Alegre	54,34	6	Maranhão	São Luís	19,21
7	Minas Gerais	Belo Horizonte	54,17	7	São Paulo	São Paulo	18,60
8	Santa Catarina	Florianópolis	53,90	8	Minas Gerais	Belo Horizonte	18,32
9	Roraima	Boa Vista	53,40	9	Paraíba	João Pessoa	17,34
10	Distrito Federal	Brasília	52,08	10	Espírito Santo	Vitória	17,19
11	Mato Grosso	Cuiabá	51,52	11	Rio Grande do Norte	Natal	16,93
12	Espírito Santo	Vitória	50,95	12	Distrito Federal	Brasília	16,87
13	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	49,03	13	Rio Grande do Sul	Porto Alegre	16,65
14	Rondônia	Porto Velho	47,10	14	Mato Grosso	Cuiabá	16,37
15	Ceará	Fortaleza	46,61	15	Pará	Belém	16,27
16	Acre	Rio Branco	46,37	16	Amapá	Macapá	16,11
17	Rio Grande do Norte	Natal	44,57	17	Ceará	Fortaleza	15,71
18	Bahia	Salvador	44,54	18	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	15,50
19	Paraíba	João Pessoa	43,66	19	Piauí	Teresina	15,45
20	Piauí	Teresina	43,53	20	Tocantins	Palmas	15,19
21	Pernambuco	Recife	42,85	21	Rondônia	Porto Velho	14,96
22	Sergipe	Aracaju	42,66	22	Paraná	Curitiba	14,83
23	Amazonas	Manaus	42,19	23	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	14,64
24	Amapá	Macapá	41,34	24	Roraima	Boa Vista	14,26
25	Pará	Belém	41,20	25	Acre	Rio Branco	13,17
26	Alagoas	Maceió	40,98	26	Santa Catarina	Florianópolis	13,11
27	Maranhão	São Luís	39,31	27	Goiás	Goiânia	12,21

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo/IBGE

Ranking Trabalhista - Jovens entre 22 a 29 anos

Ranking - Ocupados			Ranking - Desempregados				
		Ocupados %			Desemprega dos %		
1	Paraná	Curitiba	72,63	1	Bahia	Salvador	21,74
2	Goiás	Goiânia	72,21	2	Maranhão	São Luís	19,59
3	Santa Catarina	Florianópolis	71,33	3	Alagoas	Maceió	19,07
4	Rio Grande do Sul	Porto Alegre	71,15	4	Amazonas	Manaus	18,86
5	Espírito Santo	Vitória	70,33	5	Pernambuco	Recife	18,68
6	Minas Gerais	Belo Horizonte	70,24	6	Sergipe	Aracaju	18,49
7	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	69,77	7	Pará	Belém	17,09
8	Tocantins	Palmas	69,52	8	Paraíba	João Pessoa	16,30
9	São Paulo	São Paulo	69,15	9	Amapá	Macapá	16,07
10	Distrito Federal	Brasília	68,89	10	Rio Grande do Norte	Natal	15,41
11	Roraima	Boa Vista	68,59	11	Piauí	Teresina	14,97
12	Mato Grosso	Cuiabá	66,42	12	Minas Gerais	Belo Horizonte	14,78
13	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	65,90	13	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	14,41
14	Ceará	Fortaleza	63,15	14	Espírito Santo	Vitória	14,15
15	Rondônia	Porto Velho	63,07	15	São Paulo	São Paulo	14,12
16	Bahia	Salvador	61,87	16	Distrito Federal	Brasília	13,99
17	Acre	Rio Branco	61,48	17	Ceará	Fortaleza	13,98
18	Rio Grande do Norte	Natal	61,35	18	Mato Grosso	Cuiabá	13,14
19	Piauí	Teresina	60,30	19	Rio Grande do Sul	Porto Alegre	12,84
20	Sergipe	Aracaju	60,04	20	Rondônia	Porto Velho	12,82
21	Paraíba	João Pessoa	60,01	21	Roraima	Boa Vista	11,99
22	Pernambuco	Recife	58,89	22	Acre	Rio Branco	11,62
23	Amapá	Macapá	57,47	23	Tocantins	Palmas	11,61
24	Amazonas	Manaus	57,11	24	Paraná	Curitiba	11,61
25	Pará	Belém	57,04	25	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	11,34
26	Maranhão	São Luís	56,50	26	Santa Catarina	Florianópolis	10,33
27	Alagoas	Maceió	56,01	27	Goiás	Goiânia	9,75

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo/IBGE

Bibliografia

BARROS, R.P. de; MENDONÇA, R. (1992). A evolução do bem-estar e da desigualdade no Brasil desde 1960. Rio de Janeiro: IPEA. (Texto para discussão, nº. 286).

BARROS, R.P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. (2000). Desigualdade e pobreza no Brasil: a estabilidade inaceitável. In: HENRIQUES, R. (Ed.). Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA.

BARROS, R. P. FOGUEL, M. N. ULYSSEA G. (Orgs.). (2007). Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Rio de Janeiro: IPEA.

FERREIRA, F.; LANJOUW, P.; NERI, M. A. (2003). Robust poverty profile for Brazil using multiple data sources. *Revista Brasileira de Economia* 57 (1), p. 59-92.

HOFFMAN, R. (1989). A evolução da distribuição de renda no Brasil, entre pessoas e entre famílias, 1979/86. In: SEDLACEK, G.; BARROS R.P. de. Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea. Rio de Janeiro: IPEA/Inpes.

IPEA. (2006). Sobre a queda recente da desigualdade no Brasil. (Nota técnica).

KAKWANI, N., SON, H. (2006). Measuring the Impact of price changes on poverty. International Poverty Centre, Brasília. (Working paper # 33).

KAKWANI, N.; NERI, M.; SON, H. (2006a). Linkages between pro-poor growth, social programmes labour market: the recent brazilian experience. International Poverty Centre, Brasília. (Working paper # 26).

_____. (2007). Desigualdade e Crescimento: Ingredientes Trabalhistas em Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea (orgs), Rio de Janeiro. vide <http://www.fgv.br/cps/pesquisas/propobre/>

LANDES, DAVID. (1998). *The Wealth and Poverty of Nations*. New York: Norton.

LANGONI, C. (1973). *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 3ª edição 2005.

NERI, M. C. (2000). Diferentes histórias em diferentes cidades. In: REIS VELLOSO, J.P.; CAVALCANTI, R. (Eds.). Soluções para a questão do emprego. Rio de Janeiro: José Olímpio.

_____. (2006^a). Eleições e “Expansões”, mimeo, vide <http://www.fgv.br/cps/pesquisas/pp2/>

_____. (2007b). A Dinâmica da Redistribuição Trabalhista em Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyseia (orgs), Rio de Janeiro.

_____. (2008). (org) Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro: perfil e performance dos clientes do CrediAMIGO”, Editora da Fundação Getulio Vargas, 370pag, Rio de Janeiro.

NERI, Marcelo C.; CONSIDERA, Cláudio. Crescimento, desigualdade e pobreza: o impacto da estabilização. In: Economia Brasileira em Perspectiva 1996, Rio de Janeiro: Ipea, 1996, v.1, p. 49-82.

RAMOS, Lauro; BRITO, M. O. (2003). Funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais. Boletim Mercado de Trabalho, Conjuntura e Análise, Rio de Janeiro: Ipea, nov., n° 22, p. 31-47.

Conclusão

O ponto de partida dessa pesquisa é a constatação que o brasileiro de 15 a 29 anos apresenta o nível mais alto de felicidade esperada cinco anos a frente dos jovens de 132 países pesquisados. Na verdade, argumentamos que o Índice de Felicidade Futura aqui proposto, calculado com base nestes dados para o conjunto de faixas etárias, já é uma espécie de índice de juventude de natureza subjetiva da população em geral. Argumentamos heurísticamente que ser jovem seria na essência olhar para frente com positividade, esperar que o futuro seja melhor que o presente. O Brasil justificaria os desígnios de “país jovem” já que na média de todas as faixas etárias o brasileiro também é o que apresenta na média o maior Índice de Felicidade Futura. Este índice é o primeiro índice mundial produzido originalmente pelo CPS. O Índice de Felicidade Futura que tem a sigla IFF vira em inglês Future Felicity Index cuja respectiva sigla FFI, lembra as teclas de avanço rápido para frente dos aparelhos de vídeo e de som, que são hoje linguagem universal. Talvez a principal inovação desta pesquisa frente algumas das principais pesquisas disponíveis hoje no Brasil sobre o jovem seja uma mudança de atitude para algo com mais esperança. Mas ao fim e ao cabo, a resposta as razões do paradoxo do alto Índice de Felicidade Futura (IFF) do brasileiro seria um grande SE.

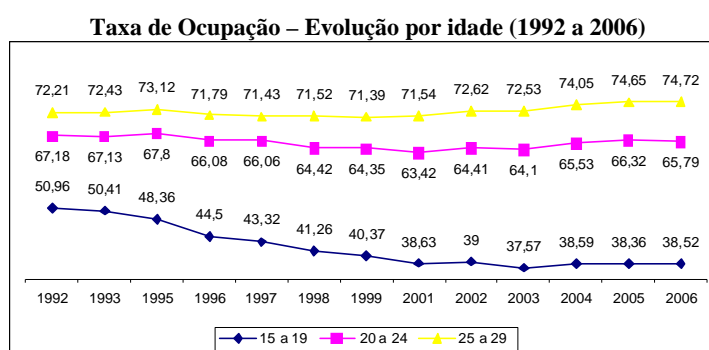
Nos perguntamos ao longo da pesquisa se haveria razão para otimismo da nossa população em geral, e dos nossos jovens em particular. Os jovens tem sido frequentemente associados nas pesquisas que tem neles os personagens principais, como área-problema: desemprego, acidentes de transito, crimes e prisões. A pergunta-chave empreendida ao longo da pesquisa é: Haveria razão para otimismo por parte dos jovens? E na medida que os jovens de hoje serão em boa parte quem comandará o Brasil de amanhã: Haveria razão de positividade do brasileiro em relação ao seu futuro? O grosso das respostas a estas perguntas são endereçadas pela pesquisa na análise da transformação da estagnação trabalhista pregressa dos jovens em reversão trabalhista que desde 2004 entra em fase de franca expansão (e.g. mais de 85% dos novos níveis recordes de empregos formais gerados nos últimos 12 meses são de jovens). Prospectivamente teríamos nos efeitos futuros da onda educacional que vem objetivamente num crescente desde meados da década passada. Aqui temos um grande SE: a qualidade da educação que começa a habitar o debate cotidiano dos brasileiros prosperar. Ou seja, é um otimismo condicional às respostas que iremos dar ao “pobrema

educacional brasileiro”. Finalmente, a faixa etária de juventude no Brasil nunca foi e nunca será tão grande quanto está agora nos ensinam os demógrafos. Os mesmos demógrafos associaram este dado de composição etária a expressão dividendo demográfico (ou janela de oportunidade dada pela estrutura etária) pelos altos rendimentos prospectivos. Nesta visão os jovens seriam os motores que vão propulsionar nossa sociedade rumo as novas conquistas. Devo dizer que compartilhamos desta visão otimista (no nosso caso condicionada) sobre o papel do jovem de hoje na História que ainda está por vir.

O trabalho que começa com uma abordagem de dados internacionais termina com dados locais. Apresentamos ao final do trabalho um índice de juventude calculado a partir de informações recentes a nível municipal. Ele procura situar o jovem a partir da nova excelente safra de indicadores recentes e está dividido por sua vez em três blocos que espelham em alguma medida a estrutura do trabalho elencados acima, a saber: i) a proporção de jovens que enxergamos como ativo (e não passivo) das localidades. ii) o índice de educação mostra a extensão do investimento realizado nas novas gerações iii) mas a vantagem aqui é informar a sociedade em cada município em véspera de eleição sobre o estado da juventude, o mais próximo do momento atual de forma a responsabilizar gestores. Em todos os casos só apresentamos na pesquisa um extenso banco de dados com a letra fria dos números, sem comentários.

Anexo: Evolução do Mercado de Trabalho do Jovem

Em 14 anos, observamos queda na taxa de ocupação do jovem brasileiro (62,73% para 59,19%), situação oposta à apresentada pelo grupo de adultos entre 30 e 39 anos (de 75,12% para 78,48%). Mas essa desvantagem juvenil pôde ser vista ao longo de toda série não é necessariamente uma notícia ruim. Conforme podemos ver essa queda foi sentida pelos mais jovens dos jovens. Por exemplo, entre aqueles com 15 a 19 anos, que ainda estão em idade escolar, a taxa de ocupação caiu de 50,96% para 38,52% (-12,44 p.p.). Em contrapartida, o grupo de jovens com idade entre 25 e 29 anos, as taxas ocupacionais são comparáveis aos adultos, e cresceu ao longo do tempo, atingindo o pico de 74,72% em 2006 (crescimento de 2,5 pontos de porcentagem, em 14 anos).



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Taxa de Ocupação - População Total

	15 a 29			30 a 39		
	1992	2006	Dif 06-02	1992	2006	Dif 06-02
Total	62,73	59,19	-3,54	75,12	78,48	3,36

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

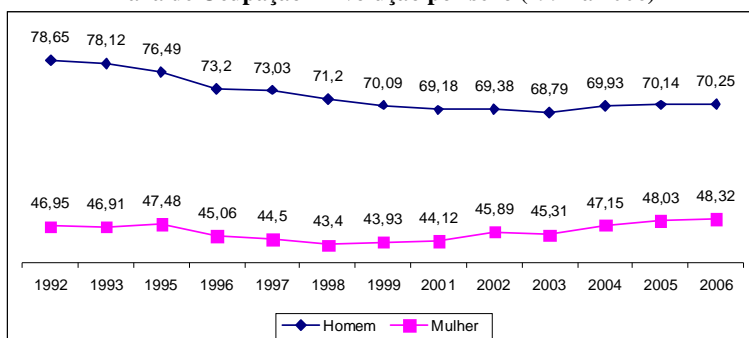
Taxa de Ocupação - Faixa Etária

	15 a 29			30 a 39 anos		
	1992	2006	Dif 06-02	1992	2006	Dif 06-02
15 a 19	50,96	38,52	-12,44			
20 a 24	67,18	65,79	-1,39			
25 a 29	72,21	74,72	2,51			
30 a 35				74,71	78,04	3,33
36 a 39				75,84	79,16	3,32

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Sexo: Ao contrário dos homens, as jovens mulheres apresentaram aumento de ocupação (1,37 p.p., sendo 5,17p.p. entre aquelas que são mães, contra queda de 8,4 p.p. dos homens), diminuindo a desigualdade de gêneros apresentada pelos dados. Mesmo assim, a taxa de ocupação dos homens continua 45% maior do que a delas em 2006 (70,25% contra 48,32%).

Taxa de Ocupação – Evolução por sexo (1992 a 2006)



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Taxa de Ocupação - Sexo

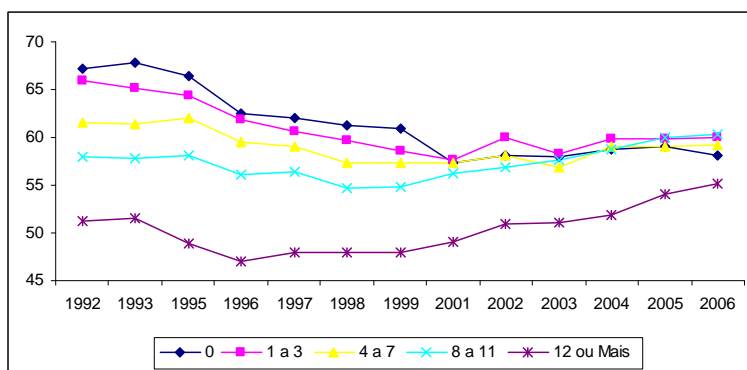
	15 a 29			30 a 39 anos		
	1992	2006	Dif 06-02	1992	2006	Dif 06-02
Homem	78,65	70,25	-8,4	92,35	91,22	-1,13
Mulher	46,95	48,32	1,37	58,91	66,75	7,84

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Escolaridade

Invertendo um pouco o que se via no início da década de 90, observamos recentemente relação positiva entre ocupação e níveis educacionais, à exceção daqueles com mais de 12 anos de estudo, que apesar de experimentar o maior crescimento do período (2,28 p.p.) ainda possuem os menores índices de ocupação (55,18%), conforme dados abaixo:

Taxa de Ocupação – Evolução por níveis de Educação (1992 a 2006)

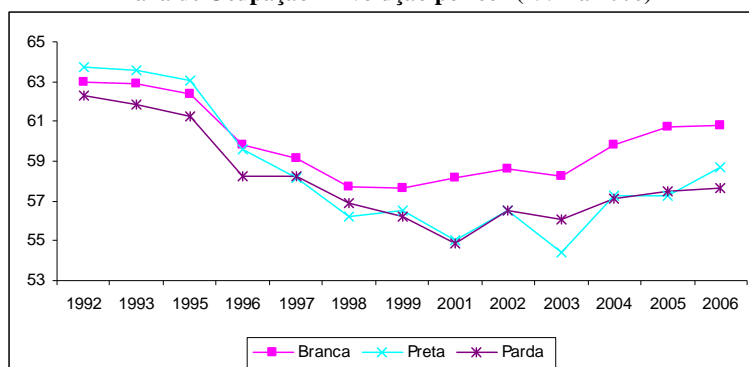


Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Cor

Observamos queda na taxa de ocupação em todos os grupos. Com 60,78% os brancos apresentam em 2006 o maior nível contra 58,67% de negros e 57,67% de pardos.

Taxa de Ocupação – Evolução por cor (1992 a 2006)

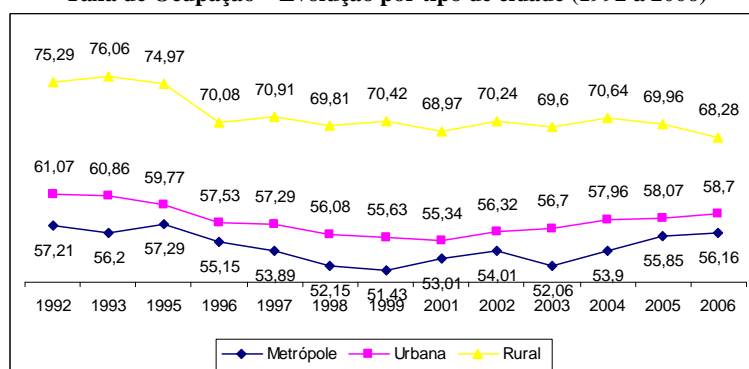


Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Tipo de Cidade

Os dados indicam queda na taxa de ocupação em todos os tipos de cidade, esta mais sentida pelas áreas rurais (-7,01 p.p.), que apesar disso ainda apresentaram as maiores taxas durante todo período (66,28% contra 56,16% das metrópoles em 2006).

Taxa de Ocupação – Evolução por tipo de cidade (1992 a 2006)



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Em favelas, as taxas ocupacionais são menores 53,83% em 2006, queda de 1,37 p.p. no período.

Estados

No ranking espacial, as cinco posi es mais altas são ocupadas pelos mesmos estados, diferindo apenas nas posi es ocupadas entre 1992 e 2006. Por exemplo, em 2006, o líder   Santa Catarina (68,93%), seguido pelo Rio Grande do Sul (65,55%), o que inverte a situa o de 14 anos antes. Já entre os menos, a liderança se manteve ao longo do tempo, Alagoas com 50,69%   o líder, seguido pelo estado do Rio de Janeiro (51,27%).

Mais

Taxa de Ocupação – Ranking (2006)

		2006	Posição 1992
1	Santa Catarina	68,93	2
2	Rio Grande do Sul	65,55	1
3	Espírito Santo	65,04	4
4	Paraná	64,8	3
5	Mato Grosso do Sul	63,96	5

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Menos

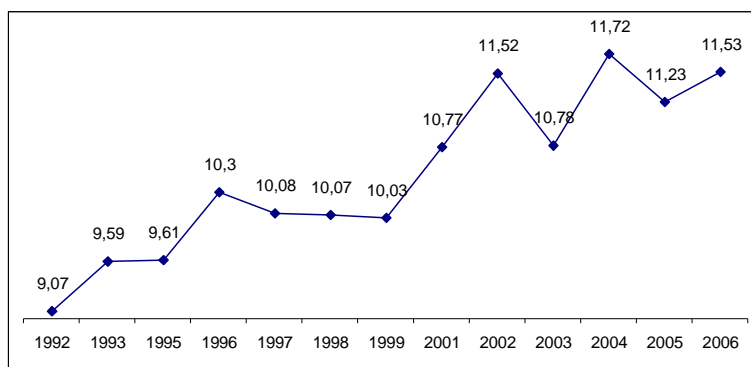
		2006	Posição 1992
1	Alagoas	50,69	1
2	Rio de Janeiro	51,27	2
3	Rio Grande do Norte	53,17	6
4	Pernambuco	54,11	8
5	Distrito Federal	54,53	3

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Informalidade

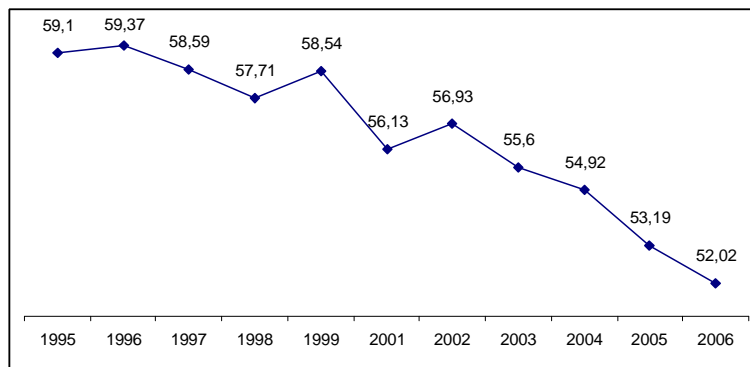
Utilizamos dois diferentes conceitos para medir a formalidade dos jovens no mercado de trabalho.

A primeira, e mais geral, medimos a proporção de jovens que estão trabalhando sem carteira de trabalho assinada. Conforme podemos ver isso cresceu ao longo do tempo, atingindo, em 2006, 11,53% dos jovens ocupados (aumento de 2,46 p.p. em 14 anos).



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Apesar do aumento na proporção de jovens sem carteira de trabalho assinada, quando medimos através de contribuição previdenciária, o grau de informalidade dos jovens ocupados, percebemos queda no período entre 1995 e 2006 (de 59,1% para 52,02%).



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Restringimos o universo de análise às principais regiões metropolitanas cobertas pela pesquisa mensal do emprego (PME/IBGE), observamos nos primeiros meses desse ano, uma pequena queda na proporção de jovens sem carteira de trabalho assinada.

Sem carteira de trabalho assinada – Regiões Metropolitanas

	Jan/03- Abril/03	Jan/04- Abril/04	Jan/05- Abril/05	Jan/06- Abril/06	Jan/07- Abril/07	Jan/08- Abril/08
15 a 29 anos	15,48%	15,61%	15,70%	15,43%	15,14%	14,50%
30 a 39 anos	12,37%	12,34%	12,12%	12,38%	12,15%	12,66%

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

Anexo: Dados do IJET Complementares baseados no Censo Demográfico

MUNICÍPIOS EXTREMOS - JOVENS (15 A 29 ANOS)

No ranking educacional dos jovens entre 15 e 29 anos, destacam-se no extremo superior municípios das Regiões Sul e Sudeste, com liderança de São Caetano do Sul (média de 10,18 anos). Já no extremo oposto, estão localidades do Norte e Nordeste, sendo o menor índice apresentado por Fonte Boa no Amazonas (com 2,77 anos).

Ranking - Anos de estudo

Mais			
1	<i>São Paulo</i>	<i>São Caetano do Sul</i>	10,18
2	<i>São Paulo</i>	<i>Santos</i>	9,78
3	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>Niterói</i>	9,59
4	<i>Santa Catarina</i>	<i>Florianópolis</i>	9,46
5	<i>Paraná</i>	<i>Maringá</i>	9,46
6	<i>Paraná</i>	<i>Curitiba</i>	9,34
7	<i>Espírito Santo</i>	<i>Vitória</i>	9,34
8	<i>Rio Grande do Sul</i>	<i>Porto Alegre</i>	9,33
9	<i>São Paulo</i>	<i>Oswaldo Cruz</i>	9,26
10	<i>São Paulo</i>	<i>Presidente Prudente</i>	9,22
Menos			
1154	<i>Amazonas</i>	<i>Fonte Boa</i>	2,77
1153	<i>Pará</i>	<i>Afuá</i>	3,04
1152	<i>Pará</i>	<i>Portel</i>	3,04
1151	<i>Bahia</i>	<i>Pilão Arcado</i>	3,06
1150	<i>Bahia</i>	<i>Monte Santo</i>	3,17
1149	<i>Maranhão</i>	<i>Araioses</i>	3,24
1148	<i>Acre</i>	<i>Feijó</i>	3,30
1147	<i>Pará</i>	<i>Ipixuna do Pará</i>	3,33
1146	<i>Maranhão</i>	<i>Arame</i>	3,33
1145	<i>Maranhão</i>	<i>Bom Jardim</i>	3,37

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo/IBGE

Em seguida, analisamos a taxa de matrícula. Em termos de frequência, os líderes são Porto Nacional (TO), Paratinga (BA) e Irapá (BA), todos com mais da metade dos jovens na escola. Esses municípios se destacam pelo maior acesso a ensino público, conforme podemos ver no ranking seguinte. No acesso a ensino privado, os extremos são outros: mais uma vez observamos apenas municípios das Regiões Sul e Sudeste entre os 10 mais, sendo Niterói (23,78%) e São Caetano do Sul (23,18%) os líderes.

Ranking - % Frequenta escola

Mais			
1	<i>Tocantins</i>	Porto Nacional	52,73
2	<i>Bahia</i>	Paratinga	52,12
3	<i>Bahia</i>	Irará	52,00
4	<i>Ceará</i>	Jardim	50,37
5	<i>Ceará</i>	Tamboril	49,92
6	<i>Bahia</i>	Catu	49,78
7	<i>Bahia</i>	Alagoinhas	49,36
8	<i>Bahia</i>	Correntina	49,36
9	<i>Bahia</i>	Carinhanha	49,34
10	<i>Bahia</i>	Santa Maria da Vitória	49,25
Menos			
1154	<i>Rondônia</i>	Buritis	11,70
1153	<i>Espírito Santo</i>	Santa Maria de Jetibá	14,37
1152	<i>Mato Grosso</i>	Aripuanã	14,92
1151	<i>Minas Gerais</i>	Nova Serrana	18,72
1150	<i>Espírito Santo</i>	Iúna	18,81
1149	<i>Espírito Santo</i>	Domingos Martins	19,08
1148	<i>Santa Catarina</i>	Camboriú	19,73
1147	<i>Minas Gerais</i>	Mutum	19,84
1146	<i>Pernambuco</i>	Santa Cruz do Capibaribe	20,50
1145	<i>São Paulo</i>	Piedade	20,60

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo/IBGE

Ranking - Rede de Ensino (% pública)

Mais			
1	<i>Bahia</i>	Paratinga	51,22
2	<i>Bahia</i>	Irará	50,45
3	<i>Bahia</i>	Carinhanha	49,13
4	<i>Ceará</i>	Tamboril	48,84
5	<i>Ceará</i>	Jardim	48,77
6	<i>Bahia</i>	Correntina	48,44
7	<i>Tocantins</i>	Porto Nacional	47,71
8	<i>Bahia</i>	Uauá	46,78
9	<i>Bahia</i>	Serra do Ramalho	46,32
10	<i>Bahia</i>	Xique-Xique	46,18
Menos			
1154	<i>Rondônia</i>	Buritis	11,59
1153	<i>Espírito Santo</i>	Santa Maria de Jetibá	12,13
1152	<i>Mato Grosso</i>	Aripuanã	14,16
1151	<i>Santa Catarina</i>	Balneário Camboriú	14,92
1150	<i>Paraná</i>	Palmas	15,06
1149	<i>Pernambuco</i>	Santa Cruz do Capibaribe	15,81
1148	<i>Espírito Santo</i>	Iúna	15,85
1147	<i>Espírito Santo</i>	Domingos Martins	16,02
1146	<i>Santa Catarina</i>	Camboriú	16,19
1145	<i>Santa Catarina</i>	Itapema	16,91

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo/IBGE

Ranking - Rede de Ensino (% particular)

Mais			
1	<i>Rio de Janeiro</i>	Niterói	23,78
2	<i>São Paulo</i>	São Caetano do Sul	23,18
3	<i>Santa Catarina</i>	Balneário Camboriú	22,61
4	<i>Espírito Santo</i>	Vitória	21,51
5	<i>São Paulo</i>	Santos	20,97
6	<i>Rio Grande do Sul</i>	Porto Alegre	20,78
7	<i>Rio Grande do Sul</i>	Panambi	20,78
8	<i>Rio Grande do Sul</i>	Caxias do Sul	18,90
9	<i>Santa Catarina</i>	Florianópolis	18,43
10	<i>Santa Catarina</i>	Tubarão	17,93
Menos			
1154	<i>Amazonas</i>	Santo Antônio do Içá	0,00
1153	<i>Acre</i>	Sena Madureira	0,00
1152	<i>Amazonas</i>	São Gabriel da Cachoeira	0,00
1151	<i>Bahia</i>	Encruzilhada	0,00
1150	<i>Rondônia</i>	Buritis	0,11
1149	<i>Amazonas</i>	Fonte Boa	0,12
1148	<i>Pará</i>	Ipixuna do Pará	0,13
1147	<i>Bahia</i>	Barra do Choça	0,14
1146	<i>Amazonas</i>	Careiro	0,15
1145	<i>Bahia</i>	Anagé	0,15

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo/IBGE

Municípios do Estado de Pernambuco lideram os dois extremos do ranking ocupacional. Enquanto em Santa Cruz do Capibaribe, 80,66% dos jovens entre 15 e 29 anos estão ocupados, em Água Preta há apenas 23,02%.

Ranking – % Ocupados

Mais			
1	<i>Pernambuco</i>	Santa Cruz do Capibaribe	80,66
2	<i>Rio Grande do Sul</i>	Sapiranga	80,07
3	<i>Espírito Santo</i>	Santa Maria de Jetibá	79,88
4	<i>Minas Gerais</i>	Nova Serrana	79,23
5	<i>Espírito Santo</i>	Domingos Martins	79,04
6	<i>Rio Grande do Sul</i>	Igrejinha	78,29
7	<i>Santa Catarina</i>	Gaspar	76,17
8	<i>Rio Grande do Sul</i>	Campo Bom	76,15
9	<i>Rio Grande do Sul</i>	Gramado	75,44
10	<i>Santa Catarina</i>	Indaial	74,14
Menos			
1154	<i>Pernambuco</i>	Água Preta	23,02
1153	<i>Alagoas</i>	Campo Alegre	26,55
1152	<i>Pará</i>	Curuçá	26,62
1151	<i>Amazonas</i>	Borba	30,04
1150	<i>Amazonas</i>	Careiro	30,22
1149	<i>Acre</i>	Feijó	30,26
1148	<i>Pernambuco</i>	Nazaré da Mata	30,66
1147	<i>Pernambuco</i>	Aliança	30,73
1146	<i>Pernambuco</i>	Catende	30,75
1145	<i>Pernambuco</i>	Barreiros	30,83

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo/IBGE

Abaixo o ranking da proporção de desempregados. Entre os 10 mais, 5 municípios são baianos (Simões Filho o maior com 26,94%).

Ranking – % Desempregados

Mais			
1	<i>Bahia</i>	<i>Simões Filho</i>	26,94
2	<i>Bahia</i>	<i>Coaraci</i>	26,74
3	<i>Bahia</i>	<i>São Francisco do Conde</i>	25,28
4	<i>São Paulo</i>	<i>Rio Grande da Serra</i>	24,63
5	<i>São Paulo</i>	<i>Embu</i>	24,48
6	<i>Bahia</i>	<i>Nazaré</i>	24,30
7	<i>Bahia</i>	<i>Candeias</i>	23,91
8	<i>São Paulo</i>	<i>Peruíbe</i>	23,85
9	<i>Bahia</i>	<i>Salvador</i>	23,83
10	<i>São Paulo</i>	<i>Itapevi</i>	23,83
Menos			
1154	<i>Espírito Santo</i>	<i>Santa Maria de Jetibá</i>	1,22
1153	<i>Pará</i>	<i>Augusto Corrêa</i>	1,61
1152	<i>Maranhão</i>	<i>Monção</i>	2,37
1151	<i>Pará</i>	<i>São Félix do Xingu</i>	2,63
1150	<i>Espírito Santo</i>	<i>Afonso Cláudio</i>	2,66
1149	<i>Rondônia</i>	<i>Buritis</i>	2,69
1148	<i>Minas Gerais</i>	<i>Mutum</i>	2,79
1147	<i>Maranhão</i>	<i>Turiação</i>	2,84
1146	<i>Amazonas</i>	<i>São Gabriel da Cachoeira</i>	2,90
1145	<i>Alagoas</i>	<i>Mata Grande</i>	3,05

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo/IBGE

O passo seguinte foi replicar as mesmas estatísticas anteriores para jovens entre 15 e 21 anos e 22 a 29 tomados isoladamente. Os resultados podem ser vistos nas tabelas a seguir.

MUNICÍPIOS EXTREMOS - JOVENS (15 A 21ANOS)

Ranking - Anos de estudo

Mais			
1	<i>São Paulo</i>	<i>São Caetano do Sul</i>	9,40
2	<i>São Paulo</i>	<i>Santos</i>	9,23
3	<i>Paraná</i>	<i>Maringá</i>	9,16
4	<i>São Paulo</i>	<i>Oswaldo Cruz</i>	9,11
5	<i>Paraná</i>	<i>Pato Branco</i>	9,04
6	<i>Paraná</i>	<i>Marechal Cândido Rondon</i>	9,04
7	<i>São Paulo</i>	<i>Fernandópolis</i>	9,00
8	<i>São Paulo</i>	<i>Adamantina</i>	8,99
9	<i>São Paulo</i>	<i>Votuporanga</i>	8,95
10	<i>São Paulo</i>	<i>Presidente Prudente</i>	8,94
Menos			
1154	<i>Amazonas</i>	<i>Fonte Boa</i>	2,73
1153	<i>Bahia</i>	<i>Pilão Arcado</i>	2,85
1152	<i>Pará</i>	<i>Portel</i>	2,96
1151	<i>Pará</i>	<i>Afuá</i>	3,04
1150	<i>Pará</i>	<i>Ipixuna do Pará</i>	3,31
1149	<i>Maranhão</i>	<i>Timbiras</i>	3,36
1148	<i>Maranhão</i>	<i>Bom Jardim</i>	3,36
1147	<i>Maranhão</i>	<i>Arame</i>	3,38
1146	<i>Bahia</i>	<i>Monte Santo</i>	3,41
1145	<i>Acre</i>	<i>Feijó</i>	3,42

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo/IBGE

Ranking - % Frequentadora escola

Mais			
1	<i>Tocantins</i>	<i>Porto Nacional</i>	72,86
2	<i>Bahia</i>	<i>Alagoinhas</i>	72,35
3	<i>Bahia</i>	<i>Catu</i>	71,80
4	<i>São Paulo</i>	<i>São Caetano do Sul</i>	71,73
5	<i>Sergipe</i>	<i>Aracaju</i>	71,38
6	<i>Ceará</i>	<i>Jardim</i>	71,14
7	<i>Bahia</i>	<i>Paratinga</i>	71,12
8	<i>Ceará</i>	<i>Tamboril</i>	70,84
9	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>Niterói</i>	70,71
10	<i>Espírito Santo</i>	<i>Vitória</i>	70,70
Menos			
1154	<i>Rondônia</i>	<i>Buritis</i>	19,83
1153	<i>Mato Grosso</i>	<i>Aripuanã</i>	23,96
1152	<i>Espírito Santo</i>	<i>Santa Maria de Jetibá</i>	25,48
1151	<i>Minas Gerais</i>	<i>Mutum</i>	30,38
1150	<i>Espírito Santo</i>	<i>Iúna</i>	30,68
1149	<i>Espírito Santo</i>	<i>Domingos Martins</i>	32,11
1148	<i>Pará</i>	<i>São Félix do Xingu</i>	32,40
1147	<i>Minas Gerais</i>	<i>Nova Serrana</i>	32,87
1146	<i>Espírito Santo</i>	<i>Afonso Cláudio</i>	33,60
1145	<i>Santa Catarina</i>	<i>Camboriú</i>	34,01

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo/IBGE

Ranking - Rede de Ensino
% Pública

Mais			
1	<i>Bahia</i>	<i>Paratinga</i>	70,21
2	<i>Ceará</i>	<i>Tamboril</i>	69,54
3	<i>Ceará</i>	<i>Jardim</i>	68,95
4	<i>Bahia</i>	<i>Carinhanha</i>	68,67
5	<i>Pará</i>	<i>Curuçá</i>	68,36
6	<i>Bahia</i>	<i>Irá</i>	68,28
7	<i>Bahia</i>	<i>São Francisco do Conde</i>	67,05
8	<i>Bahia</i>	<i>Uauá</i>	66,79
9	<i>Tocantins</i>	<i>Porto Nacional</i>	66,35
10	<i>Bahia</i>	<i>Simões Filho</i>	65,31
Menos			
1154	<i>Rondônia</i>	<i>Buritis</i>	19,63
1153	<i>Espírito Santo</i>	<i>Santa Maria de Jetibá</i>	22,29
1152	<i>Mato Grosso</i>	<i>Aripuanã</i>	22,75
1151	<i>Santa Catarina</i>	<i>Balneário Camboriú</i>	25,19
1150	<i>Espírito Santo</i>	<i>Iúna</i>	26,62
1149	<i>Paraná</i>	<i>Palmas</i>	27,06
1148	<i>Espírito Santo</i>	<i>Domingos Martins</i>	27,65
1147	<i>Pernambuco</i>	<i>Santa Cruz do Capibaribe</i>	27,93
1146	<i>Minas Gerais</i>	<i>Mutum</i>	29,04
1145	<i>São Paulo</i>	<i>Piedade</i>	29,51

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo/IBGE

Ranking - Rede de Ensino
% Particular

Mais			
1	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>Niterói</i>	36,02
2	<i>Espírito Santo</i>	<i>Vitória</i>	31,75
3	<i>Santa Catarina</i>	<i>Balneário Camboriú</i>	31,55
4	<i>Rio Grande do Sul</i>	<i>Panambi</i>	30,16
5	<i>São Paulo</i>	<i>São Caetano do Sul</i>	29,54
6	<i>São Paulo</i>	<i>Santos</i>	29,07
7	<i>Santa Catarina</i>	<i>Florianópolis</i>	27,99
8	<i>Rio Grande do Sul</i>	<i>Porto Alegre</i>	26,39
9	<i>Santa Catarina</i>	<i>Criciúma</i>	24,73
10	<i>Espírito Santo</i>	<i>Vila Velha</i>	24,54
Menos			
1154	<i>Amazonas</i>	<i>Santo Antônio do Içá</i>	0,00
1153	<i>Acre</i>	<i>Sena Madureira</i>	0,00
1152	<i>Amazonas</i>	<i>São Gabriel da Cachoeira</i>	0,00
1151	<i>Bahia</i>	<i>Encruzilhada</i>	0,00
1150	<i>Bahia</i>	<i>Barra do Choça</i>	0,00
1149	<i>Amazonas</i>	<i>Careiro</i>	0,17
1148	<i>Rondônia</i>	<i>Buritis</i>	0,20
1147	<i>Bahia</i>	<i>Cândido Sales</i>	0,20
1146	<i>Minas Gerais</i>	<i>São João da Ponte</i>	0,22
1145	<i>Maranhão</i>	<i>Santa Helena</i>	0,23

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo/IBGE

Ranking – % Ocupados

Mais			
1	<i>Minas Gerais</i>	<i>Nova Serrana</i>	77,78
2	<i>Pernambuco</i>	<i>Santa Cruz do Capibaribe</i>	76,48
3	<i>Espírito Santo</i>	<i>Santa Maria de Jetibá</i>	75,64
4	<i>Rio Grande do Sul</i>	<i>Sapiranga</i>	74,34
5	<i>Espírito Santo</i>	<i>Domingos Martins</i>	72,76
6	<i>Rio Grande do Sul</i>	<i>Igrejinha</i>	70,12
7	<i>Santa Catarina</i>	<i>Gaspar</i>	69,14
8	<i>Santa Catarina</i>	<i>Indaial</i>	67,88
9	<i>Rio Grande do Sul</i>	<i>Campo Bom</i>	67,60
10	<i>Espírito Santo</i>	<i>Iúna</i>	66,60

Menos			
1154	<i>Alagoas</i>	<i>Campo Alegre</i>	14,46
1153	<i>Pará</i>	<i>Curuçá</i>	15,70
1152	<i>Amazonas</i>	<i>São Gabriel da Cachoeira</i>	17,27
1151	<i>Pernambuco</i>	<i>Água Preta</i>	17,29
1150	<i>Bahia</i>	<i>São Francisco do Conde</i>	17,69
1149	<i>Pernambuco</i>	<i>Moreno</i>	18,58
1148	<i>Pernambuco</i>	<i>Escada</i>	19,14
1147	<i>Pernambuco</i>	<i>Nazaré da Mata</i>	19,27
1146	<i>Pernambuco</i>	<i>Sirinhaém</i>	19,37
1145	<i>Pernambuco</i>	<i>Catende</i>	19,61

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo/IBGE

Ranking – % Desempregados

Mais			
1	<i>São Paulo</i>	<i>Embu</i>	30,88
2	<i>São Paulo</i>	<i>Poá</i>	29,65
3	<i>São Paulo</i>	<i>Peruibe</i>	29,50
4	<i>São Paulo</i>	<i>Mauá</i>	28,96
5	<i>São Paulo</i>	<i>Itaquaquecetuba</i>	28,68
6	<i>São Paulo</i>	<i>Ribeirão Pires</i>	28,65
7	<i>São Paulo</i>	<i>Caieiras</i>	28,54
8	<i>Bahia</i>	<i>Simões Filho</i>	28,38
9	<i>São Paulo</i>	<i>Ferraz de Vasconcelos</i>	28,26
10	<i>São Paulo</i>	<i>Arujá</i>	28,18

Menos			
1154	<i>Pará</i>	<i>Augusto Corrêa</i>	1,10
1153	<i>Espírito Santo</i>	<i>Santa Maria de Jetibá</i>	1,20
1152	<i>Maranhão</i>	<i>Monção</i>	2,36
1151	<i>Espírito Santo</i>	<i>Afonso Cláudio</i>	2,44
1150	<i>Rondônia</i>	<i>Buritís</i>	2,53
1149	<i>Minas Gerais</i>	<i>Mutum</i>	2,73
1148	<i>Pará</i>	<i>São Félix do Xingu</i>	2,76
1147	<i>Alagoas</i>	<i>Mata Grande</i>	3,38
1146	<i>Maranhão</i>	<i>Parnarama</i>	3,91
1145	<i>Maranhão</i>	<i>Turialvo</i>	4,02

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo/IBGE

MUNICÍPIOS EXTREMOS - JOVENS (22 A 29 ANOS)

Ranking - Anos de estudo

Mais			
1	<i>São Paulo</i>	<i>São Caetano do Sul</i>	10,91
2	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>Niterói</i>	10,42
3	<i>São Paulo</i>	<i>Santos</i>	10,32
4	<i>Santa Catarina</i>	<i>Florianópolis</i>	10,05
5	<i>Rio Grande do Sul</i>	<i>Porto Alegre</i>	10,01
6	<i>Espírito Santo</i>	<i>Vitória</i>	9,96
7	<i>Paraná</i>	<i>Curitiba</i>	9,79
8	<i>Paraná</i>	<i>Maringá</i>	9,75
9	<i>Santa Catarina</i>	<i>Balneário Camboriú</i>	9,68
10	<i>São Paulo</i>	<i>Assis</i>	9,52
Menos			
1154	<i>Amazonas</i>	<i>Fonte Boa</i>	2,80
1153	<i>Bahia</i>	<i>Monte Santo</i>	2,87
1152	<i>Maranhão</i>	<i>Araíoses</i>	2,90
1151	<i>Bahia</i>	<i>Itapicuru</i>	2,97
1150	<i>Pará</i>	<i>Afuá</i>	3,05
1149	<i>Acre</i>	<i>Feijó</i>	3,14
1148	<i>Pará</i>	<i>Portel</i>	3,14
1147	<i>Bahia</i>	<i>Barra do Choça</i>	3,18
1146	<i>Maranhão</i>	<i>Arame</i>	3,25
1145	<i>Amazonas</i>	<i>Lábrea</i>	3,27

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo/IBGE

Ranking - % Frequenta escola

Mais			
1	<i>Tocantins</i>	<i>Porto Nacional</i>	29,35
2	<i>Minas Gerais</i>	<i>Viçosa</i>	28,58
3	<i>Bahia</i>	<i>Correntina</i>	25,74
4	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>Niterói</i>	25,58
5	<i>Bahia</i>	<i>São Francisco do Conde</i>	25,31
6	<i>Santa Catarina</i>	<i>Chapecó</i>	25,16
7	<i>Espírito Santo</i>	<i>Vitória</i>	24,87
8	<i>Santa Catarina</i>	<i>Florianópolis</i>	24,30
9	<i>Sergipe</i>	<i>Aracaju</i>	24,09
10	<i>Amapá</i>	<i>Macapá</i>	23,98
Menos			
1154	<i>Rondônia</i>	<i>Buritis</i>	2,76
1153	<i>Espírito Santo</i>	<i>Santa Maria de Jetibá</i>	2,76
1152	<i>Espírito Santo</i>	<i>São Gabriel da Palha</i>	4,95
1151	<i>Maranhão</i>	<i>Monção</i>	4,99
1150	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>São João da Barra</i>	5,15
1149	<i>Minas Gerais</i>	<i>Nova Serrana</i>	5,15
1148	<i>Rio Grande do Sul</i>	<i>Candelária</i>	5,17
1147	<i>Minas Gerais</i>	<i>São Gotardo</i>	5,49
1146	<i>Mato Grosso</i>	<i>Aripuanã</i>	5,51
1145	<i>Pará</i>	<i>Muaná</i>	5,64

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo/IBGE

Ranking - Rede de Ensino
% pública

Mais			
1	<i>Tocantins</i>	Porto Nacional	26,05
2	<i>Bahia</i>	Correntina	25,16
3	<i>Minas Gerais</i>	Viçosa	24,42
4	<i>Bahia</i>	São Francisco do Conde	23,34
5	<i>Bahia</i>	Irará	23,01
6	<i>Ceará</i>	Jardim	22,74
7	<i>Bahia</i>	Iaçu	22,47
8	<i>Bahia</i>	Una	22,30
9	<i>Ceará</i>	Tamboril	22,22
10	<i>Ceará</i>	Amontada	21,99
Menos			
1154	<i>Espírito Santo</i>	Santa Maria de Jetibá	1,52
1153	<i>Rio Grande do Sul</i>	Candelária	2,24
1152	<i>Espírito Santo</i>	São Gabriel da Palha	2,43
1151	<i>São Paulo</i>	Bariri	2,56
1150	<i>Santa Catarina</i>	Rio do Sul	2,57
1149	<i>Rondônia</i>	Buritis	2,76
1148	<i>Paraná</i>	Palmas	2,79
1147	<i>Minas Gerais</i>	São Gotardo	2,85
1146	<i>Minas Gerais</i>	Piumhi	2,89
1145	<i>São Paulo</i>	Ibitinga	2,92

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo/IBGE

Ranking - Rede de Ensino
% particular

Mais			
1	<i>São Paulo</i>	São Caetano do Sul	17,21
2	<i>Rio Grande do Sul</i>	Frederico Westphalen	16,34
3	<i>Rio Grande do Sul</i>	Porto Alegre	15,22
4	<i>Rio Grande do Sul</i>	Caxias do Sul	15,09
5	<i>Santa Catarina</i>	Balneário Camboriú	14,15
6	<i>Rio Grande do Sul</i>	Esteio	13,57
7	<i>Rio Grande do Sul</i>	Bento Gonçalves	13,28
8	<i>Rio Grande do Sul</i>	Ijuí	13,17
9	<i>São Paulo</i>	Santos	12,96
10	<i>Rio Grande do Sul</i>	São Leopoldo	12,63

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo/IBGE

Ranking - % Ocupados

Mais			
1	<i>Rio Grande do Sul</i>	Igrejinha	86,37
2	<i>Rio Grande do Sul</i>	Garibaldi	86,21
3	<i>Rio Grande do Sul</i>	Sapiranga	85,45
4	<i>Santa Catarina</i>	Timbó	85,43
5	<i>Espírito Santo</i>	Domingos Martins	85,01
6	<i>Rio Grande do Sul</i>	Campo Bom	84,75
7	<i>Rio Grande do Sul</i>	Marau	84,72
8	<i>Pernambuco</i>	Santa Cruz do Capibaribe	84,66
9	<i>Espírito Santo</i>	Santa Maria de Jetibá	84,31
10	<i>Rio Grande do Sul</i>	Gramado	83,84
Menos			
1154	<i>Pernambuco</i>	Água Preta	31,08
1153	<i>Bahia</i>	Castro Alves	41,35
1152	<i>Pernambuco</i>	Barreiros	41,37
1151	<i>Amazonas</i>	Careiro	41,51
1150	<i>Pará</i>	Curuçá	41,71
1149	<i>Alagoas</i>	Campo Alegre	41,81
1148	<i>Bahia</i>	Anagé	41,89
1147	<i>Pernambuco</i>	Cumarú	41,96
1146	<i>Pernambuco</i>	Ribeirão	42,05
1145	<i>Acre</i>	Feijó	42,86

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo/IBGE

Ranking - % Desempregados

Mais			
1	<i>Bahia</i>	Coaraci	27,56
2	<i>Bahia</i>	São Francisco do Conde	26,80
3	<i>Bahia</i>	Dias d'Ávila	25,72
4	<i>Bahia</i>	Simões Filho	25,38
5	<i>Bahia</i>	Candeias	24,41
6	<i>Pernambuco</i>	Nazaré da Mata	23,82
7	<i>Bahia</i>	Nazaré	23,38
8	<i>Pernambuco</i>	Barreiros	22,76
9	<i>Bahia</i>	Vera Cruz	22,25
10	<i>Bahia</i>	Salvador	21,74
Menos			
1154	<i>Maranhão</i>	Turiação	1,15
1153	<i>Espírito Santo</i>	Santa Maria de Jetibá	1,23
1152	<i>Amazonas</i>	São Gabriel da Cachoeira	1,65
1151	<i>Espírito Santo</i>	Domingos Martins	1,92
1150	<i>Minas Gerais</i>	Campos Gerais	2,01
1149	<i>Pará</i>	Augusto Corrêa	2,29
1148	<i>Maranhão</i>	Monção	2,39
1147	<i>Pará</i>	São Félix do Xingu	2,49
1146	<i>Ceará</i>	Ipu	2,52
1145	<i>Alagoas</i>	Mata Grande	2,58

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo/IBGE